

LEILA MACHADO COELHO

**Identidade feminina no cenário político
brasileiro: análise de uma expressão
contemporânea do mito de Lilith**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da Universidade São
Marcos, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia
Social

Orientador: Antonio da Costa
Ciampa

Universidade São Marcos
São Paulo, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Identidade feminina no cenário político brasileiro:
análise de uma expressão contemporânea do mito
de Lilith

LEILA MACHADO COELHO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa

Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani

Profª Drª Ruth Estevão

Dissertação defendida e aprovada em: 10/05/2006

A meus pais,
Olga e José Clóvis.
A Ione.

Este trabalho também é dedicado à memória
da Deputada Federal Ceci Cunha.
E a todas as mulheres que ousam ir em
busca da realização de suas identidades,
o mais plenamente possível.

Agradecimentos

Agradecer significa reconhecer que não somos seres isolados. Ao

contrário, é na interação que nos constituímos. A construção deste trabalho se deu em meio à convivência e apoio de muitos, que tentarei nomear.

À Professora Regina Schmitt, em cujas aulas me identifiquei com a Psicologia Analítica de Jung, que se tornaria referência básica de toda a minha atuação profissional. E com cujo incentivo e apoio pude contar na realização deste trabalho.

A Marisa, que me colocou em contato com o Núcleo de Mulheres do PSDB, ainda em 1998. A Silvana, em cuja companhia participei de muitas atividades do Secretariado de Mulheres do PSDB. E ao próprio Secretariado, através de suas dirigentes e participantes. No convívio com vocês foram surgindo os questionamentos que levaram à realização desta pesquisa.

Aos colegas de curso, especialmente aqueles que contribuíram mais diretamente com textos, críticas, sugestões e contatos: Adriana, Ana Lucília, Ana Valéria, Claudiane, Carol, Kátia, Glória, Luciene, Ricardo, Zacarias, e todos os demais. Nossa convivência, companheirismo e troca constante de estímulo deixam marcas na alma e muita saudade.

Aos professores do programa que, juntamente com os colegas, propiciaram debates e questionamentos, motivando na busca de aprimoramento deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca da Universidade São Marcos, em especial Priscila, Eduardo e André, que não mediram esforços para localizar e disponibilizar alguns dos textos essenciais para embasamento desta pesquisa.

À vereadora Sonia Garcia pelo envio de material bibliográfico.

Ao Instituto Teotônio Vilela (ITV-SP), pelo envio de material bibliográfico.

Ao Rabino Alexandre Leone, da Congregação Israelita Paulista, que esclareceu alguns aspectos para a referência do mito de Lilith.

A todos os entrevistados nesta pesquisa. Pela gentileza de me conceder seu tempo para contar suas histórias, suas experiências e entendimento pessoal a respeito do tema. Vocês são os protagonistas da história que eu propus estudar.

A todos os meus clientes. Por me permitirem conhecer um pouco da alma humana, ao partilhar de suas histórias e angústias.

A meus pais, que me ensinaram com o exemplo que o sentido da vida reside na auto-superação constante. E a Ione, que me ajuda a alimentar esta perspectiva. A vocês três, ainda, meus agradecimentos especiais. Porque sem o companheirismo e o apoio de cada um, em cada etapa deste projeto, esse sonho não teria se concretizado. Como tantos outros projetos pessoais.

A meu orientador, por ter aceito essa minha proposta. E pelas contribuições para que a mesma se tornasse viável.

E, por último, agradeço àqueles que eventualmente eu tenha esquecido de nomear. Peço seu perdão. E, assim, terei dois motivos para lhes agradecer.

“Ser uma pessoa significa ser uma fonte autônoma do agir. O homem só adquire essa qualidade na medida em que possui algo em si mesmo, que o individualiza, onde ele é mais do que uma simples encarnação do tipo especial de sua raça e de seu grupo”.

Emile Durkheim

COELHO, Leila Machado. **Identidade feminina no cenário político brasileiro**: análise de uma expressão contemporânea do mito de Lilith. São Paulo, 2006. 191 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade São Marcos.

Resumo

Analisa as dificuldades encontradas pelas mulheres que buscam uma atividade política, sob o enfoque da Psicologia Social, considerando o papel social feminino construído historicamente na sociedade brasileira e as políticas de identidade adotadas como referência para as mulheres. Foram

realizadas entrevistas de história de vida com três candidatas a cargos legislativos e entrevistas semi-dirigidas com três dirigentes partidários. A análise qualitativa confronta os comentários dos dirigentes com os relatos das candidatas. Constata que as dificuldades das mulheres para adentrar o espaço político levam a um questionamento da atual legislação eleitoral, que tende a desfavorecer a entrada de representantes minoritários na cena política. E que a maior dificuldade refere-se ao papel social feminino, atribuindo prioritariamente à mulher as funções de mãe, esposa e dona-de-casa e limitando sua atuação no domínio público. O que, para algumas mulheres, não corresponde suficientemente às necessidades de realização pessoal, uma vez que almejam não apenas exercer uma atividade pública, mas a própria administração e organização da vida social. Identificando essa problemática com a apresentada no mito de Lilith, refere-se a este, sob o enfoque da abordagem da Psicologia Analítica, como uma metáfora para ampliar o entendimento da situação vivida neste contexto. Conclui que se mostra necessária uma revisão da legislação eleitoral vigente, de forma a possibilitar mecanismos efetivamente mais democráticos e representativos e, sobretudo, que urge questionar o papel social feminino, por parte de toda a sociedade, realizando modificações que permitam às mulheres desenvolver mais plenamente suas identidades, no contexto atual, e estabelecer relações em maior igualdade de condições com os homens.

Palavras-chave: Identidade feminina - Mulher - Política - Lilith - Feminismo - Gênero

COELHO, Leila Machado. **Female identity in Brazilian political scene: an analysis of a contemporary expression of the Lilith myth.** 191 p. Master Thesis in Psychology, São Marcos University.

Abstract

This work analysis under the principles of the Social Psychology the difficulties found by women who pursue a political activity, considering the social female role historically built in Brazilian society and the identity policies adopted as a reference for women. Three women, candidates for legislative

posts, were interviewed concerning their histories of life and, also, semi-guided interviews with three party leaders were conducted. The qualitative analysis uses both the party leaders' comments and the candidates' reports to verify that the women' difficulties to get into and make part of the political business leads one to question the present electoral legislation, which tends to be unfavorable for minorities' participation in the political scene. And that the major difficulty refers to the female social role, attributing mainly to women the functions of being mother, wife and housewife and limiting their action in the political field. For some women, this restriction does not permit the fulfillment of their personal needs since they aim, not only to have a public performance, but also deal with their own social life administration and organization. Under the Analytical Psychology approach this problem is associated with the one presented in the myth of Lilith, a metaphor to broaden the comprehension of the situation experienced in this context. It is concluded that a revision of the present electoral legislation is necessary to make more democratic and representative mechanisms possible and, above all, it is imperative to question the female social role by all society, making transformations that permit the women to thoroughly develop their identities in the present context and establish more equal relationship with men.

Key words: Female identity - Women - Politics - Lilith - Feminism - Gender

Sumário

Introdução	12
1. A formação da identidade feminina brasileira e sua trajetória: do espaço privado ao público	21
1.1 Mulher na Sociedade Moderna	21
1.2 Mulher e família no Brasil Colonial	25
1.3 Mulheres no Brasil: do Império à República	28
1.3.1 Primeira Constituição da República	32
1.3.2 O Movimento Sufragista	34
1.3.3 Mulheres nas primeiras décadas do século XX	38

1.3.4 A Constituição de 1934: enfim, o voto feminino	40
1.3.5 Anos Dourados	41
1.4 O Feminismo	44
1.4.1 Feminismo no Brasil	47
1.4.2 Feministas brasileiras no exílio	50
1.4.3 1975: um ano importante para o feminismo brasileiro	51
1.4.4 O feminismo brasileiro e a redemocratização	52
1.4.5 A Constituição de 1988 e a Bancada Feminina	55
1.4.6 Feminismo atual: novo formato?	56
1.5 A inserção das mulheres no cenário político brasileiro atual	58
1.5.1 Aspectos estruturais que incidem na inserção das mulheres na atividade política	66
1.6 Considerações sobre este capítulo	71
2. O Mito de Lilith e o papel das políticas de identidade na formação da identidade feminina	74
2.1 O conceito de mito na abordagem junguiana	74
2.2 Lilith, o Mito	77
2.3 Lilith, Eva e Maria: uma metáfora para o entendimento da inserção feminina na política	86
2.4 A relevância das políticas de identidade na formação da identidade feminina	90
3. Método	95
4. Mulheres no cenário político brasileiro: uma questão de identidade	100
4.1 Com a palavra, as candidatas	100
4.1.1 Candidata Zilda	100
4.1.2 Candidata Carina	131
4.1.3 Candidata Quitéria	161
4.1.4 Algumas reflexões	170

Conclusão	179
Referências Bibliográficas	184

Introdução

A Modernidade trouxe uma nova forma de organização social, atribuindo papéis diferentes aos cidadãos conforme as distintas categorias às quais pertençam.

Quanto à categoria gênero, aos homens foi atribuída a atuação no espaço público. Às mulheres coube ocupar o espaço privado, no envolvimento prioritário com os afazeres domésticos e a educação dos filhos.

O século XX foi marcado, desde seu início, por constantes esforços das mulheres por uma maior inserção no espaço público, através do trabalho e de uma participação nas decisões de questões de cidadania.

O movimento sufragista, nos diferentes países em que ocorreu, representava, em parte, um desejo de ampliação da cidadania feminina e, por outro lado, era defendido como mais um serviço que as mulheres poderiam

prestar à sociedade.

No Brasil, esse processo foi dificultado em decorrência de dois momentos de limitação das liberdades políticas, o primeiro sob o Governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-45), e o segundo a partir de 1964, até o início da década de 80.

No período da redemocratização, para o qual as brasileiras muito contribuíram com sua inserção em diversos movimentos sociais, também ganhou nova força a busca de novos espaços para as mulheres, já em tempos de feminismo.

A Constituinte que concluiu seus trabalhos em 1988, com a promulgação da nova Constituição, teve uma representação feminina nova, até então. Unidas na “bancada do batom”, defenderam propostas voltadas às demandas femininas.

Em tempos de democracia, numa época em que as mulheres já se inseriam em novas atividades profissionais, surge a demanda por uma maior representação feminina em cargos de poder.

Em 1995, a Conferência Internacional da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Mulher, realizada em Beijing, recomendou a criação de políticas de ampliação da inserção das mulheres no poder. Trata-se de um tema comum a diferentes países, com baixo índice de concorrência de mulheres em todos os continentes, com algumas variações, como demonstra Araújo (1999, cap. 3).

No mesmo ano, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a lei 9100 (§ 3, art. 11) que exigia a apresentação mínima de 20% de candidaturas femininas para cada partido ou coligação para as eleições daquele ano, para o cargo de vereador(a). Em 1997, esta lei foi substituída pela lei 9504 (§ 3, art. 10) do Código Eleitoral brasileiro, que passou a exigir 25% de candidaturas femininas para as eleições de 1998 e 30% a partir das eleições de 2000, para todos os cargos legislativos. Esta lei ficou conhecida como “a lei das cotas”.

Durante esse período, as mulheres se organizavam internamente nos partidos, mobilizando-se para que tais candidaturas ocorressem e se viabilizassem.

Foi durante a campanha eleitoral de 1998 que tomei conhecimento do

então Núcleo de Mulheres do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em São Paulo. Envolvi-me na campanha (como já fazia desde a fundação deste partido, em 1988) e entendendo o espaço político como exercício de cidadania, filiei-me ao PSDB, por convicção ideológica.

Participei de alguns eventos promovidos pelo Núcleo de Mulheres durante aquela campanha e testemunhei sua relevância, sobretudo na reeleição do Governador Mário Covas, através do trabalho das mulheres do próprio partido e daquelas que, no segundo turno, se aliaram a estas.

Posteriormente participei de outras atividades e eventos promovidos pelo já então Secretariado de Mulheres do PSDB, nem sempre voltados exclusivamente para as questões político-partidárias, mas também às demandas femininas. Enquanto isso, este Secretariado crescia e se organizava, já articulado ao Secretariado Nacional de Mulheres.

Foi então que tomei conhecimento da lei de cotas e algumas questões chamaram minha atenção, como a necessidade das mulheres se organizarem em espaços diferentes dos diretórios e até mesmo de forma suprapartidária, tratando de sua inserção no espaço político. E comecei a levantar alguns questionamentos que me levaram a propor, aqui, o estudo desse tema.

Tive, então, acesso a alguns trabalhos acadêmicos referentes a esse tema que começaram a surgir. Além de apontar a escassez de trabalhos nessa área, mostram os primeiros indicadores e avaliam os problemas encontrados na prática da lei das cotas.

Em 1999, Araújo já analisava o impacto da lei de cotas nas duas primeiras eleições em que vigorou, associada ao contexto político mais amplo. Entre seus quarenta e oito entrevistados, estavam dirigentes partidários, representantes dos organismos de mulheres nos partidos, parlamentares e candidatos que não conseguiram se eleger. Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro com partidos de diferentes ideologias.

Mostra que a baixa representação das mulheres se tornou “uma das expressões emblemáticas dos limites da democracia representativa” (1999, p. 329). Discute as diferentes concepções da representação política, onde a noção de paridade entre homens e mulheres, inserida no critério de

pertencimento por identidade, gera controvérsias.

Destaca o caráter restrito da discussão e aprovação da lei de cotas no Congresso Nacional, numa análise que é consensual também entre outros autores do tema (como AVELAR, 2002 e BLAY, 2002), entendendo que o mesmo não foi suficientemente debatido pela sociedade. O que, de certa forma, gerou uma sensação de que “as cotas foram ‘concedidas’ e não conquistadas, e isto por uma ‘cortesia às mulheres’ ou preservação da imagem pública do parlamentar como legislador simpático aos direitos das mulheres” (ARAÚJO, 1999, p. 336-7).

Esta autora mostra, ainda, que “há uma forte relação entre sistemas eleitorais, tipos de lista de candidaturas e possibilidades de eficácia das cotas” (Ibidem, p. 339). Para ela, nos sistemas de lista aberta, como no Brasil (onde o eleitor escolhe o candidato de sua preferência ao legislativo), “as cotas tendem a ser inócuas” (Ibidem, p. 339). Sugere, então, que o estudo comparado das relações de gênero e os componentes do sistema político em intersecção com a análise da trajetória sócio-econômica pode vir a contribuir com o debate deste tema e a reforma política a ser realizada no país (Ibidem, p. 341).

Silvestrin (2000) enfocou questões de gênero na política analisando o discurso do programa eleitoral de duas candidatas. Assinala que a proposição “gênero é um primeiro modo de dar significado ao poder” (SCOTT, 1995, p. 14, apud SILVESTRIN, p. 12 e p. 178) encontra respaldo no campo político. E sugere que a mídia contribua com o debate em torno da questão das cotas, levando “a sociedade à compreensão do movimento pela paridade” (p. 177).

Brabo (2003) estudou as questões de gênero envolvidas na disputa eleitoral no município de Marília, nas eleições de 2000. Entrevistou candidatas e dirigentes partidários, além de acompanhar todo o processo eleitoral.

Demonstra as diversas possibilidades encontradas: mulheres convidadas a se candidatar para trazer mais votos para os candidatos que se pretendia eleger (as chamadas “candidatas laranjas”); mulheres agredidas verbalmente (cabos eleitorais de outros candidatos tumultuando comícios para que elas não pudessem falar) e até fisicamente (uma delas recebeu tiros

em seu carro ao voltar de um comício). Aborda, também, o apoio oferecido pelos partidos (algumas vezes restrito ou considerado discriminatório) e pelos familiares e amigos às candidatas, além das dificuldades financeiras, geralmente maiores para as mulheres. Por outro lado, algumas das candidatas mencionadas neste trabalho apresentavam uma trajetória política diferenciada, com um processo também diferenciado e até chegando a se eleger.

De alguma forma, as questões de gênero aparecem em diferentes estudos do tema. Ainda que apenas como expressão de um processo histórico que tornou os homens mais presentes nos espaços de exercício de poder. O próprio surgimento da demanda da lei das cotas e sua aprovação é um indicador de que há uma discrepância na representação política relativa à categoria gênero.

Não se pode, contudo, ter uma visão ingênua de que o simples aumento do número de mulheres no exercício do poder signifique, por si só, uma mudança no sentido de atender às diferentes demandas femininas ou na forma de se fazer política. Tais mudanças dependem, de fato, do que cada candidato(a) representa, num sentido mais amplo, não apenas do gênero ao qual pertença. Araújo (1999) mostra que, para Squires (1996), “existem múltiplas identidades no mesmo sujeito” e, portanto, “não há nenhuma garantia de que esse mecanismo [cotas] ao viabilizar a presença numérica, irá assegurar de maneira mais satisfatória as proposições e os interesses das mulheres” (p. 44).

A este respeito, Avelar (2002) alerta que se o objetivo é modificar a situação de sub-representação feminina na política, é necessário eleger “mulheres conscientes do status inferior da mulher na sociedade e na política” (p. 45), isto é, “a questão chave não é eleger mais mulheres, e sim eleger mulheres feministas” (Ibidem, p. 45).

No entanto, Brabo analisa pesquisas pré-eleitorais realizadas no ano de 2000 indicando maior confiança por parte da população nas mulheres do que nos homens, sugerindo que esta posição pode ter sido motivada por propostas femininas mais afinadas com temas sociais (como melhorias no ensino e saúde) (Cf. 2003, p. 57). Adverte, contudo, sobre a necessidade de dar continuidade às análises desses dados em eleições subseqüentes.

Araújo (1999) avalia, ainda, que é importante superar “a noção difusa de resistência masculina” (p. 341), buscando uma compreensão mais profunda do fenômeno.

Os conflitos de gênero continuam, no entanto, sendo mencionados nos relatos e nos estudos do tema, levando a questionamentos sobre seu significado em nossa cultura.

Ao propor um estudo desse tema sob o enfoque da Psicologia Social, minha atuação profissional, predominantemente clínica, teve um papel significativo.

Acredito que, para trabalhar com pessoas, é necessária uma compreensão ou atenção ao mundo como um todo, pois o que se vive no ambiente mais restrito está diretamente relacionado à organização da vida social.

Talvez por isso tenha me entusiasmado, alguns anos atrás, com a leitura do livro *A Psique Política*, de Andrew Samuels. Este analista junguiano propõe um envolvimento dos praticantes da clínica com o que chama de “nível político da psique” (1995, p. 32).

Para ele,

as tarefas dos praticantes da psicologia profunda que procuram se envolver com o político consistem em localizar a enorme energia psíquica que se encontra presentemente retida na auto-repulsão coletiva e subjetiva, e tentar liberar esta energia de modo a torná-la disponível para renovação política. (...) A psicologia profunda pode tentar trabalhá-los numa *análise social e política da cultura* (grifo meu). Mas este projeto fantástico e original não pode ser conduzido sempre no interior de uma moldura racional ou moral. Uma política de transformação dificilmente pode ser totalmente racional. Entretanto, *trabalhar com o irracional e o amoral é o forte da psicologia profunda* (grifo meu) (Ibidem, p. 39-40).

Este profissional, a quem chama de analista político, pode, assim,

tentar compreender o comportamento de um problema político em termos de seus antecedentes. Tal compreensão significa tentar descobrir a história do problema que está sendo tratado, incluindo as fantasias ou mitos coletivos que ficaram ligados ao problema. O analista político tentará então levantar o nível da consciência do problema de modo a permitir que o problema obtenha um grau de conhecimento e controle no que diz respeito a si mesmo. Esta

tarefa é realizada até certo ponto, e como é comum na análise clínica, pela interpretação. Problemas políticos e sociais, como pacientes humanos, responderão à terapia de diferentes maneiras (Ibidem, p. 51).

Comparando a atitude do profissional nesses dois campos, Samuels faz a seguinte analogia:

no mundo do consultório, o movimento é da subjetividade do analista para uma compreensão da realidade psíquica do paciente; no mundo da política, o movimento é da subjetividade do cidadão para uma compreensão da realidade social da cultura (Ibidem, p. 47).

E afirma, ainda: “estou tentando trazer à consciência - à consciência cultural - algo que já está na cultura. É a maneira de um analista fazer política” (Ibidem, p. 37).

Sem ter a pretensão de corresponder a essa imagem de profissional criada por Samuels, entendo que o autor explicita meus anseios e minha identificação por uma atuação que promova o intercâmbio entre a clínica e a realidade social, o indivíduo e seu meio, e boa parte de minha motivação para trabalhar com o tema aqui proposto.

Como cidadã, preocupo-me com a forma como nossa sociedade é organizada. Como psicóloga, busco alguma compreensão do significado dessa organização. Ansiando por transformar tudo isso numa contribuição para com o entendimento e alguma transformação de nossa organização social.

Meu interesse pelo tema conduziu-me, portanto, ao seguinte questionamento: se, historicamente, chegou-se a uma maior atuação dos homens no espaço político, o que é reconhecido e aceito através da própria aprovação da lei das cotas, numa predisposição a mudar esse cenário, e as mulheres precisam se organizar internamente nos partidos - e até mesmo num movimento suprapartidário - quais são, afinal, as dificuldades encontradas pelas mulheres que desejam atuar na política? Por que a filiação e militância partidárias não são suficientes para que este campo esteja aberto às mulheres? Se a bibliografia menciona conflitos de gênero nesse contexto, há aspectos sócio-culturais relevantes envolvidos nessa situação? Quais? As

políticas de identidade adotadas por nossa cultura para cada gênero contribuem para que tais dificuldades se manifestem?

Partindo da bibliografia de referência e das observações através da participação em eventos, o mito de Lilith é proposto como metáfora que pode facilitar o entendimento do contexto estudado, uma vez que representa simbolicamente a reivindicação de igualdade de condições entre os dois gêneros. A paridade proposta por Lilith e recusada por Adão fez com que ela passasse a representar o lado sombrio da feminilidade, retirado da consciência, mas exercendo uma influência simbólica no comportamento humano. O que não significa reduzir esta vivência humana ao mito; ao contrário, na abordagem junguiana, os mitos podem ser uma referência que amplia o entendimento de uma experiência humana, contribuindo com a busca de solução dos problemas enfrentados.

O objetivo deste trabalho é compreender as dificuldades relevantes encontradas pelas mulheres que buscam uma atividade política sob o enfoque da Psicologia Social, considerando as políticas de identidade adotadas pela sociedade brasileira como parâmetro para as mulheres.

Pode, assim, contribuir com a ampliação do entendimento desse problema, auxiliando na criação de novas tentativas de modificação das dificuldades atuais.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, é realizado um estudo da construção histórica da identidade feminina na sociedade brasileira. Partindo das modificações trazidas pela modernidade, que trouxe maior divisão de papéis entre os gêneros, verifica-se a construção do papel social e político da mulher brasileira, desde os tempos do Brasil Império até períodos mais recentes. O movimento de mulheres pelo direito ao voto no início do século XX é destacado, bem como a atuação feminina na redemocratização dos anos 80 daquele século. Também são estudadas as condições atuais das mulheres no cenário político brasileiro, com base em dados oficiais que mostram a evolução da inserção feminina na política após a aprovação da lei das cotas, dentre outros aspectos relevantes da bibliografia pesquisada.

No segundo capítulo é realizado um relato do mito de Lilith, conforme a abordagem junguiana. Para isso, alguns conceitos da Psicologia Analítica

são explicitados. Em seguida, o conceito de política de identidade é discutido, em sua relevância para a construção de papéis sociais. E justificando a proposta do mito como metáfora para o entendimento da situação vivida pelas mulheres no cenário político brasileiro.

No terceiro capítulo é apresentado o método utilizado para a realização desta pesquisa.

No quarto capítulo, é apresentado o conteúdo das entrevistas através do relato e análise da pesquisadora.

Finalmente, a conclusão indica os principais aspectos observados ao longo da pesquisa.

1. A formação da identidade feminina brasileira e sua trajetória: do espaço privado ao público

As aspirações e perspectivas das mulheres quanto a sua inserção social, profissional e política na sociedade brasileira contemporânea ocorrem dentro de um contexto construído historicamente.

Assim, para abordar as questões atuais torna-se necessária uma compreensão desta construção do papel e da identidade da mulher na sociedade ao longo do tempo, no que se refere às principais modificações ocorridas.

Algumas mudanças significativas ocorreram em torno dos papéis sociais feminino e masculino com o advento da Modernidade, justificando aqui uma breve pesquisa do significado desse período, sob a perspectiva de sua importância em relação aos papéis sociais de gênero na sociedade brasileira atual.

1.1 Mulher na Sociedade Moderna

Na Sociedade Moderna, uma primeira modificação de conceito que traria consequências diretas para as mulheres - como para toda a sociedade - foi o desenvolvimento de uma nova concepção de infância. Até então, a criança, tendo adquirido condições físicas que lhe permitiam a sobrevivência, era inserida no meio adulto. Aprendia um ofício e realizava suas trocas afetivas com a comunidade mais ampla.

A Modernidade trouxe o que Ariès (1981) chamou de “sentimento da infância” (p. 56), referindo-se à então crescente valorização da infância e à distinção entre criança e adulto.

A Medicina passou, então, a dedicar atenção especial aos cuidados das crianças, que também passaram a ser vistas como fonte de distração dos adultos. Logo vieram as críticas aos mimos dedicados às crianças e, em decorrência disso, as regras de conduta para a educação das mesmas.

Foi assim que surgiu a família burguesa, na Europa do século XVIII. Um novo modelo, fundamentado nas necessidades da época: “diferenciar e distanciar as pessoas que naquele momento surgiam como a nova classe dominante” (MAGALHÃES, 2001, p. 61). A industrialização então crescente levou a uma reorganização da vida econômica e social repercutindo, desta forma, na nova organização familiar.

Ariès (1981) mostra que a família, ao distanciar-se da rua, passou a viver “dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade” (p. 23).

Rocha-Coutinho (1994) relata, contudo, que nos

tempos pré-industriais, ainda não se referiam às mulheres como fracas, sensíveis e inadequadas para o trabalho físico pesado. Tampouco o cuidado com as crianças excluía a participação da mulher no processo econômico. Ao contrário, enquanto os dois setores - família e trabalho - não estavam separados, as mulheres trabalhavam ao mesmo tempo na produção e na reprodução (p. 31-2).

E, como ressalta Magalhães (2001), nem a elas, nem aos homens, o trabalho trazia prestígio social, pois “este pertencia exclusivamente à nobreza e ao clero” (p. 62).

No século XVIII, no entanto, ocorreu o distanciamento desses dois universos. Mulheres e crianças foram afastadas do meio produtivo. Ao homem, passou a ser habitual o domínio do mundo público, com tudo que lhe dizia respeito; à mulher, o domínio do mundo privado.

Como parte das modificações no conceito e no estilo de vida da família, o casamento adquiriu conotação romântica. O controle da sexualidade feminina, antes exercido por meios autoritários e até cruéis, foi substituído por auto-controle. Afirma D’Incao (1989):

O processo de mudança na família deve ser explicado dentro dos processos mais gerais em curso [...]. Assim, deve ser dentro do conjunto de valores que moldaram o mundo civilizado, capitalista, cristianizado, que deve estar a explicação do “afrouxamento” da

vigilância. Ela foi possível porque as próprias pessoas passaram a se autovigiar. Esse é um ponto importante a observar: o movimento de civilização criou o homem moderno, que se caracteriza especialmente por ser autocontrolado e auto-regulado (p. 70).

Foi assim que a mulher adquiriu um novo papel: não apenas gerar, mas assumir a responsabilidade pela educação dos filhos. Coube a ela a transmissão de valores, numa função de “agente institucional da Igreja e do Estado” (DEL PRIORE, 1993, p. 310). Para esta autora, “o modelo das relações entre mães e filhos era [...] recalcado e constrangedor, normatizado e coercitivo, e em tudo devia mostrar-se à sombra da autoridade masculina” (Ibidem, p. 310). A autora avalia, ainda, endossando a opinião de Alzira Campos, que esta sombra “transformava a mulher em depositária da autoridade da família, estabelecendo um *matriarcado integrado à sociedade androcêntrica*” (Ibidem, p. 310. Grifo meu.).

Matriarcado, porque pertence à mãe a autoridade. Mas os valores que sustentam sua autoridade são androcêntricos, ou seja, são estabelecidos e fundamentados em princípios patriarcais.

Daí se estabelece uma concepção à qual Rocha-Coutinho (1994) se refere da seguinte forma:

Esta função educativa da mãe vai dar à mulher um status muito especial: governando a criança, a mãe passa a governar o mundo. Sua influência estende-se, assim, da família à sociedade, e todos repetem que os homens são, na verdade, o que as mulheres fazem deles (p. 37).

Assim, à mulher é atribuída a tarefa de transmitir à prole valores que são, muitas vezes, contrários às suas necessidades. E ela exerce com tal fidelidade esse papel que se torna, ironicamente, a responsável pela manutenção de seu próprio papel social assim restrito.

Ainda segundo Rocha-Coutinho, como consequência da restrição das mulheres ao trabalho doméstico, que ocorre de forma isolada e sem uma organização cooperativa, “elas passam a ser e a viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa” (Ibidem p. 33).

Pode-se considerar que esta característica, a identificação da mulher com as necessidades coletivas e o serviço prestado às mesmas, possa ter se

constituído num importante instrumento de manutenção desse papel de reprodução dos valores patriarcais, e mesmo num distanciamento da percepção de suas necessidades, quando distintas das sociais, contribuindo com uma redução das possibilidades de realização pessoal.

Nos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa, dessexualizada e valorizada pelo mito virgindade-pureza, a mulher foi revestida, juntamente com as crianças, de uma simbologia de especialidade a qual, para ser mantida, distanciaria ambos dos problemas e das tentações do mundo exterior - o mundo do trabalho (MAGALHÃES, 2001, p. 68).

Ambas, mulheres e crianças, passam a ser vistas como frágeis, delicadas e merecedoras de proteção. Conseqüentemente, passa a haver uma seleção dos espaços que podem freqüentar, limitando as escolhas dos próprios caminhos. Esta divisão de papéis tornou possível “o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 152).

Assim, pode-se concluir com Magalhães que “a mulher a partir da Modernidade se encontra dominada não pelos homens propriamente ditos mas, através deles, pela ordem social” (2001, p. 69).

Para esta autora, a história que circunscreveu a mulher ao triângulo ideológico mãe, esposa e dona-de-casa, também a destituiu de sua consciência e, conseqüentemente, de sua condição de sujeito histórico, através da qual ela se apropriaria da produção cultural de seus antepassados e se reconheceria, na relação com seus companheiros, como produtora das condições de sua existência, podendo transformar o já feito em busca da melhoria dessas condições (2001, p. 69).

Verifica-se, assim, que em decorrência de mudanças sociais, que atingiram o âmbito da organização do trabalho, toda a vida social sofreu também modificações.

Se a infância passa a ser vista como uma fase específica da vida, merecedora de atenção especial, alguém terá que se ocupar prioritariamente com ela, transmitindo os valores que sustentam a nova ordem social. Papel exercido pelas mulheres com uma dedicação ímpar, ao custo dos próprios anseios e da sua realização pessoal, então limitada socialmente, e com a qual deveria se identificar.

Evidentemente, a história também mostra que em diferentes tempos e lugares houve mulheres que não se contentavam com o papel que lhes era assim atribuído. Nesse momento, contudo, nosso objetivo foi traçar em linhas gerais as mudanças trazidas pelo mundo Moderno e o que predominou desde então em termos de papéis sociais de gênero.

1.2 Mulher e família no Brasil Colonial

O Brasil colonial tinha características distintas da burguesia européia.

A população era marcada por uma diversidade de origens étnicas, acentuada com a chegada dos escravos.

Predominantemente rural, o poder era exercido pelo pai/marido da casa-grande, incluindo seus agregados e escravos. Este poder, reconhecido e reforçado pela Coroa Portuguesa, estendia-se para o âmbito econômico, político e social.

As residências não apresentavam conforto e nem as crianças recebiam tratamento diferenciado.

Magalhães relata que as mulheres tinham seus papéis definidos pela etnia e pela classe social a que pertenciam.

Assim, as índias foram catequizadas e transformadas em “esposas, concubinas ou empregadas domésticas” (TELES, 2003, p. 17). As negras, escravizadas, eram usadas “como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores” (Ibidem, p. 21).

Para Figueiredo (1997), a história das mulheres em Minas Gerais é marcada pela originalidade, destacando sua significativa participação “nas práticas sociais e na economia, ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora marcas da presença feminina na história do Brasil” (In: DEL PRIORE (org.), p. 184). O que caracteriza tal diferencial, na sua opinião, é o elevado nível de tensões vivido nesta região, em função das disputas de “cada grão de ouro com uma voracidade inigualável” (Ibidem, p. 185).

As mulheres de classe social mais baixa gozavam de maior liberdade pessoal, pois as normas de boa conduta não eram a elas diretamente atribuídas. No entanto, “conheceram trabalho físico árduo” (ROCHA-

COUTINHO, 1994, p. 68). E mesmo entre as que pertenciam a uma classe social mais elevada, nem sempre cumpriam “o estereótipo da fêmea pura, protegida” (Ibidem, p. 68). Na descrição de Freyre (2003):

[...] houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas [...]; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Das. Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como as das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses [...] (p. 209).

Não se pode esperar que um padrão de comportamento desejado socialmente seja seguido fidedignamente por todas as pessoas. O que se pretende compreender é a força que os mesmos exercem na construção de identidades coletivas e individuais, daí a relevância da análise de tais fatos históricos.

Freyre continua sua análise observando como a existência daquelas mulheres é importante na demonstração de que a condição da mulher à época era decorrente de uma construção histórico-social, e não de sua suposta constituição. Nas suas palavras:

Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação [...] mostraram até que ponto era do regime social de compressão da mulher e não já do sexo, o franzino, o mole, o frágil do corpo, a domesticidade, a delicadeza exagerada” (Ibidem, p. 210).

Ao contrário, lembra ainda o autor que a determinação dessas características de fragilidade associadas à mulher deveu-se, sobretudo, a fatores econômicos, sociais e culturais, lembrando que entre os índios aqui encontrados a organização do trabalho não correspondia ao padrão estabelecido posteriormente.

Contudo, na visão de Rocha-Coutinho, a conduta de algumas matriarcas “não alterou o papel feminino na sociedade patriarcal brasileira” (1994, p. 68). Antes, para Magalhães (2001), uma vez que estavam “revestidas do papel de agentes institucionais da Igreja e do Estado, sua conduta acabava por reafirmar os lugares destinados a cada um dos sexos e a cada um dos representantes das diferentes camadas sociais” (p. 75). Mesmo quando se aproximavam dos filhos contra o poder do patriarca,

também não se opunham efetivamente a ele. Além disso, através de algumas condutas desenvolvidas por elas, tornavam-se indispensáveis na vida dos maridos, levando-os, juntamente com os filhos, a uma dependência emocional.

Para Rocha-Coutinho, “a mãe, assim, transforma-se em símbolo da honra familiar e da solidariedade moral do grupo, ocupando posição central na família brasileira” (1994, p. 69). Avalia que “a força desta figura da mãe de família pode ser observada no culto sentimental e místico da mãe no Brasil” (Ibidem, p. 69), sendo a mulher freqüentemente identificada “com pessoas ou instituições santificadas e protetoras como a Virgem Maria, a Igreja, a madrinha, imagens de devoção e sacrifício” (Ibidem, p. 155).

O que as duas autoras propõem nesta análise é que o papel da mulher na sociedade não foi amplamente modificado apesar de algumas mulheres vivenciarem papéis distintos do que então se esperava delas (como os descritos por Freyre acima, na administração de fazendas, da política, etc.).

Pode-se considerar, porém, a relevância da existência de um modelo com a possibilidade de ruptura do mesmo no universo simbólico feminino brasileiro, em formação à época. Um padrão é definido socialmente, mas quebrado algumas vezes sendo, também, de alguma forma, aceito.

O segundo aspecto levantado por Rocha-Coutinho chama em especial a atenção. Para ela, as mulheres passaram a utilizar estrategicamente seu papel, ao gerar dependência emocional nos filhos e maridos e assumir um lugar central no grupo familiar.

Verifica-se aqui uma interação complementar de papéis, satisfazendo parcialmente a ambos os lados: se ao homem é dada a autoridade relativa ao universo público, às questões sociais, econômicas e políticas, a mulher, a quem cabe o sacrifício desses papéis que poderia também almejar vivenciar, aceita restringir-se ao domínio do lar, desde que o faça com uma valorização diferenciada. Assume um lugar que se pode chamar de “mítico”. Algo próximo do que se convencionou posteriormente chamar “rainha do lar”, expressão que demonstra seu lugar secundário na autoridade familiar, sua restrição ao espaço doméstico, mas de forma sacralizada.

1.3 Mulheres no Brasil: do Império à República

A sociedade brasileira foi caracterizada, predominantemente, pela vida na zona rural, até o final do Império. A vida urbana na cidade do Rio de Janeiro, então capital, é descrita pelos historiadores como muito desorganizada: as casas não tinham limites definidos, a água residual ia para as ruas, de forma que um ministro do governo português chegou a escrever sobre sua insatisfação por tal situação.

A população urbana demonstrava pouca distinção entre ricos e pobres, aparentando homogeneidade. A população fixa era reduzida, com alguns artesãos e muitos desocupados, num contexto de atividade econômica limitada.

Houve, ainda no Império, adoção de medidas de higiene e limpeza, decorrentes da abertura da Faculdade de Medicina.

No século XIX ocorreram importantes mudanças na sociedade brasileira:

a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade - *burguesa* - (grifo do original) reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor (D'INCAO, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 223).

Pode-se dizer, portanto, que alguns valores e o modo de vida da burguesia européia passaram finalmente a compor a sociedade brasileira.

Já no início da República intensificaram-se as tentativas de “modernização” do Rio de Janeiro. “Idéias de ser ‘civilizado’ e de europeizar a capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial, estão entre as primeiras intenções do novo regime político” (D'INCAO, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 226).

Festas e cultos de alguns grupos ou comunidades foram restringidos, inclusive a serenata e a boemia. A pobreza deixou de ser tolerada, a imprensa realizava campanhas para “eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana” (Ibidem, p. 226). A rua adquiriu, assim, o caráter de lugar “público”, oposto à casa, o lugar “privado”. Nesse período ocorreu a “passagem das relações senhoriais às relações sociais do tipo burguês”

(Ibidem, p. 226).

As casas passaram a ser construídas com maior isolamento em relação às demais. Alguns espaços das casas, seus salões e salas de visitas, eram utilizados para recepções. Outros espaços demarcavam maior intimidade.

As mulheres das classes mais altas participavam de eventos sociais como teatros, bailes e freqüentavam os cafés. Essa nova liberdade trouxe também, na visão de D'Incao, maior vigilância, agora de toda a sociedade, com a necessidade de aprender a se comportar em público e conviver de maneira educada.

A mulher, a quem coube os cuidados da casa e dos filhos, passou a ter um papel importante na manutenção de uma estrutura que permitia ao homem se envolver com os assuntos políticos e econômicos. A manutenção e até mesmo a elevação do prestígio social da família tornaram-se também dependentes da mulher, nesse papel.

Para que pudesse bem desempenhar seu papel de mãe e esposa, surgiu uma preocupação especial com a educação da mulher. Assim é que, para muitos, a boa educação feminina deveria estar aliada a uma sólida formação cristã - que, na época, correspondia ao catolicismo. A este respeito, comenta Louro:

Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem da pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a *sagrada missão* (grifo do original) da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (1997, In: DEL PRIORE (org.), p.447).

Mudanças sociais estabelecem, assim, parâmetros que se constituem políticas de identidade para as mulheres brasileiras. Às jovens é apresentado o modelo de Maria, portadora das virtudes que devem ser desenvolvidas em cada mulher, de forma que venha a bem exercer seu papel social: de mãe,

esposa e dona-de-casa.

Também havia se iniciado no Brasil, ainda durante o Império, uma feminização do magistério, que ocorria em outros países. Alguns exaltavam tal fato, argumentando pela natureza feminina, que estaria mais propensa ao trato com as crianças. Outros, porém, consideravam entregar a atividade docente às mulheres uma insensatez, por serem elas “portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu desuso” (LOURO, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p.450).

O ambiente urbano apresentava outras autoridades institucionais, mas mesmo assim o pai continuou a exercer forte poder sobre as mulheres e as crianças.

Nas classes sociais mais baixas, o homem não era o único a trabalhar. Conseqüentemente, seu poder era reduzido em comparação com o homem de classe mais elevada. Soihet (1997), ao tratar da violência, comenta que o homem de classe mais baixa, com menor poder social e familiar, por vezes apresentava crises de violência e suas mulheres muitas vezes reagiam, chegando a abrir mão do casamento, na época tão valorizado, e também idealizado pelas mulheres dessas camadas sociais mais baixas. A autora avalia que

As condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuíram para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito. Isso lhes possibilitou reivindicar uma relação mais simétrica, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que previam a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços provenientes da vida em comum (SOIHET, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 377).

Complementa mostrando que a população feminina, nessa época, era menor que a masculina, o que as tornava disputadas pelos homens e contribuía nessa reivindicação por uma relação mais simétrica.

Nas classes sociais mais altas, as mulheres que trabalhavam fora eram vistas como inadequadas, pois o modelo de boa conduta propunha que as mulheres se afastassem do ambiente do trabalho. Para Del Priore (1993), “parecer-pertencer-à-casa era um dos valores morais que se esperava que

as mães transmitissem às filhas” (p. 316).

Após a abolição da escravidão, fato ocorrido em maio de 1888, os antigos escravos que trabalhavam no campo e nos engenhos se misturaram aos imigrantes, constituindo os colonos. Com baixos salários e moradia gratuita, tinham, além da tarefa da lavoura, permissão para a cultura de subsistência, cujo excedente podiam comercializar. Em casa, beneficiavam alguns itens e produziam alimentos, móveis e utensílios domésticos. Eram as mulheres que assumiam a responsabilidade pela maioria dessas atividades, algumas vezes ajudadas pelas crianças e raramente pelos maridos. “Na roça não existiam como trabalhadoras individualizadas, porque esse trabalho era englobado ao trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido” (SILVA, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 557).

No final do século XIX, crescia a industrialização no país, ampliando os postos de trabalho. As mulheres solteiras e mais pobres, incluindo as imigrantes, tiveram aí expressiva participação superando, em alguns setores como fiação e tecelagem, onde também havia forte presença de crianças, a participação masculina. Nos setores de metalurgia, calçados e mobiliário, as mulheres não atuavam.

No início do século XX, surgiram postos de trabalho na atividade comercial e nos setores de serviços e educação, onde as mulheres também se apresentavam.

Nas três primeiras décadas daquele século, as mulheres oriundas de camadas de nível médio e elevado que exerciam alguma atividade fora do âmbito doméstico ocupavam-se em funções nas áreas da saúde, educação e artes, como professoras, engenheiras, médicas, advogadas, pianistas, jornalistas, escritoras e diretoras de instituições culturais.

Rago (1997a) ressalta, contudo, que após a crescente industrialização brasileira e o aumento da atuação feminina, onde o espaço público ainda predominava essencialmente como de domínio masculino, a participação das mulheres neste tinha um caráter coadjuvante, “na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos” (In: DEL PRIORE (org.), p. 603).

Esse dado indica, porém, um primeiro passo na conquista das

mulheres por uma inserção no espaço público, uma modificação significativa na estrutura social da época.

Pode-se observar, também, que as diferenças de classe social têm um papel importante no tipo de atividade e prestígio que a mulher poderá obter quando do desempenho de uma atividade profissional. Se inicialmente o espaço público era mais vetado às mulheres de camadas mais altas, posteriormente elas passam a conseguir postos de maior prestígio.

1.3.1 Primeira Constituição da República

Em 1891 foi estabelecida a primeira Assembléia Constituinte da República brasileira, com objetivo de promulgar nossa primeira constituição republicana.

Nessa época, os eleitores eram apenas os homens maiores de 21 anos e alfabetizados.

Algumas mulheres tentaram isoladamente o direito a voto e mesmo a se candidatar como constituinte. Não conseguiram.

Contudo, o direito de voto feminino foi debatido nesta assembléia. Foi também vetado, por uma maioria maciça de votos. Dentre os argumentos, Hahner cita os relativos aos “cérebros infantis das mulheres, sua inferioridade mental e retardação evolutiva” (1981, p. 84). Esse pensamento não era, no entanto, partilhado por todos os deputados.

Outros, como o deputado Moniz Freire, consideravam “imoral e anárquico o voto feminino, que resultaria na dissolução da família brasileira” (MACHADO NETO, 2000, v. 6, p. 6). Para o deputado Barbosa Lima, “a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família” (Ibidem, p. 6).

Dentre os defensores do voto feminino, estavam Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, que posteriormente foram presidentes da República.

Curiosamente, o texto desta constituição não incluía explicitamente as mulheres dentre os que não poderiam se alistar como eleitores, num aparente esquecimento que revela, contudo, parte do senso comum da época. No texto, os habilitados a se alistar eram os cidadãos maiores de 21

anos. O termo “cidadãos”, no masculino, também não abrangia as mulheres.

Diante disso, porém, durante o período em que vigorou esta constituição (até 1934, quando nova Constituição foi promulgada), muitas mulheres tentaram se alistar como eleitoras.

Quanto à associação de argumentos de limitações biológicas para o exercício de atividades públicas pelas mulheres, Rago comenta que nos primórdios do século XX, os homens de ciência

consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. Os argumentos criados ou reproduzidos e até as classificações preconceituosas que pregaram converteram-se em códigos que aos poucos passaram a reger as relações entre os sexos, bem como entre as diferentes classes sociais e grupos étnicos. Só muito recentemente a figura da ‘mulher pública’ foi dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o ‘homem público’, isto é, enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade (1997a, In: DEL PRIORE (org.), p. 603-4).

Tentava-se, assim, através de uma suposta autoridade conferida pela ciência, impor valores construídos socialmente.

Desde então, a idéia do voto feminino não foi mais abandonada, levando ao surgimento do Movimento Sufragista no Brasil, já existente em outros países, como a França, desde o final do século XIX.

1.3.2 O Movimento Sufragista

Em 1910, duas mulheres fundaram o Partido Republicano Feminino. Uma delas, Leolinda Daltro, professora, criou sozinha cinco filhos, separada do marido e a partir de 1895 percorreu alguns estados do interior do Brasil em defesa dos índios. A outra, Gilka Machado, escrevia poemas eróticos que escandalizavam a muitos.

É importante observar, como analisa Pinto (2003) que o objetivo de um partido político é apresentar propostas e se eleger para colocá-las em prática. Quanto às fundadoras deste partido, no entanto, não eram elegíveis e sequer eleitoras. O que pretenderam e conseguiram, de certa forma, foi mobilizar e questionar a sociedade sobre os direitos políticos das mulheres. Participavam

de eventos públicos buscando repercussão na imprensa e chegaram a organizar uma marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, em 1917, onde estavam presentes 90 mulheres.

No ano anterior à fundação deste partido, 1909, havia sido realizada a primeira eleição para Presidente da República do Brasil, quando Hermes da Fonseca venceu Rui Barbosa.

O desaparecimento do mesmo partido, no final da década de 1910, coincidiu com o retorno de Bertha Lutz de Paris, em 1918, que começou a organizar o que viria a ser a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (F.B.P.F.), fundada em 1922 e filiada à International Woman Suffrage Alliance (Cf. AVELAR, 2002, p. 45). Pinto (2003) analisa que a Federação não pode ser vista como uma continuidade do partido, considerando suas trajetórias distintas.

Bertha, filha do cientista Adolfo Lutz e de uma enfermeira inglesa, formada em Biologia na Universidade de Sorbonne e, posteriormente, em 1934, em direito, retornou ao Brasil e através de concurso público se tornou bióloga no Museu Nacional. Expressava, assim, uma condição rara à época: pertencente a uma elite intelectual e econômica, obteve uma também rara atuação profissional.

Representou o Brasil em eventos internacionais. Trouxe líderes de movimentos feministas para o Brasil, promovendo o Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, em 1922 (mesmo ano em que aconteceu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo). Era reconhecida pela elite política brasileira e tinha trânsito na mesma.

O centro da F.B.P.F. era a luta pelo direito ao voto feminino. Dentre os políticos adeptos desta idéia, o senador Juvenal Lamartine, em cuja campanha a governador do estado do Rio Grande do Norte, Bertha participou em decorrência de seu compromisso de implantar o voto feminino naquele estado.

De fato, com sua articulação, este foi o primeiro estado a implantar o voto feminino, em sua Legislação Eleitoral, que estava sendo adaptada às reformas da Constituição realizadas em 1926. A primeira eleitora a obter o parecer favorável da justiça local foi Celina Guimarães Viana, professora em Mossoró, em 1927.

Nesse mesmo ano e estado, Júlia Alves Barbosa defendeu seu direito de votar, em audiência na qual estavam presentes muitos jornalistas, advogados e mulheres que representavam movimentos organizados. “Justificou seu pedido com a qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto apta a exercer sua cidadania” (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, p. 303).

Saffioti (1979) relata que, nesta ocasião, chegaram a vinte as mulheres alistadas para votar nesse Estado. Em abril de 1928, ao ser realizada eleição para a vaga do Senado, criada pela renúncia de Lamartine para assumir o comando do Estado, quinze delas compareceram para votar, mas tiveram seus votos anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

A esta negativa do Senado em aceitar a legislação potiguar referente aos direitos políticos da mulher, cuja demonstração de constitucionalidade havia levado muitas mulheres de vários estados a requerer e obter alistamento eleitoral, a F.B.P.F. responde com um ‘Manifesto Feminista’ à nação, no qual eram declarados os direitos da mulher (SAFFIOTI, 1979, p. 261).

Este manifesto era assinado por “várias mulheres pertencentes a influentes famílias políticas, incluindo Clotilde de Mello Vianna, mulher do vice-presidente do Brasil” (HAHNER, 1981, p. 117). Ainda segundo esta autora,

também argumentavam que a supressão dos direitos da mulher traria ‘prejuízos’ à nação, ‘retardando o progresso geral’. Atacavam as falsas crenças na subordinação, e recordavam seus oponentes de que aquele que paga impostos e obedece às leis deveria ter uma voz na sua elaboração (Ibidem, p. 118).

Em 1929, numa pequena cidade desse estado, Silvestrin (2000) relata que Alzira Soriano de Souza foi eleita prefeita. Sua eleição dava “continuidade à representação de sua família” (p. 29).

Em Minas Gerais, Elvira Komel, formada em direito, foi não apenas a primeira mulher a advogar no seu Estado, mas a primeira eleitora, em 1928. Criou o Batalhão Feminino João Pessoa durante a revolução de 1930, juntando oito mil mulheres. Após a revolução, transformou o movimento numa associação em defesa dos direitos femininos e em 1931 realizou o Primeiro Congresso Feminino Mineiro, com grande repercussão local. Faleceu precocemente em 1932.

As características de Bertha Lutz citadas acima - o fato de pertencer a uma elite intelectual e econômica, de representar o governo brasileiro em eventos internacionais e transitar pelo meio político - contribuíram muito para que o movimento por ela liderado tivesse uma conotação de “bem comportado”. Além disso, a maioria das mulheres que se destacaram nesse movimento, ao lado dela, tinham “pais intelectuais, militares e políticos ou dedicados a profissões urbanas de elite, como medicina, direito, engenharia” (PINTO, 2003, p. 25). Destacavam-se, também elas, profissionalmente, como “médicas, dentistas, advogadas, escritoras, escultoras, poetisas, pintoras, uma aviadora famosa (Arlete), engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas” (AVELAR, 2002, p. 45).

Para Hahner (1981), as táticas utilizadas por elas eram adequadas à sua posição, visando “influenciar os líderes políticos e a opinião pública culta” (p. 112). Afirma esta autora que “a publicidade, junto com o sábio uso de relações pessoais dentro dos círculos do governo, foram seus principais instrumentos políticos”(Ibidem, p. 112). E que faziam, por exemplo, ampla divulgação dos telegramas com elogios que enviavam aos políticos, quando estes apoiavam publicamente o sufrágio feminino.

Apesar de sua condição social, contudo, Avelar menciona que “as sufragetes não escaparam dos ataques da imprensa que freqüentemente as acusava de pertencerem ao terceiro sexo, carentes de charme feminino, histéricas, declassées” (Ibidem, p. 45).

O objetivo dessas mulheres era obter o direito de voto feminino, como reconhecimento de seus direitos políticos e cidadania. Deixando de fora, num primeiro momento, outras reivindicações que pudessem ser significativas para a época. Certamente isso favoreceu a aceitação do movimento e de sua reivindicação, que poderiam ter sido dificultadas em outras circunstâncias. E gerou alguns questionamentos.

Mesmo porque, dentre os argumentos utilizados por parte das sufragistas, não apenas no Brasil, mas no mundo, estava o de que exerceriam melhor seu papel de mãe e esposa, numa atitude desvinculada da busca de emancipação social mais ampla. Segundo Araújo (1999), o ato de votar, para essas mulheres, possibilitaria “que sua sensibilidade moral desenvolvida na esfera doméstica pudesse contribuir com o mundo político”

(p. 20).

Também apresentavam aos seus oponentes argumentos como o que dizia que “o cumprimento das obrigações políticas por uma mulher não representaria uma séria ameaça à vida doméstica nem mesmo tomar-lhe-ia muito tempo” (HAHNER, 1981, p. 114). O que poderia se constituir numa posição estratégica, evitando o confronto que elevaria a resistência, caso questionassem a organização familiar. Aceitavam, inclusive, a “definição básica da esfera de interesses da mulher como girando em torno do lar; da família e de assuntos relativos à educação, à saúde e ao bem-estar” (Ibidem, p. 115-6). Talvez percebessem que a conquista não viria se questionassem o papel social feminino e não um direito pontual.

1.3.3 Mulheres nas primeiras décadas do século XX

No início do século XX, a industrialização crescia e, conseqüentemente, também o movimento operário.

RAGO (1997b) relata que o próprio movimento operário atuava como mantenedor das mulheres numa condição de submissão. Elas se incluíam no movimento como trabalhadoras, não como líderes.

O movimento questionava as condições de trabalho na fábrica vendo a mulher como frágil para essa realidade e necessitada da proteção dos companheiros homens.

Além disso, a imprensa operária publicava o sentimento de humilhação e indignação dos homens quando substituídos por mulheres em postos de trabalho. Rago (1997b) cita de um jornal da época a seguinte manifestação de um tecelão numa assembléia: “Nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos [...]” (apud RAGO, 1997b, p. 69).

Segundo esta autora, o próprio Engels acreditava que o sistema fabril impedia “que a mulher aprendesse os trabalhos domésticos e se tornasse boa dona-de-casa” (RAGO, 1997b, p. 67).

É preciso entender que para os homens também não era fácil conviver com tais mudanças, não apenas nas relações de trabalho como na estrutura

social. Afinal, deles se esperava o sustento das mulheres e dos filhos mas, face ao novo contexto, passavam a ter que competir com elas pelos novos postos de trabalho.

Há historiadores que atribuem passividade às mulheres no início da República brasileira, até as primeiras décadas do século XX. Outros refutam essa posição, demonstrando uma diversidade de posicionamentos de mulheres, isoladamente ou em movimentos organizados, ou ainda associadas ao movimento operário.

Entre as que atuavam isoladas, podemos considerar as que fundavam jornais para neles escrever periodicamente artigos que defendiam as causas feministas, como Francisca Senhorinha Motta Diniz, que já em 1873 fundou “O Sexo Feminino” em Minas Gerais e posteriormente o transferiu para o Rio de Janeiro, com o nome de “15 de Novembro do Sexo Feminino”, após a proclamação da república. Esta, aliás, chegou a escrever uma peça de teatro em defesa do voto feminino, que teve uma única apresentação.

Também Andradina de Oliveira fundou em Bagé, Rio Grande do Sul, o jornal “Pela Mulher” em 1898, e escreveu o livro “O Divórcio”, “em que defendia a felicidade no casamento e o divórcio como forma de resolver os casamentos infelizes” (PINTO, 2003, p. 32).

Quanto às que atuavam associadas ao movimento operário, é importante ressaltar que o centro das reivindicações eram as questões trabalhistas.

A este respeito, Rago (1997b) relata a mobilização e resistência feminina nas fábricas, enfrentando os patrões e a polícia em bairros como a Mooca e o Brás em São Paulo, e a perseguição de um delegado de polícia às prostitutas do Brás. Para ela, a divulgação dessa resistência feminina foi modificada pela ótica masculina, em cujas mãos estavam os jornais operários, o que também contribuiu com a formação da crença de que as mulheres não teriam apresentado resistência nesse período.

Há que se destacar, ainda, que as mulheres que defendiam seus direitos sob a ótica anarquista ou inseridas no movimento operário defendiam, em geral, direitos vários e mais amplos do que as que defendiam o direito a voto. Chegavam mesmo a criticar e questionar o movimento liderado por Bertha Lutz, pelo que consideravam o voto insuficiente para a

conquista de maior dignidade por parte das mulheres, na visão delas, dominadas pelos homens.

No entanto, a conquista mais sólida obtida nesse período foi, realmente, o direito de votar e ser votada. A Federação liderada por Bertha e outras mulheres que atuavam em defesa dessa causa, soube aproveitar a receptividade existente ao tema - ainda que esta fosse inicialmente restrita - e ampliá-la, até que se tornasse um direito conquistado de fato. Se a alguns parecia pouco, uma vez obtido pôde criar condições para a busca de novas conquistas.

1.3.4 A Constituição de 1934: enfim, o voto feminino

O regime provisório de Getúlio Vargas comprometeu-se com uma reforma eleitoral. E a F.B.P.F., “sentindo oportunas as possibilidades” (HAHNER, 1981, p. 119) realizou, em fevereiro de 1931, o Segundo Congresso Feminino, no Rio de Janeiro. O código eleitoral provisório, liberado pelo governo em agosto daquele ano, concedia às mulheres o direito de voto, porém limitado às “solteiras ou viúvas com renda própria, ou as mulheres casadas com a permissão do marido” (Ibidem, p. 119).

A F.B.P.F. protestou, então, juntando-se a outros grupos feministas, como a Aliança Cívica das Brasileiras e a Aliança Nacional de Mulheres, armando “uma campanha para remover as restrições do código antes que fosse adotado” (Ibidem, p. 119). Bertha e outras mulheres foram recebidas por Getúlio Vargas, que acatou seu anseio. O direito de voto feminino veio, assim, por decreto, em 24 de fevereiro de 1932 “sob as mesmas condições que os homens” (Ibidem, p. 120). A idade mínima dos eleitores foi reduzida para 18 anos, e os analfabetos permaneceram excluídos.

Este código eleitoral estabeleceu o processo para a formação da nova Assembléia Constituinte, eleita em 1933. Pela primeira vez as mulheres puderam participar, com direito de votar e ser votada.

É importante notar que as brasileiras conquistaram este duplo direito antes das mulheres de vários países europeus, como Itália (onde isso ocorreu em 1945) e França (1944). E, ainda, que em alguns países o direito de votar foi reconhecido antes do direito de ser votada.

Hahner destaca, ainda, que o Brasil foi o “quarto país no hemisfério ocidental a conceder o voto às mulheres” (1981, p. 120), antecedido por Canadá, Estados Unidos e Equador.

Nesta ocasião, a única deputada eleita, dentre o total de 214, foi Carlota Pereira Queiroz. A Federação não conseguiu eleger Bertha Lutz como constituinte. Ela permaneceu como suplente até 1936, quando assumiu o cargo em decorrência do falecimento de um deputado.

Durante a Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933 e concluída com a promulgação da nova carta, em 16 de julho de 1934, a F.B.P.F. exerceu pressão para que novos direitos relativos às mulheres fossem incluídos e promoveu um evento na Bahia estabelecendo nova estrutura ao movimento, “com o objetivo de transformá-la em uma grande organização nacional” (PINTO, 2003, p. 28).

À época da posse de Bertha Lutz no parlamento, a F.B.P.F. promoveu o III Congresso Nacional Feminista, que discutiu projetos para pressionar o Legislativo com relação à ampliação de direitos femininos.

Com o golpe de Estado de Vargas, em novembro de 1937, a Federação não chegou a ser extinta, mas perdeu a possibilidade de se expressar. Após a redemocratização, em 1945, não teve mais força de atuação.

Durante a ditadura de Vargas, um dos instrumentos utilizados pelo governo foi a propaganda, promovendo sua imagem. Essa propaganda chegou a envolver a mulher dele, “dona Darcy, como exemplo a ser seguido pelas mulheres brasileiras” (MACHADO NETO, v. 10, p. 11).

1.3.5 Anos Dourados

Com o início da redemocratização coincidindo com o término da II Guerra Mundial, o Brasil, que já havia importado idéias de emancipação feminina, importou também idéias de retorno da mulher ao lar e aos valores tradicionais da sociedade.

Nos anos 50, o Brasil viveu um momento de ascensão da classe média. Bassanezi relata que

democracia e participação eram idéias fortalecidas nos discursos políticos. Em geral, ampliaram-se aos brasileiros as possibilidades

de acesso à informação, lazer e consumo. As condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres (1997, In: DEL PRIORE(org.), p. 608).

Se havia mudanças sociais em vários níveis, as diferenças entre o papel feminino e o masculino permaneceram nítidas. Para a mesma autora, “a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o ‘chefe da casa’” (Ibidem, p. 608).

O “instinto materno” caracterizava a mulher, ao lado da pureza, doçura e resignação. Do homem, detentor de autoridade e poder sobre as mulheres, esperava-se também o sustento da mulher e dos filhos.

Ainda segundo Bassanezi,

Na Ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação.

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (Ibidem, p. 609).

Nessa época, surgiu o conceito de “moça de família” em oposição ao conceito de “moça leviana”.

As “moças de família” deviam se preparar para o casamento mantendo a virgindade e até mesmo uma “inocência sexual”. Por isso, enfatizou-se o autocontrole, cabendo a elas a distinção entre o comportamento certo e o errado e a escolha do primeiro. Não faltavam, é claro, a atenção e julgamento sociais, que se expressavam através de adjetivos maldosos.

A “moça leviana” era vista como intermediária entre a moça de família e a prostituta, isto é, era aquela que cedia além do recomendado.

A vida urbana trazia, então, possibilidades de diversão: cinema, festas, bailes e brincadeiras dançantes, a possibilidade de freqüentar piscinas e praias; além disso, o convívio nos ônibus, onde se percorria as distâncias, aumentadas, entre as residências e os locais de trabalho, estudo e lazer; a popularização dos carros particulares; fazer o ‘footing’, tudo isso levando a uma maior convivência entre homens e mulheres, sobretudo mais jovens.

Se o trabalho feminino se tornava mais freqüente, o preconceito em relação ao mesmo persistia. Era comum as mulheres abandonarem o

trabalho após o casamento ou o nascimento do primeiro filho. Se a condição econômica não o permitia, era motivo de vergonha ao marido.

Pode-se falar que a mulher vivenciou, neste período, um conflito entre o seu papel social numa perspectiva tradicional e seus novos anseios, com possibilidade de concretização.

Assim, cresceram as possibilidades de acesso à informação e ao trabalho: em áreas como serviços públicos, comércio, escritórios e serviços de consumo coletivo, as mulheres iam se inserindo. Entre profissões com maior qualificação, eram enfermeiras, professoras, médicas, assistentes sociais, dentre outras. Com maior escolaridade e como profissionais remuneradas, houve “mudanças no status social das mulheres” (BASSANEZI, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 624).

No casamento, não cabia à mulher questionar os “deslizes” do marido. O desquite permitia o afastamento do casal sem, contudo, permitir um segundo casamento. Quando um novo vínculo era estabelecido, o preconceito social sobre a mulher era demasiadamente grande, sendo considerada “má influência” para as demais. Os filhos também eram, de certa forma, atingidos. Ao homem, novamente, maior tolerância. O divórcio, debatido desde então, somente nos anos 70 foi aprovado no Brasil.

Verifica-se no estilo de vida social neste período alguns aspectos semelhantes aos encontrados no início do século, ainda que tenham sofrido modificações. A noção de preservação da família, com a mulher tendo o papel prioritário de dona-de-casa e mãe, a valorização do casamento como objetivo “natural”, o homem com o papel de provedor e, ainda, gozando de maior liberdade e aceitação de suas atitudes.

No entanto, novos valores, permitindo maior presença das mulheres nos espaços públicos, tanto no campo profissional como social, com maior liberdade, trouxeram conflitos não apenas a elas, na continuidade da construção de um novo papel social, mas à sociedade como um todo. Alguns perduram, de alguma forma, até os dias atuais, com maior ou menor intensidade dependendo da intersecção com outros valores sociais. O zelo pela vida doméstica e a busca de realização pessoal no trabalho é um dos conflitos que, pode-se dizer, ainda não está suficientemente resolvido na nossa sociedade, de forma geral.

1.4 O Feminismo

Nos anos 60 e 70 a Europa e Estados Unidos viveram o surgimento de muitos movimentos sociais, entre eles o Feminismo.

O surgimento da pílula anticoncepcional trouxe ao movimento um reforço importante no questionamento da identificação entre sexualidade e procriação, que fundamentava o padrão social do papel feminino de mãe-esposa-dona-de-casa.

Em sua primeira fase, no decorrer dos anos 60, o movimento feminista propunha a igualdade de direitos entre mulheres e homens, ou

o direito das mulheres de participar da vida pública em igualdade de condições com os homens. Cabia às mulheres, a certas mulheres, as 'mais aptas', as 'mais competentes', abrir caminho nesses espaços. Para tanto, essas mulheres tentaram convencer os homens de que a condição de mulher não era uma *desvantagem insuperável: apesar de mulheres, (grifo meu) elas poderiam corresponder às expectativas do mundo do trabalho e da vida pública (OLIVEIRA, 1999, p. 59).*

Tal reivindicação trazia como pressuposto uma desvalorização do feminino, ao mesmo tempo em que tomava como referência o masculino. A expressão “desvantagem insuperável”, utilizada pela autora acima, demonstra claramente esse espírito. Tentava-se “provar que as mulheres não são inferiores aos homens, e que podem fazer as mesmas coisas que eles” (Ibidem, p. 71).

Mas assumir papéis antes desempenhados pelos homens levou, inicialmente à “dupla jornada” - as mulheres somaram a suas tarefas domésticas a atividade pública que passaram a exercer. Num primeiro momento, tentando provar que isto era possível, sem prejuízo do ambiente familiar.

Para Oliveira (1999), a ambigüidade vivida pelas mulheres é uma resposta inevitável “às mensagens diferentes e contraditórias que elas recebem - e acatam - da sociedade moderna” (p. 77).

A partir de 1968, o movimento feminista viveu sua segunda fase, a da “diferença radical”, passando a anunciar “que as mulheres não são inferiores

aos homens mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura” (Ibidem, p. 71).

Magalhães (2001) avalia que, neste período, o movimento feminista enfocou as diferenças entre as identidades feminina e masculina, evidenciando

as especificidades das experiências das mulheres. Buscou dar voz à subjetividade feminina calada pela cultura patriarcal. Dessa nova perspectiva nasceu um discurso essencialista que afirmou a existência de uma ‘essência feminina’ ou de uma ‘natureza feminina’ (MAGALHÃES, 2001, p. 35).

Segundo esta autora, tentando demonstrar essa “essência feminina”, o movimento “desconsiderou [...] as relações específicas que as mulheres estabeleceram com o meio e com outras pessoas, atribuindo um caráter ontológico a toda produção cultural decorrente dessas relações” (Ibidem, p. 35). Se, por um lado, isto evitou o “risco de uma pura e simples assimilação das mulheres à sociedade masculinizada” (YANNOULAS, 1994, p. 8), por outro lado “justificou todas as discriminações sexuais tradicionais” (Ibidem, p.8-9).

A terceira fase do feminismo, no final dos anos 80, foi marcada por uma ênfase ainda maior na diferença, agora como direito das mulheres de diferirem dos homens. É a fase da “multiplicidade de diferenças e alteridades” (MACHADO, 1992, p. 27), também chamada por alguns de “elogio da diferença”.

Oliveira (1999) entende que, a partir desta fase, “reconstruir o feminino é o destino do movimento de mulheres” (p. 74), permitindo também uma reconstrução do masculino. Tudo isso levando à verdadeira igualdade, que “é a aceitação da diferença sem hierarquias” (Ibidem, p. 74).

Nesta época, “postulava-se, nas Ciências Humanas, a primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulher e a ‘superação’ dos estudos dos papéis sexuais pelos de gênero” (MACHADO, 1992, p. 26). Tentava-se, assim, modificar uma visão mais associada ao determinismo biológico, inclusa no conceito de papéis sexuais, e atribuir um caráter relacional e social às construções de feminino e masculino.

Conforme Saffioti (1992)

Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar (p. 187).

Castro e Lavinias (1992) assim se referem à adoção deste conceito: “Se, até há pouco, o objeto era a construção social e subordinada do feminino, hoje, remodelado, é a construção das relações sociais entre homens e mulheres, isto é, das relações de gênero” (p. 243).

Para essas autoras, “trabalhar o processo de formação das identidades sociais de gênero permite interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sociais sexuados” (Ibidem, p. 243).

Alertam, contudo, para o fato de que esta dinâmica incorpora também outros registros, “mas que não pode prescindir deste, sob pena de fragmentar o real” (Ibidem, p. 243).

Não houve, porém, unanimidade em torno da adoção deste conceito. Alguns estudiosos questionavam sua utilidade, o que pode ser ilustrado pelo comentário de Heilborn (1992):

Depois de examinar a presença feminina, passou-se agora a falar em gênero. Do sexo passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter como imbricada a um sistema relacional, ou de que, se mantém algum vínculo com a base anatômica, sua principal utilidade está em apontar e explorar a dimensão social que, em última instância, é o que importa quando se faz Antropologia (p. 94).

Sobre as diferentes abordagens deste conceito, Saffioti avalia que: “quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos - sofridos por homens e mulheres” (1992, p. 193).

As três fases do feminismo foram bem delimitadas nos Estados Unidos e Europa. O mesmo não ocorreu no Brasil.

1.4.1 Feminismo no Brasil

O início do movimento feminista nos Estados Unidos e Europa coincidiu com novo período de ditadura política no Brasil. Pode-se dizer que, de certa forma, esse fato adiou a expressão desse movimento no Brasil, para o período posterior à abertura política. Assim, os diferentes momentos do movimento ocorreram aqui concomitantemente, em especial as duas últimas etapas.

Isto não significa, no entanto, que nada tenha ocorrido antes, mas houve uma intersecção deste movimento com outros vividos naquele período.

No final dos anos 60, as mulheres brasileiras tomaram a frente de vários movimentos de reivindicação. Em 1968, participaram do “Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e, em 1975, criaram os Grupos Feministas e Centros de Mulheres” (GIULANI, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 649). Sendo a maioria proveniente de classe média, donas de casa ou profissionais, faziam crítica e reivindicavam melhores condições nos serviços públicos, política salarial, dentre outras.

Esses grupos não tinham uma característica feminista como ocorria fora do Brasil. No entanto, abordavam temas possíveis à época que tinham, de certa forma, um aspecto social que interferia diretamente na vida de suas participantes.

Pinto (2003) chama a atenção para um paradoxo vivido pelo feminismo brasileiro:

ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (p. 45).

O que remete a uma reflexão sobre a semelhança entre essa concepção, nesse momento, e a forma como o movimento operário, no início do século XX, entendia a demanda das mulheres por uma luta específica, convergente mas distinta das reivindicações do movimento.

As mulheres, em ambos os momentos, inserem suas reivindicações num todo maior, ampliando sua luta, empreendida em defesa de questões que lhes dizem respeito especificamente como mulheres, e outras, que também lhes dizem respeito, menos diretamente, ou de forma mais abrangente, como necessidade social. Nem sempre, no entanto, encontram o

mesmo respaldo, ou o recebem em menor proporção. Pois os homens, como se pode ver ao longo deste capítulo, nem sempre apóiam as demandas femininas.

Muitas das militantes feministas também atuaram contra a ditadura, sendo por isso punidas.

Pinto também faz considerações sobre o momento vivido pelo feminismo no Brasil, que lhe atribui dupla face:

Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. (2003, p. 45).

Na sua avaliação, essas características permitem entender o feminismo no Brasil como

um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (Ibidem, p. 46).

No início dos anos 70, formaram-se muitos grupos de reflexão de mulheres que se reuniam na casa de alguma delas, discutindo diversos temas relativos à condição feminina, inclusive sexualidade. A admissão era realizada através de convites. Para Oliveira (1999), esses grupos

favoreceram a eclosão de uma palavra múltipla feita de memórias, de receios, de esperanças, de experiências até então vividas por cada uma como vida particular. A constelação dos pequenos grupos tornou-se a espinha dorsal e o vetor do movimento de mulheres e foi neles que se produziu o pensamento do feminismo dos anos 70 (p. 58).

Esses grupos foram numerosos e espalhados pelo Brasil. No entanto, dado o contexto ditatorial da época, não se pôde obter maior conhecimento sobre eles. Sua existência foi muito importante, por introduzir o debate de

temas relevantes no país que, ainda que de forma tímida naquele momento, mais tarde viriam a se ampliar.

Um legado importante deixado pelos grupos de mulheres foi a descoberta de aspectos físicos e a possibilidade de ampliação do prazer. A mulher passou a tomar uma atitude diferente com relação a seu próprio corpo, após o feminismo. Isto não aconteceu de forma rápida e fácil; ao contrário, gerou conflitos intrapessoais e interpessoais, trazidos ao debate social e presentes ainda hoje. Mas não se pode negar que, em termos gerais, a mulher se permitiu ir em busca de prazer nas suas relações afetivas, deixando este de ser um privilégio dos homens.

Uma feminista que se destacou no início dos anos 70, Romy Medeiros da Fonseca, vinha exercendo essa atividade desde 1949, quando fundou o Conselho Nacional de Mulheres.

Na década de 50, defendia os direitos das mulheres casadas no Congresso Nacional, cuja cidadania dependia da autoridade dos maridos.

Assim, representou uma grande conquista o Estatuto da Mulher Casada, aprovado como Lei 4121 em 1962 - antes da ditadura. Embora mantendo o marido como chefe de família, ele passava a exercer esse papel com a colaboração da mulher; ele não mais a representava legalmente, mas ambos passaram a ter os mesmos impedimentos legais e o consentimento mútuo passou a ser necessário para alienação de imóveis, hipotecar bens e dar fiança.

Como Bertha Lutz, Romy pertencia à elite e tinha trânsito entre políticos, o que facilitou seu acesso e a tolerância a suas atividades, que tinham também um estilo bem comportado.

Foi assim que conseguiu realizar em 1972 - já no auge da ditadura militar, sob o Governo Médici e com o Ato Institucional número 5, AI-5, em vigor - um congresso promovido pela entidade que dirigia. Chegou a sofrer ameaças nessa época, às quais reagiu convocando os correspondentes internacionais para denunciar o fato. No evento, muitas feministas de esquerda também estavam presentes, inclusive na organização, chegando a ter problemas com o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Também nos anos 70 e 80 formaram-se grupos no interior de comunidades da Igreja Católica, embasando a interpretação de textos

bíblicos na Teologia da Libertação. Na Pastoral da Terra, os grupos de mulheres eram motivados a discutir a problemática mais ampla dos trabalhadores rurais.

Os Clubes de Mães e Grupos de Mulheres Trabalhadoras “nascem como uma espécie de instrumento de denúncia da ausência ou da precariedade dos serviços coletivos municipais” (GIULANI, 1997, In: DEL PRIORE (org.), p. 647). Em foco, ensino e saúde.

1.4.2 Feministas brasileiras no exílio

Há que se destacar a relevância de grupos de brasileiras exiladas para o movimento feminista no Brasil. Em Paris, Danda Prado fundou, em 1972, o Grupo Latino-Americano de Mulheres, que se reunia informalmente num bar para discutir temas femininos. Sua importância foi tanta que os homens exilados, também da esquerda brasileira, exigiram seu término, ameaçando deixar de enviar ajuda financeira para os familiares das participantes. Acusavam-no de ser apolítico e de não contribuir com a luta contra a ditadura. Pinto (2003) levanta a hipótese de que este estivesse “politizando a vida dentro de casa” (p. 53). Para esta autora,

a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais (Ibidem, p. 53).

Incorporando brasileiras exiladas vindas do Chile, foi criado em Paris, em 1975, o Círculo de Mulheres Brasileiras, que se manteve até 1979. Assumia uma posição de autonomia do movimento feminista, contrariando os que viam o feminismo como uma questão menor inserida na luta de classes. Sua atuação era oposta aos pequenos grupos de reflexão formados no Brasil, pois propunha gerar reflexão em espaços públicos e realizar intercâmbio, por exemplo, mantendo contato com outros grupos feministas e enviando material para o Brasil.

1.4.3 1975: Um ano importante para o feminismo brasileiro

Quando a pior fase do Governo Militar no Brasil estava superada, e o General Ernesto Geisel já havia assumido a Presidência propondo um afrouxamento gradual nas rígidas medidas adotadas, a ONU (Organização das Nações Unidas) atribuiu ao ano de 1975 o caráter de Ano Internacional da Mulher e o primeiro da década da mulher, promovendo uma Conferência sobre esse tema no México.

Com apoio da ONU, realizou-se no Rio de Janeiro um evento, onde foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Este reuniu mulheres originárias de diferentes grupos e, mais uma vez, enfrentou não apenas a resistência do regime militar, que ainda vigorava, como também da esquerda.

O Centro incluía feministas de três diferentes tendências, a marxista, a liberal e a radical, sendo esta última a que mais teve dificuldades de nele se manter, pois “colocavam sua condição de mulher no centro da discussão” (PINTO, 2003, p. 60).

Em 1978, viria a apresentar o documento “Carta às Mulheres”, com diversas reivindicações aos candidatos das eleições que se realizariam naquele ano.

Ainda em 1975, foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia, que teve um papel relevante na obtenção da anistia aos presos políticos, promulgada em 1979, permitindo inclusive o retorno dos exilados.

O ano de 1975 também foi o primeiro em que se realizou, na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, (SBPC), um evento feminista que se repetiria ao longo de dez anos subsequentes, constituindo um “feminismo acadêmico”.

Inserido num dos poucos espaços de reflexão da época, levou a “um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram: a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil” (PINTO, 2003, p. 62).

Em 1976, voltou a ser comemorada no Brasil a data de 08 de março como Dia Internacional da Mulher. Essas comemorações haviam sido interrompidas desde 1964, e já iam caindo no esquecimento.

Mais uma vez, os eventos então organizados incluíam, além de protestos pela discriminação das mulheres, manifestações contrárias à

ditadura e em defesa da anistia.

Em decorrência da retomada das comemorações desta data, Teles (2003) avalia que:

Nos anos seguintes, o 8 de março, sua preparação e sua manifestação passaram a ser fator de aglutinação e articulação das mulheres, de encontro de donas-de-casa, operárias e intelectuais na defesa de lutas gerais e específicas (p. 97-8).

1.4.4 O feminismo brasileiro e a redemocratização

O General João Figueiredo, último militar a assumir o governo, comprometeu-se com a transição democrática. O AI-5 deixou de vigorar, aumentando aos poucos a liberdade de expressão.

Em 1979, o fim do bipartidarismo permitiu a fundação de novos partidos políticos. Se, até então, as feministas estavam vinculadas ao MDB, Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição ao governo, a partir de então passaram a se dividir em diferentes partidos.

O feminismo passou a debater os benefícios da institucionalização do movimento, através da participação em órgãos públicos, uma vez que governos civis passaram a assumir o poder.

No Estado de São Paulo, com a eleição do Governador Franco Montoro, foi criado em 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina, a partir de uma proposta de mulheres de seu próprio partido, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, originário do antigo MDB).

Dirigido por mulheres do mesmo partido, que partiram do princípio de uma oportunidade concreta, enfrentou questionamentos de mulheres do PT (Partido dos Trabalhadores) e de outros grupos.

À época, este órgão tinha caráter consultivo e propositivo, sem orçamento próprio.

Em 1979, pela primeira vez na História da República brasileira, uma mulher assumiu uma cadeira no Senado Federal. Em decorrência da morte do titular, Eunice Michilles, primeira suplente, assumiu o cargo pelo Estado do Amazonas. Experiência que se repetiu em 1981, com as Senadoras Laélia de Alcântara, do Estado do Acre, e Maria Syrlei, de Santa Catarina.

O Estado de São Paulo teve como primeira Senadora Dulce Braga,

segunda suplente, que assumiu o cargo em 1982 durante licença do titular e após o falecimento do primeiro suplente. Somente em 1990 foram eleitas, pela primeira vez, duas senadoras, uma pelo Estado de Minas Gerais e outra pelo recém criado Estado de Roraima, com mandato de apenas quatro anos.

Em 1983, foi criado o Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já, inserido na luta pelo retorno das eleições diretas para Presidente da República. Derrotada a causa, o primeiro presidente civil, eleito indiretamente, faleceu e foi substituído por seu candidato a vice que honrou o compromisso do primeiro de criar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Vinculado ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, sua presidente tinha status de Ministro. Durou até 1989 pois, com a eleição do próximo presidente, perdeu orçamento e passaram a ser indicadas conselheiras com pouca expressão no movimento feminista, não retomando seu caráter inicial.

Outro fato importante que marcou o final dos anos 70 e início dos 80 foi o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido. Importante, porque não ficou restrito a apenas mais um registro policial. Ele foi absolvido com o argumento de legítima defesa da honra, gerando uma reação das feministas numa campanha de grande repercussão sendo, então, condenado no segundo julgamento.

Temas como violência contra a mulher e saúde da mulher se constituíram no foco de alguns grupos ou movimentos sociais.

Em 1985 foi criada a primeira Delegacia da Mulher, com o objetivo de oferecer atendimento especializado à mulher vítima de violência. Experiência bem-sucedida, que se expandiu rapidamente por todo o país.

Pinto (2003) avalia que após 1979 a atuação feminista através de espaços constitucionais como as Delegacias da Mulher e os Conselhos da Condição Feminina, através da eleição de mulheres para cargos públicos e de formas alternativas de participação política, tem gerado tensões. Para ela, essas tensões resultam

de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens à entrada de mulheres e à estratégia do próprio movimento, que muitas vezes viu o campo da política como uma ameaça à sua unidade (p. 69).

O primeiro argumento parece de mais fácil aceitação, em função de

alguns aspectos já mencionados.

O segundo, parece derivar de um receio de diluição do movimento, quando suas participantes se distribuem em campos distintos. O que poderia significar, ao contrário, uma maior capilaridade, ou seja, um aumento da capacidade de penetração em diferentes espaços das idéias e propostas feministas.

1.4.5 A Constituição de 1988 e a bancada feminina

A eleição de uma nova Assembléia Constituinte foi muito significativa para o país, recém saído de uma ditadura. Era necessária a elaboração de uma Carta Magna moderna, atualizada às demandas da democracia que se pretendia estabelecer.

Neste cenário, pelo qual as mulheres tanto lutaram, instalou-se a legislatura para o período 1986-1990 com 26 deputadas eleitas, apenas 5,7% do total. Dentre elas, a maioria era proveniente de estados das regiões Norte e Nordeste, embora no Sudeste tivessem predominado as ações feministas.

A eleição dessas mulheres foi decorrente principalmente de características pessoais, como fazerem parte de famílias de políticos, terem popularidade através dos meios de comunicação ou da história partidária, na avaliação de Pinto (Cf. 2003, p. 73) e não de uma inserção em movimentos feministas.

No entanto, elas se agruparam na “bancada feminina” ou, em tom menos formal, “a bancada do batom”. Apresentaram trinta emendas com reivindicações dos movimentos feministas. Outras, de origem popular, foram por elas endossadas.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher teve uma atuação ampla e significativa ao longo de todo o processo da Constituinte. Promoveu uma campanha nacional na televisão e outdoors com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”.

A Carta das Mulheres, também promovida por este órgão, foi um documento de grande relevância, que incluía em suas reivindicações a criação do Sistema Único de Saúde, dentre outras.

Se temas como o aborto não foram contemplados, pode-se dizer que a

mulher brasileira obteve, nesta constituição, significativas conquistas, sendo ela ainda hoje considerada uma das “mais avançadas do mundo em relação à população feminina, tendo incorporado as reivindicações do movimento feminista de forma a garantir na forma da lei um certo patamar de igualdade social entre homens e mulheres” (CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA/SP, s/d, p. 7).

Dentre essas conquistas, podemos citar o artigo 5º que, de forma abrangente, estabelece igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres; o que também ocorre de forma específica no artigo 226, parágrafo 5º, com relação à sociedade conjugal, dentre outras.

Promulgada a cinco de outubro de 1988, pode-se dizer que essa constituição representou a conquista da cidadania, do ponto de vista legal, à mulher brasileira.

1.4.6 Feminismo atual: novo formato?

A partir dos anos 90, pode-se verificar uma capilarização do movimento feminista.

Com algumas das grandes reivindicações das décadas de 60 e 70 reconhecidas como direito legal ou polemizadas e discutidas de forma mais ampla pela sociedade civil, o movimento feminista, entendido como grupos de mulheres na luta por seus direitos, passou por uma diluição.

Se nem todos os direitos pelos quais se lutava foram atingidos - como a descriminalização do aborto, dentre tantos - essas questões passaram a ser defendidas por diversos grupos e pelas pessoas individualmente.

A formação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), com temas diversos e específicos a serem debatidos e a defesa da implantação de políticas públicas a eles voltados, permitiu também o surgimento de algumas instituições desse tipo com demandas femininas.

Assim, por exemplo, o CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria - criado em 1992, atua na promoção da igualdade de gênero. Sediado em Brasília, acompanha e divulga o andamento de projetos voltados às demandas femininas, assessorando parlamentares em relação às mesmas.

É importante ressaltar que no mundo todo tem ocorrido a formação de grupos que atuam na defesa de temas femininos nos moldes recentes. A própria ONU tem realizado um papel importante nesse sentido. Promoveu em 1995 a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, China, em cuja Plataforma de Ação, assinada por todos os países presentes, recomendou a adoção de medidas em defesa dos direitos das mulheres, como a ampliação de medidas de saúde a elas voltadas e o incremento de sua inserção social, profissional e política.

De um modo geral, pode-se dizer que a mulher brasileira ampliou sua inserção social muito além dos limites do privado. Assim é que hoje se dedica a diferentes profissões e atividades sociais.

Chama a atenção, porém, que mesmo em locais de trabalho onde a presença feminina é intensa, poucas atingem postos de comando. Carreira, Ajamil e Moreira (orgs.) referem-se à constatação por parte de consultores empresariais de que as mulheres têm maiores chances de ascensão a postos de comando em

multinacionais, seguidas pelas nacionais de grande porte, pelas estatais e, por último, pelas empresas familiares, nas quais a herança patriarcal portuguesa ainda predomina. Nas estatais, as profissionais costumam ser barradas em cargos de terceiro escalão, pois os cargos de segundo e primeiro escalões tornam-se fruto de negociações e barganhas políticas, das quais, em geral, as mulheres permanecem apartadas (2001, p. 170).

Em janeiro de 2005, a Universidade de Harvard discutiu a pouca presença da mulher em algumas áreas acadêmicas - Matemática e Ciências - sobretudo em posição de destaque. E houve quem defendesse o argumento de "diferenças inatas".

O Jornal do Engenheiro mostra que, também nas universidades do Brasil, Eva Blay considera que "a condição de gênero encontra um cenário sofisticado de divisão sexual entre carreiras" (SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003).

Ainda segundo este jornal, a primeira mulher a ocupar o cargo de Professora Titular do Departamento de Engenharia Química da Faculdade Politécnica, no ano 2000, Maria Cândida Reginato Facciotti, reconhece a existência de obstáculos para as mulheres atingirem o topo. Para ela,

é complicado galgar postos de chefia e direção, sob o pretexto de que são casadas e têm filhos. Elas [as mulheres] têm mais dificuldades para ser indicadas para eventos internacionais, programas de doutorado e pós, prêmios, etc.” (Ibidem).

E o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), que nunca teve uma mulher em sua diretoria executiva, começou a discutir questões de gênero no final de 2001, promovendo em março de 2002 a Semana da Mulher.

Pode-se entender que a capilarização ocorrida com o movimento feminista ampliou seu espaço de penetração social, permitindo também a utilização de instrumentos atuais - como as Ongs e outras formas institucionalizadas de organização social - para o fortalecimento da conscientização pública das necessidades das mulheres e suas conquistas.

1.5 A inserção das mulheres no cenário político brasileiro atual

No espaço político, a participação feminina (num sentido mais amplo, como se pôde verificar ao longo deste capítulo, tomando parte nas questões políticas) não pode ser confundida com a “representação feminina”, no sentido da ocupação de cargos públicos, eletivos ou não. Pois, se no primeiro caso, como se pôde verificar, as mulheres brasileiras historicamente sempre se expressaram, tomando partido e agindo publicamente, no segundo ainda se encontram em menor número. Em que pese a maior especialização das mulheres em diferentes campos de atuação, raramente são nomeadas para cargos de comando - não apenas no Legislativo e Executivo, como também no Judiciário.

O empenho das mulheres envolvidas com esse tema é na busca de condições de igualdade na disputa por esses cargos, sejam eles eletivos ou não. Argumentam, inclusive, com a incoerência do fato de que o colégio eleitoral brasileiro tem mais mulheres do que homens e, apesar disso, estão sub-representadas na ocupação de cargos. O que envolve, portanto, elementos factuais da democracia.

Dentre as recomendações da Conferência de Beijing (ONU, 1995, como citado anteriormente), algumas enfocavam particularmente a inserção das mulheres em cargos de poder.

Avelar destaca, da Plataforma de Ação desta Conferência:

Embora haja na maioria dos países um movimento generalizado de democratização, a mulher está insuficientemente representada nos ministérios e outros órgãos executivos, e ainda com pouca presença nos órgãos legislativos. Tal situação não corresponde à capacidade de liderança das mulheres observada em organizações comunitárias e não-governamentais, assim como em cargos públicos. (AVELAR, 1996, p. 13).

Esta Conferência recomendou a adoção de cotas mínimas de mulheres em cargos públicos, eletivos ou não, bem como de sua representação no Judiciário. Conforme cita Avelar:

Como objetivo estratégico para garantir à mulher igualdade de acesso e plena participação nas estruturas de poder, recomenda-se um equilíbrio entre mulheres e homens nos cargos públicos, assim como nas entidades da administração pública e nos órgãos judiciários, adotando-se medidas, inclusive, no âmbito dos sistemas eleitorais, de modo a levar os partidos políticos a integrar as mulheres nos cargos públicos eletivos e não-eletivos na mesma proporção que os homens. Deve-se apoiar os institutos de pesquisa que realizem estudos sobre a participação e a influência das mulheres nos processos de decisão política, de modo que se reconheça o peculiar desempenho político da mulher. (Ibidem, p. 14).

O parágrafo 187 dos Anais desta Conferência diz, ainda, o seguinte:

A distribuição eqüitativa do poder e da adoção de decisões em todos os níveis depende de que os governos e outros agentes realizem análises estatísticas de gênero e incorporem uma perspectiva de gênero no processo de formulação de políticas e execução de programas. A igualdade na tomada de decisões é essencial para que a mulher alcance maior poder. Em alguns países, a ação afirmativa em favor da mulher tem resultado em uma participação de 33,3 por cento ou superior da mulher no governo em nível local e nacional. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, parágrafo 187).

No Brasil, em 1995, após campanhas como a intitulada “Mulheres sem medo do Poder”, foi aprovada a lei 9100 determinando o mínimo de 20% de candidaturas femininas para os cargos legislativos. Foi substituída pela lei 9504 de 1997, do Código Eleitoral Brasileiro, que determinou 25% o mínimo de candidaturas femininas nas eleições de 1998, elevando-se novamente e

de forma definitiva para 30% a partir das eleições municipais de 2000.

Para Araújo (1999), a aprovação da “lei das cotas”, como ficou conhecida, não pode ser atribuída à pressão das mulheres, nem ao contexto favorável decorrente da Conferência de Beijing. Na sua avaliação, a pressão “foi débil. O contexto, embora favorável, não chegou a ser marcado por grandes processos de mobilização” (p. 128).

Blay (2002) relata a pequena quantidade de debate com a sociedade civil durante a implantação da lei das cotas, “especialmente com o movimento de mulheres” (p. 59), ao contrário do que se poderia esperar. Como resultado, em sua avaliação, esta lei é pouco conhecida, inclusive no meio acadêmico, e há poucos trabalhos referentes à mesma.

Talvez isso tenha ocorrido por um “vício de origem”: os envolvidos pertencem ao meio a quem compete elaborar, propor e promulgar as leis. Pode ter-lhes parecido que seria suficiente o debate restrito às instâncias partidárias e a aprovação da lei.

Araújo relata que não houve sequer debates em plenário sobre o tema, antes de ser votado o projeto que aprovou as cotas e, além disso, outras propostas que tentavam criar melhores condições para a competição das mulheres foram rejeitadas. Apenas a obrigação de identificar o sexo do candidato em sua ficha de inscrição foi mantida (Cf. 1999, p. 128).

Apesar da aprovação da lei, esse número tem encontrado muitas dificuldades para ser atingido pelos diferentes partidos políticos brasileiros. Assim, em meados de 2003 foi criado o Comitê Suprapartidário de Mulheres, constituindo-se numa organização interlocutora de questões pertinentes à presença feminina no quadro político brasileiro. Mobiliza mulheres da sociedade civil, organizações femininas e parlamentares em defesa desse propósito.

Também foram fundados Comitês Suprapartidários Estaduais, nos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. A atuação de cada um depende de características regionais, sendo o do Paraná um dos que se destacam.

Reunindo mulheres dos mais diferentes partidos, permite o debate e a atuação conjunta das mulheres face às dificuldades comuns para sua

atuação política.

Algumas entendem que a atuação do Comitê foi pontual, viabilizando a entrega de propostas ao relator da Reforma Política, Deputado Ronaldo Caiado, em 29 de outubro de 2003, em Audiência Pública. Foram acatadas e incorporadas por ele no projeto da Reforma Política as seguintes propostas: dos 30% (trinta por cento) do fundo partidário destinados à formação política em cada partido, 20% (vinte por cento) do total (um quinto do total) devem ser destinados à formação política de mulheres; e 20% (vinte por cento) do tempo nos veículos de comunicação devem ser destinados às instâncias de mulheres de cada partido político (lembre-se que o projeto deve ir a plenário, podendo ser alterado).

Para outras, a atuação do Comitê se encontra em estágio inicial, podendo ampliar-se e chegar a oferecer respaldo para as candidaturas de mulheres, de diferentes partidos, associadas às lutas das mulheres.

Há que se considerar as dificuldades próprias das diferenças ideológicas e partidárias para que se chegue a uma atuação tão ampla. Os próximos pleitos poderão ser decisivos para demarcar novos limites, ou ampliar perspectivas.

A título de ilustração, cabe uma análise dos primeiros resultados eleitorais após a implantação da Lei das Cotas.

Os dados oficiais sobre o número de candidatos eleitos, por sexo, para os cargos de Vereadores(as), Deputados(as) Estaduais e Federais e Senadores(as), no período entre 1992 e 2002, conforme cada eleição, mostram o seguinte:

O número de vereadores eleitos para o período 1993/1996 no Brasil todo foi de 48998 homens para 3964 mulheres; no Estado de São Paulo, 8699 homens para 519 mulheres (IBAM, 2003, Tab. 2.3, p. 57). Para o período 1997/2000, 51725 homens para 6598 mulheres no Brasil todo e 8611 homens para 764 mulheres no Estado de São Paulo (IBAM, 2003, Tab. 2.2, p. 55). Para o período 2001/2004, 53266 homens para 7001 mulheres no Brasil e 7178 homens para 825 mulheres no Estado de São Paulo (IBAM, 2003, Tab. 2.1, p. 52).

Para o cargo de Deputados(as) Estaduais: para o período 1995/1998, no Brasil, 967 homens para 80 mulheres e, no Estado de São Paulo, 83

homens para 11 mulheres (IBAM, 2003, Tab. 3.3, p. 65); no período 1999/2002, 944 homens para 103 mulheres no Brasil todo e, no Estado de São Paulo, 87 homens para 07 mulheres (IBAM, 2003, Tab. 3.2, p. 63). Para o período 2003/2006 (mandato atual), são 926 homens eleitos em todo o Brasil para 133 mulheres; no Estado de São Paulo, 84 homens para 10 mulheres (IBAM, 2003, Tab. 3.1, p. 61).

Para o cargo de Deputado(a) Federal: no período 1995/1998, 479 homens e 34 mulheres no Brasil, sendo 67 homens e 03 mulheres em São Paulo (IBAM, 2003, Tab. 3.7. p. 73); no período 1999/2002, 28 mulheres para 485 homens no Brasil, sendo 03 mulheres para 67 homens em São Paulo (IBAM, 2003, Tab. 3.6, p. 71); no período 2003/2006 (mandato atual), são 42 deputadas federais em todo o Brasil para 471 homens no mesmo cargo, dos quais 06 mulheres em São Paulo e 64 homens no mesmo Estado (IBAM, 2003, Tab. 3.5, p. 69).

Entre os Senadores, verifica-se: para o período 1999/2007, 26 homens eleitos e apenas 02 mulheres, sendo um homem em São Paulo (IBAM, 2003, Tab. 4.1, p. 78). Nenhuma mulher foi eleita no Estado para este período (eleição de um único representante por Estado para este mandato). No período 2003/2011 (eleição de dois representantes por Estado), são 47 os senadores eleitos para 08 senadoras em todo o Brasil, dos quais apenas dois homens em São Paulo e nenhuma mulher (IBAM, 2003, Tab. 4.1, p. 78). Ressalte-se que ambos os períodos correspondem a mandatos atuais para este cargo.

Note-se ainda que as duas senadoras eleitas para o período 1999/2007 são dos Estados de Alagoas e Sergipe e as oito eleitas para o período 2003/2011 são uma para cada um dos seguintes Estados: Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Pará, Acre e Rondônia.

Mesmo levando em conta que a última eleição para o Senado elegeu o dobro de representante por Estado em relação à eleição anterior, ainda assim há aí o dobro de mulheres eleitas entre uma e outra eleição (14,5% na última eleição em comparação com 7,1% na anterior). Este pode ser um indicador significativo.

No caso do cargo de Deputado(a) Federal, comparando os resultados das duas últimas eleições, entre as representantes do Estado de São Paulo

também se observa o dobro de mulheres eleitas na última em relação à anterior. Também no país como um todo se observa, nesse intervalo, um aumento de 2,73 pontos percentuais de mulheres eleitas (5,45% nas eleições de 1998 e 8,18% nas de 2002).

Com relação ao Cargo de Deputado(a) Estadual, verifica-se um aumento gradativo do total de mulheres eleitas no Brasil todo, partindo de 7,64% nas eleições de 1994, indo para 9,83% em 1998 e chegando a 12,55% em 2002. Curiosamente, no Estado de São Paulo, houve uma redução, para este cargo, entre as eleições de 1994 (11,7% de eleitas) e 1998 (7,44%), voltando a elevar o número de mulheres eleitas em 2002 nesse Estado (10,66%) mantendo-se, contudo, inferior à proporção de mulheres eleitas oito anos antes.

Entre os vereadores, nota-se uma tendência de elevação do número de mulheres eleitas nos três períodos analisados, mas os dados não são precisos, podendo levar a erro (há omissão do sexo dos eleitos em número suficiente para alteração das porcentagens).

Há que se fazer uma ressalva: a lei refere-se ao número de candidatos de cada sexo, o que não implica necessariamente na ocupação de vagas na mesma proporção, uma vez que depende da escolha dos eleitores. Mas uma diferença desse porte entre homens e mulheres na ocupação de vagas constitui um indicador de desequilíbrio na competição.

Pelos dados numéricos observados, talvez se possa constatar com um pouco de otimismo que alguns avanços ocorreram de forma significativa desde a implantação da lei. Parece haver uma tendência de positividade, com o caráter emancipatório almejado pela implantação da lei.

Araújo (1999) assinala esse significado positivo, especialmente em termos de autoconfiança, para as mulheres que, num primeiro momento, ingressam na política. No entanto, ressalta que

Mesmo antes desses resultados, havia uma percepção muito clara por parte daqueles atores mais familiarizados com a dinâmica da disputa eleitoral de que, para além desse efeito, seu alcance seria limitado. Diante da dinâmica criada pela característica mais individualizada da competição eleitoral no Brasil, ser legalmente candidato e estar efetivamente competindo guarda razoável distância. Como os dados locais e sua comparação com outras experiências mostraram, nos sistemas de lista aberta essa

característica mais individualizada tende a transformar as políticas de cotas em algo pouco eficaz” (p. 297).

E, ainda, ao analisar os aspectos referentes à aplicação das cotas em sistemas de lista aberta (que asseguram o voto preferencial, como ocorre no Brasil), sistemas de lista fechada e de lista flexível, Araújo conclui que

no caso brasileiro, a pesquisa indicou que o procedimento adotado não deslocou os atores que já estavam no cenário e não alterou a dinâmica do jogo existente. A lista, nesse caso, cumpre apenas um requisito formal de inclusão oficial na competição (Ibidem, p. 287).

Para ela, o sistema brasileiro, muito individualizado, acirra a competição dentro dos próprios partidos. Além disso, apesar de ampliar as candidaturas, não eleva as chances de eleição por não modificarem a dinâmica eleitoral (Cf. Araújo, 1999, p. 284).

Outra informação importante ressaltada por Blay diz respeito à forma como a aprovação da lei de cotas foi negociada na Câmara Federal. Para ela, as negociações com políticos do sexo masculino resultaram numa

distorção profunda. Para compensar uma cota de 20% de mulheres, os partidos políticos exigiram a ampliação do total de vagas, isto é, se o total era X ele passou a ser X + 20%. Ou seja, o número de vagas para candidatos cresceu de 100% para 100% + 20%. Nos anos seguintes, como a cota subiu para 25% e 30% respectivamente, o número de vagas também cresceu na mesma porcentagem. A título de exemplo, se um partido político tivesse o direito de apresentar 100 candidatos, em decorrência da Lei de Cotas ele pode, atualmente, apresentar 130 candidatos (BLAY, 2002, p. 59).

Na prática, pode-se entender que os homens mantiveram suas vagas, apesar da reserva de candidaturas femininas (ou, de certa forma, as vagas masculinas foram até ampliadas, pois as vagas para mulheres somam-se aos 100% de vagas existentes anteriormente).

Pode-se dizer que a legislação eleitoral vigente no Brasil, além das cotas, não favorece a inserção das mulheres na disputa com efetivas condições de competição.

Por isso, o Projeto de Lei 6216/2002, de autoria da Deputada Luiza Erundina, visa uma ampliação da participação feminina na política,

destinando 30% dos recursos do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres, além de tempo da propaganda partidária gratuita com a mesma finalidade. Prevê, assim, políticas de fortalecimento constante da atuação feminina nos respectivos partidos políticos, possibilitando melhores condições para disputar vagas quando da aproximação de períodos eleitorais.

Este projeto tenta recuperar aspectos apresentados juntamente com as propostas de cotas que foram, contudo, rejeitados, conforme já mencionado anteriormente. E foi a referência para as propostas acatadas pelo relator da Reforma Política, conforme também já mencionado.

Outro ponto polêmico, porém considerado importante, diz respeito ao financiamento público de campanhas, que contribuiria para diminuir as desigualdades de capacidade de investimento nas campanhas, por parte das mulheres como um todo, em relação aos homens, bem como viabilizar as candidaturas daquelas que tenham menor poder aquisitivo, equiparando-as inclusive com outras candidatas. Há divergências sobre este assunto, de forma que o próprio Comitê Suprapartidário de Mulheres decidiu não se manifestar a respeito.

A lei das cotas é tomada aqui como referência pelo fato de ter sido recomendada pela própria ONU e por ter representado, por um lado, um reconhecimento do desfavorecimento da inserção das mulheres no cenário político e, por outro, ter permitido algum avanço na conquista do direito de concorrer a cargos eletivos.

Os resultados efetivos trazidos por ela, embora pequenos, talvez tenham facilitado a ampliação da discussão do tema permitindo, mesmo, uma ampliação da percepção dos aspectos que, na prática, continuam dificultando o acesso das mulheres aos cargos eletivos. E o fortalecimento da luta por uma efetiva ampliação dessa inserção - em cada partido político e no cenário político brasileiro como um todo.

1.5.1 Aspectos estruturais que incidem na inserção das mulheres na atividade política

Araújo (1999) destaca a necessidade de refletir sobre aspectos

estruturais que chegam a constituir barreiras para a inserção das mulheres no campo político, como “a situação conjugal e as responsabilidades familiares, sobretudo com os filhos, a situação ocupacional e o nível de escolaridade” (p. 172-3). Além destes, também a “construção do capital político dos atores, a partir de suas relações sociais e dos espaços que ocupam, nas diversas arenas institucionais e não-institucionais” (p. 173) constituem fatores importantes para o ingresso na política.

Quanto às atribuições domésticas, implicam diretamente na disponibilidade de tempo e possibilidades de deslocamento para outras atividades.

Comentando a pesquisa de Norris e Lovenduski, de 1995, alerta para o fato de que, embora o

casamento e filhos possam constituir vantagens para a imagem pública dos que se encontram na política, de fato, entre os atores políticos, o casamento tende a ser percebido como vantajoso para os homens, inclusive porque lhes associaria uma imagem pública positiva, mas como empecilho e limitação para as mulheres (ARAÚJO, 1999, p. 178).

Assinala, ainda, através de dados levantados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), relativos aos eleitos para a Câmara Federal em 1994 e 1998, que entre os homens é muito maior a categoria “casado” em relação às demais. Já, entre as mulheres eleitas, embora o total de “casadas” também seja superior às demais, isoladamente, estas, quando somadas (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas) superam o total da categoria “casadas” (Cf. ARAÚJO, 1999, p. 179).

Para a autora, dados estaduais e municipais acompanham os nacionais quanto a este aspecto, indicando uma tendência geral e não apenas nos casos em que os cargos supõem deslocamentos para o exercício das atribuições, como nas eleições para o nível federal e mesmo estaduais.

Conclui, contudo, que

a situação conjugal parece continuar funcionando como obstáculo ao ingresso das mulheres na política. A dinâmica política requer um grau de envolvimento, ausência de rotina doméstica e capacidade de articulação que implicam, na prática, um tipo de autonomia nem sempre aceitável para os cônjuges, sobretudo quando pertencentes ao sexo masculino (Ibidem, p. 181).

Aqui se mostra necessária uma reflexão sobre a relevância dos padrões de conduta socialmente construídos. Os aspectos históricos levantados neste capítulo mostram como a sociedade brasileira, enquanto parte da cultura ocidental, definiu a atribuição do espaço público como masculino e do espaço privado como feminino.

Se o momento atual questiona e modifica substancialmente esse antigo padrão, nossa vida social ainda é pautada pelo mesmo.

O ambiente político pode ser definido como mundo público por excelência, uma vez que discute, por sua natureza, a vida pública. (Vale lembrar que, já na Grécia Antiga, a atividade política era exclusiva dos cidadãos - os homens livres).

Talvez resida aqui a diferença entre a inserção das mulheres no ambiente profissional e no cenário político.

No primeiro, talvez não se possa mais falar em ambiente exclusivo dos homens - as mulheres não só dirigem grandes empresas, como ingressam nas carreiras militares e esportivas, e uma delas já chegou a comandar um ônibus espacial da NASA.

No cenário político, porém, não apenas se dedicam a uma atividade específica, mas têm, nesta atividade, a incumbência de discutir, organizar e administrar a própria vida pública como um todo. Deixam o mundo restrito do lar e da administração deste para exercer não apenas uma atividade pública, mas para exercer uma atividade que supõe a *própria administração do espaço público*.

Tal mudança, no intervalo de um século, ou pouco mais do que isso, certamente não poderia ocorrer sem resistência e dificuldades. A ousadia feminina, assim compreendida, mostra-se verdadeiramente grande. Porque supõe uma inversão radical de um padrão social. Se, antes, sequer podiam se expressar a respeito da organização social, agora pretendem participar das discussões que estabelecem os princípios da ordem social e serem agentes na gestão pública.

Para Arendt (2001), a restrição ao mundo privado significa, para o indivíduo que assim vive,

ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' com eles

decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (...) o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse (p. 68).

Na sua análise, o mundo privado é o local onde se exercem as atividades voltadas à manutenção da vida - na Grécia Antiga, atribuídas aos escravos e às mulheres. Estas, sobretudo, dedicadas à sobrevivência da espécie.

Ao contrário, porém, entende a autora que na atividade pública, política por excelência, o indivíduo se expressa e contribui com o desenvolvimento social, deixando sua marca imortal apesar da mortalidade física. Em suas palavras: “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano enquanto suas identidades físicas são reveladas” (Ibidem, p. 192).

Pode-se entender, pois, que essa mudança vivida pelas mulheres brasileiras teve seu início quando elas começaram a reivindicar uma participação ativa na esfera pública. Sua inserção em diferentes espaços e campos de atuação profissional representou significativo avanço e tem seu ponto culminante quando passam a exercer atividades políticas com voz ativa também sobre a organização social, acrescida de expressiva valorização da identidade de cada mulher.

Retornando à análise de Araújo (1999): quanto à situação ocupacional, a autora relata que tem sido demonstrado pela literatura que as atividades desenvolvidas por parlamentares combinam “flexibilidade de tempo; certa autonomia profissional; algum nível de recursos financeiros; status profissional; redes públicas de contato; competência técnica útil na política; e experiência política” (p. 188). Além disso, dada a incerteza da atividade parlamentar, carreiras com tais características viabilizam os custos e riscos do deslocamento em direção ao exercício político, bem como retornos posteriores.

As mulheres, por sua vez, concentram-se em “profissões mal pagas e semiqualficadas, ou em pequenos negócios e comércio, em geral com pouca flexibilidade de tempo e recebendo salários mais baixos” (Ibidem, p. 188).

Não se pode esquecer a feminização da pobreza, verificada

mundialmente, que colocaria, inicialmente, as mulheres em desvantagem na disponibilidade de tempo e investimentos pessoais para o exercício político.

De um modo geral, Araújo conclui que as mulheres se situam, portanto, “fora da rota tradicional de inserção política” (Ibidem, p. 188).

Avelar (2002) também considera que “a sub-representação social e política das mulheres são faces de uma mesma moeda” (p. 48), uma vez que “as mulheres têm status social mais baixo do que os homens, em grande medida em decorrência de seu mais baixo status ocupacional”. (Ibidem, p. 48).

Considere-se, porém, o fato de que a desigualdade social inclui mulheres também nas camadas mais elevadas e a disputa se torna, mais uma vez, desigual também entre as mulheres quanto a esse aspecto.

Um dado curioso apresentado por Araújo ao analisar a profissão de parlamentares eleitos para a Câmara Federal em 1994 e 1998, segundo o TSE, diz respeito ao fato de que, quando as profissões predominantemente femininas em nossa sociedade aparecem, tendem a ser representadas principalmente por homens. O que pode indicar uma maior facilidade dos homens, mesmo numa profissão tida como feminina, para se sobressair e ter acesso à atividade política.

Quanto aos dados citados por ela, destacam-se, entre os homens, os profissionais advogados, empresários, engenheiros, médicos e professores, além de economistas, fazendeiros, jornalistas e pastores evangélicos (Cf. 1999, p. 192).

Entre as mulheres, a maior concentração é de professoras, seguidas por advogadas, empresárias, médicas e assistentes sociais. (Cf. 1999, p. 192).

O terceiro aspecto estrutural levantado pela autora diz respeito à escolaridade que, para Bordieu (1993), compõe o “capital cultural” (apud Araújo, 1999, p. 194), que é “essencial para a ocupação de certas posições no campo político e profissional” (Araújo, 1999, p. 194).

No Brasil, dados recentes indicam que a escolaridade feminina vem superando a masculina. Tal se reflete entre os eleitos para a Câmara Federal em 1994 e 1998, segundo dados do TSE. Verifica-se uma equiparação entre os dois gêneros, que apresentam a maioria dos eleitos com nível superior

completo, além de uma ligeira tendência favorável às mulheres.

Para a autora, se não há diferença significativa de gênero quanto à escolaridade, esse dado reforça o fato de que a maioria pertence à pequena parcela da sociedade que atinge a universidade.

Quanto aos três aspectos enfocados, conclui que o papel social feminino, ligado à família, incide “de maneira diferenciada sobre a relação de homens e mulheres com a política” (Ibidem, p. 197). A situação ocupacional sugere que “as ocupações tipicamente femininas não são muito vantajosas para se tentar uma carreira política” (Ibidem, p. 197) e a escolaridade não constitui um fator relevante para a análise da inserção feminina na política brasileira.

Quanto ao capital político dos atores, refere-se aos recursos pessoais, “constituídos a partir da condição financeira dos atores, de sua formação profissional ou de algum tipo de habilidade usada para construir uma imagem pública” (Ibidem, p. 198). Por exemplo, carreiras ligadas aos meios de comunicação, esportes ou vida artística. Inclui nesta categoria o capital familiar (o fato de terem algum parente próximo no meio político).

Os recursos coletivos, por sua vez, dizem respeito ao envolvimento com organizações como associações comunitárias, sindicatos, etc., além das associações ligadas aos movimentos identitários, em suas demandas por reconhecimento (negros, homossexuais, mulheres, deficientes, etc.).

Avalia que, embora os sindicatos e a militância constituam importantes vias para a eleição de mulheres há, nos sindicatos, mais chances de saírem os homens como candidatos, o que pode se repetir dentro dos partidos, onde os homens têm uma atuação em postos estratégicos, com redes de articulação e apoio significativas.

1.6 Considerações sobre este capítulo

Este capítulo pretendeu contribuir para uma compreensão da construção da identidade feminina brasileira, através de seu papel social e político.

O início da Modernidade representou um marco histórico quanto a esse aspecto, sendo por isso aqui abordado, uma vez que as construções

sociais realizadas a partir de então sobre os papéis feminino e masculino diferem muito da realidade imediatamente anterior.

Por outro lado têm, ainda hoje, expressiva relevância, em maior ou menor grau nos diferentes aspectos da vida humana, mas mantendo-se presentes de alguma forma.

Nos diferentes momentos da história do Brasil, tais papéis realizaram intersecção com outras características importantes. Por isso foi apresentada uma noção do que representavam à época do período colonial e imperial, além da transição deste para o republicano, com o país já independente de Portugal.

A partir do início da República, tivemos maior autonomia para construir nossa sociedade. E o fizemos como possível foi.

O estilo de vida burguês chegou, então, ao nosso país, bem como a industrialização. Novos campos de trabalho, novas relações trabalhistas, novas formas de associação e novas idéias a defender. Novos conflitos, novas conquistas.

As demandas do início do século XX permitiram mudanças que, por sua vez, geraram novas demandas.

É inegável que a comunicação entre diferentes países, através dos meios de comunicação disponíveis a cada época, levou o Ocidente a caminhar lado a lado, com alguma distância no compasso da marcha.

É lamentável que, ao longo de nossa ainda breve história republicana, tenhamos passado por dois momentos de ditadura política que, em benefício de poucos, quase nos paralisou ou, pelo menos, lentificou o processo de construção da sociedade que almejamos.

Mas disto é feita a História: fatos que delimitam os rumos a seguir.

Não houve estagnação. Dentro dos limites possíveis, mesmo à custa de muitas vidas, sempre nos esforçamos na busca de novos tempos.

Desde o início do século XX, as brasileiras perceberam que algumas de suas necessidades causavam espanto aos homens. Batalharam por elas, com ou sem a compreensão deles. Mostraram-se capazes de somar esforços com eles nas demandas mais amplas, embora nem sempre tenham visto sua atitude correspondida.

Hoje, temos maior abertura ao debate e muitas das antigas

reivindicações das mulheres constituem parte do “politicamente correto”.

Surgem, então, novas demandas. Possíveis de se entender a partir da ótica de Habermas, ao se referir aos “fragmentos de emancipação”.

Cada um desses fragmentos, embora pareça inicialmente pequeno, é significativo para que outro a ele venha se somar. E, naturalmente, gera anseio por outros, de forma que estamos sempre em busca de um novo devir.

O devir mulher na sociedade brasileira apresenta, hoje, novas facetas. Dentre estas, a necessidade de ampliação da representação política que as brasileiras inseridas na política-partidária tentam atingir. Que rompe definitivamente com o padrão social construído ao longo de nossa história, que delimitava a mulher ao domínio do espaço privado.

As mulheres brasileiras iniciaram a conquista do espaço público reivindicando o direito de expressão através do voto e, pouco a pouco, ampliando as áreas de atuação profissional em que se inseriam.

Hoje, em maior proporção, reivindicam o direito de concorrer, em condições de igualdade com os homens, ao exercício de cargos públicos - onde possam também em maior proporção discutir e normatizar a vida pública, como agentes na gestão pública, na elaboração e implantação de políticas públicas. Onde sejam co-autoras da ordem social e co-responsáveis por ela.

2. O Mito de Lilith e o papel das políticas de identidade na formação da identidade feminina

No capítulo anterior foi realizado um levantamento histórico da construção do papel social feminino no Brasil, concluindo com aspectos relativos ao exercício de uma atividade político-partidária pelas mulheres brasileiras na atualidade.

Este capítulo propõe uma discussão do conceito de políticas de identidade em termos de sua aplicação em relação às mulheres, na sociedade brasileira.

Antes, porém, de discutir esse conceito, serão apresentados conceitos da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, para permitir uma compreensão do mito de Lilith, exposto na seqüência. Após a explanação de Lilith, Eva e Maria como metáforas para a compreensão da inserção feminina na política é que o conceito de políticas de identidade será discutido, permitindo uma conclusão conceitual da relação que se pretende fazer entre o mito de Lilith e o tema desta pesquisa.

2.1 O conceito de mito na abordagem junguiana

A mitologia - e portanto a civilização - é uma imagem poética supranormal, concebida, como toda poesia, em profundidade, mas suscetível de interpretação em vários níveis. As mentes mais superficiais vêem nela o cenário local; as mais profundas, o primeiro plano da vacuidade, e entre esses extremos estão todos os estágios do Caminho da idéia étnica para a elementar, do ser local para o universal, que é Todo-Homem, e tanto sabe quanto teme saber. Pois a mente humana, em sua polaridade entre o modo masculino e o feminino de vivenciar, em suas passagens da infância para a vida adulta e velhice, em sua rigidez e sensibilidade e em seu contínuo diálogo com o mundo, é a zona mitogenética primordial - a criadora e destruidora, a escrava e, no entanto, a senhora de todos os deuses.
(CAMPBELL, 1992, p. 380).

Para compreender a concepção de mito na abordagem de Carl Gustav Jung é necessário, antes, entender o conceito de arquétipo desse mesmo teórico.

Para ele, arquétipo pode ser definido como “a parte herdada da psique; padrões de estruturação do desempenho psicológico ligados ao instinto; uma entidade hipotética irrepresentável em si mesma e evidente somente através de suas manifestações” (SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p. 38).

Na expressão de Silveira,

o arquétipo funciona como um nódulo de concentração de energia

psíquica. Quando esta energia, em estado potencial, atualiza-se, toma forma, então teremos a *imagem arquetípica* (grifo do original). Não podemos denominar esta imagem de arquétipo, pois o arquétipo é unicamente uma virtualidade (1981, p. 78).

Os arquétipos possibilitam, assim, a formação de imagens no inconsciente coletivo, que se manifestam através da cultura “como motivos universais que possuem grau de atração próprio” (SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p. 105).

São motivos universais no sentido de serem partilhados pela cultura, isto é, comuns a todos os seres humanos, enquanto herança psíquica. O que não significa que cada um deles venha a se expressar em todos os indivíduos da mesma forma. Enquanto virtualidade, estão presentes em cada ser humano. A vivência pessoal é que vai permitir a expressão do arquétipo, com características particulares.

Os mitos, por sua vez, podem ser entendidos como “encenações arquetípicas” (SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p. 39) ou “histórias de encontros arquetípicos” (Ibidem, p. 128). Ou seja, temas arquetípicos são representados através de mitos, simbolizando experiências vividas pela humanidade.

Brandão (1990) refere-se ao conceito de mito na obra de Jung como “a conscientização dos arquétipos do inconsciente coletivo, quer dizer, um elo entre o consciente e o inconsciente coletivo, bem como as formas através das quais o inconsciente se manifesta” (p. 37).

Byington (1990) assim sintetiza a importância do conceito de arquétipo para a compreensão dos mitos na abordagem junguiana:

Através do conceito de arquétipo, C.G. Jung abriu para a Psicologia a possibilidade de perceber nos mitos diferentes caminhos simbólicos para a formação da Consciência Coletiva. Nesse sentido, todos os símbolos existentes numa cultura e atuantes nas suas instituições são marcos do grande caminho da humanidade das trevas para a luz, do inconsciente para o consciente. Estes símbolos são as crenças, os costumes, as leis, as obras de arte, o conhecimento científico, os esportes, as festas, todas as atividades, enfim, que formam a identidade cultural. Dentre estes símbolos, os mitos têm lugar de destaque devido à profundidade e abrangência com que funcionam no grande e difícil processo de formação da Consciência Coletiva (p. 9).

A partir do arquétipo, ocorre a formação dos símbolos, como os mitos; partindo do inconsciente coletivo, chega-se à expressão cultural.

Ainda segundo este autor, os arquétipos são

mais do que a matriz que forma os símbolos para estruturar a Consciência. Eles são também a fonte que os realimenta. Por isso, os mitos, além de gerarem padrões de comportamento humano, para vivermos criativamente, permanecem através da história como marcos referenciais através dos quais a Consciência pode voltar às suas raízes para se revigorar. A obra de Jung demonstrou fartamente que o Inconsciente não é somente a origem da Consciência, mas, também, a sua fonte permanente de reabastecimento. (Ibidem, p. 10).

A concepção dos mitos a partir da obra de Jung supõe, portanto, um entendimento do significado dos arquétipos e do inconsciente coletivo. Este, para Jung, é a parte mais profunda do inconsciente, que contém os elementos herdados (os arquétipos) e, portanto, “preexistentes em relação à consciência” (SANTOS, 1976, p. 26). Além disso, possui um caráter universal, sendo partilhado pela cultura.

Segundo Samuels, Shorter e Plaut (1988), o mito fornece, na visão de Jung, uma perspectiva metafórica, sendo distinto de uma explicação ou de um presságio a cumprir. “É uma imagem não pessoal que provê um espaço psíquico para a expressão individual” (p. 129). Para Jung, “os mitos são revelações originais da psique pré-consciente, afirmações involuntárias sobre acontecimentos psíquicos” (apud SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p. 128). Além disso, a conscientização a respeito dos conteúdos simbolizados no mito permite à humanidade libertar-se “de sua influência compulsiva” (Ibidem, p. 128).

O mito é, pois, focado neste trabalho como elemento partilhado pela cultura, encerrando um significado comum que permanece ao longo do tempo. E que adquire nova forma de expressão, de manifestação, num dado momento, num contexto específico.

Vale ressaltar que, na abordagem junguiana, o caráter universal do mito limita-se ao fato de ser um componente das estruturas arquetípicas herdadas do inconsciente coletivo. Assim, o mito pode ou não vir a se expressar, dependendo das situações vividas por cada pessoa ao longo de sua trajetória de vida, que poderão ativar essas estruturas. Como não se trata

de um presságio, conforme já exposto, não há obrigatoriedade de serem vividas por cada sujeito histórico.

2.2 Lilith, o Mito

Houve um tempo em que não eras uma escrava, lembra-te disso. Caminhavas sozinha, alegre, e banhavas-te com o ventre nu. Dizes que perdeste toda e qualquer lembrança disso, recorda-te... Dizes que não há palavras para descrevê-lo, dizes que isso não existe. Mas lembra-te. Faze um esforço e recorda-te. Ou, se não o conseguires, inventa.
(Monique Wittig, apud KOLTUV, 1997, p. 148).

O mito de Lilith, que teria sido a primeira esposa de Adão, anterior a Eva, permanece acessível através do Talmud, na tradição hebraica. Sua existência é justificada em trechos bíblicos referentes à criação, no livro do Gênesis (que serão citados logo abaixo).

Há, no entanto, uma única referência explícita a Lilith em toda a Bíblia, no livro de Isaías, capítulo 34, versículo 14. Este capítulo refere-se ao julgamento de Edom, sendo parte do chamado “pequeno Apocalipse”. Contém “uma descrição dos últimos e terríveis combates que lahweh deve empreender contra as nações em geral, e contra Edom em particular” (Isa, 34, nota de rodapé, alínea ‘d’). Descreve a decadência dos palácios, onde haverá o crescimento de espinhos, urtigas, e alguns animais conviverão com hienas. “Ali descansará Lilit, e achará um pouso para si” (Isa, 34, 14). (O aspecto pejorativo desta referência será compreendido após a elucidação do mito).

De acordo com Sicuteri (1985), o mito de Lilith permanece acessível através dos testemunhos orais da versão jeovística da sabedoria rabínica. O autor avalia que esse mito foi provavelmente perdido ou removido na transposição desta versão para a sacerdotal (Cf. p. 23).

O nome Lilith provém da raiz suméria “Lil”, presente na formação do nome de vários deuses e de espíritos maus (SICUTERI, 1985, p.41). Os nomes “Lilitu” e “Lilu” aparecem representando figuras malignas na liturgia acadiana e mesopotâmica. Em 2000 a.C. esse nome se transformou em

“Lillake”. Outra etimologia hebraica deriva Lilith de “Layl” ou “Laylah”, que significa “noite” no sentido de “espírito da noite” (Cf. SICUTERI, 1985, p. 41).

Koltuv relata que o material biográfico mais antigo a respeito de Lilith está no Alpha Beta Ben Sira, um midrash que “analisa as conflitantes histórias do Gênesis sobre Lilith (a mulher primordial, a primeira esposa e a outra metade de Adão) e Eva - criada alguns trechos mais adiante” (1997, p. 37).

Esta obra, segundo COLONNA (1980), evidencia tanto a exclusão do mito de Lilith quanto discrepâncias nas duas versões do livro do Gênesis sobre a criação.

No primeiro capítulo do Gênesis, versículos de 26 a 29, homem e mulher são criados simultaneamente, à imagem e semelhança de Deus:

Deus criou o homem à sua imagem,
à imagem de Deus ele o criou,
homem e mulher ele os criou (Gen., 1, 27).

No segundo capítulo, versículos 18 a 25, Eva é criada a partir da costela de Adão, numa condição de submissão em relação a ele.

Então lahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, lahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. (Gen., 2, 21-22).

Sicuteri cita Graves e Patai (1977), para cujos autores, ao criar Lilith, Deus usou “fezes e imundícies ao invés de pó puro” (apud SICUTERI, 1985, p. 28). Ele avalia que isso pode indicar uma predestinação de inferioridade da mulher em relação ao homem.

A partir de outra obra, Sicuteri (1985) menciona que Adão se assustou ao vê-la “cheia de *sangue e saliva*” (grifo do autor) (p. 27). Entende que isto representa os aspectos instintivos e libidinais atribuídos a Lilith.

O ponto central deste mito está no fato de que, quando se uniam, ela demonstrava impaciência e questionava a posição adotada para o ato sexual. Como cita Sicuteri:

Assim perguntava a Adão: ‘Por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo abrir-me sob teu corpo?’ Talvez aqui houvesse uma resposta feita de silêncio ou perplexidade por parte do companheiro. Mas Lilith insiste: ‘Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou tua igual’

(Ibidem, p. 35).

Para Sicuteri, essa proposta de inversão nas posições visava estabelecer uma paridade, significando “*a igualdade entre os dois corpos e as duas almas*” (Grifo do autor). (Ibidem, p. 35).

Para Koltuv, a reivindicação de Lilith por igualdade

fundamenta-se no fato de que tanto ela como Adão foram criados do pó ou da terra; contudo, Lilith se recusa a *ser* (grifo do original) mera terra para Adão. Ela quer a liberdade de se mover, de agir, de escolher e de decidir. Essas são as qualidades do ego feminino individualizado à medida que emerge da matéria inerte e passiva (1997, p. 40).

Com a recusa de Adão, ela se rebela, pronuncia irritada o nome de Deus e voa em direção ao Mar Vermelho. Profanando o nome de Deus, identifica-se com o lado demoníaco e passa a representar o aspecto sombra do feminino.

Sicuteri continua seu relato:

Enquanto isto sucede, Adão é colhido por uma sensação angustiada de *abandono* (grifo do autor). É a hora em que o sol se põe e estão descendo as primeiras trevas da noite de Sábado. Lilith se afastou. O homem havia oposto um ‘não’ à sua mulher. E vêm as trevas; pela segunda noite vem o escuro, o mesmo escuro da Sexta-feira na qual Jeová Deus criou os demônios. É o momento do sono profundo, mais uma vez. O sono é o princípio da queda (Ibidem, p. 36).

E, ainda:

Adão tem medo, sente que a escuridão o oprime. Sente que as coisas, todas as coisas, se estragam. Acorda, certamente olha em torno, e não acha Lilith na enxerga. Adão pensa que a companheira desobedecera mais uma vez seu mandamento. Dirige-se a Jeová Deus, *como filho que confia na experiência e na autoridade paterna*. (Grifo do autor). “Procurei em meu leito, à noite, aquela que é o amor de minha alma; procurei e não a encontrei” (Cant. 3, 1).

Agora há o desespero, o amargor por haver perdido Lilith. Pergunta ao Pai e o Pai quer saber a causa do litígio e compreende que a mulher desafiou o homem e, portanto, o divino (Ibidem, p. 36).

Na expressão de Graves e Patai:

Não a criei da cabeça, mas ela se assoberbou... Nem do olho, mas

ela é ansiosa por ver. Nem do ouvido, mas ela é ansiosa por ouvir. Nem da boca, mas ela é faladeira. Nem do coração, mas ela é invejosa. Nem da mão, mas ela toca tudo. Nem do pé, mas ela é andarilha... (GRAVES, R; PATAI, R. 1977, apud SICUTERI, 1985, p. 37).

Lilith recebe ordens de Deus para voltar para Adão. Recusa-se. Para Sicuteri, “a natureza de Lilith mudou no momento em que blasfemou contra Deus, e não existe mais obediência” (Ibidem, p. 37).

Deus envia, então, anjos para trazê-la de volta. Diante de nova recusa, eles avisam: “Se desobedeces e não voltas, será a morte para ti” (Ibidem, p. 37). Mas ela responde que não pode morrer, uma vez que foi incumbida pelo próprio Deus de se ocupar de todos os recém-nascidos, os meninos até o oitavo dia, o dia da circuncisão, e das mulheres até os vinte anos. Propõe, ainda, poupar todos os recém-nascidos que tivessem um talismã com os nomes dos três anjos. Satisfeitos com a concessão parcial, eles retornam. Jeová Deus, porém, havia decidido puni-la exterminando seus filhos.

Sicuteri relata que, segundo o Alfa Beta de Ben Sira, Lilith acasalava-se com os diabos e “gerava cem demônios por dia, os quais eram chamados Lillim, um nome próximo a Lilith, que deriva do sumérico Lil e em suas várias definições acadianas significa ‘multidões’ ou então ‘tolo’” (Ibidem, p. 40).

Em resposta ao extermínio de seus filhos, Lilith “segue por todo lugar estrangulando de noite as crianças pequenas nas casas, ou surpreende os homens no sono induzindo-os a mortais abraços” (Ibidem, p. 40).

O mito de Lilith, assim apresentado na tradição hebraica, não tem uma conclusão. Ela

Permanece na própria liberdade, endemoniada, quem sabe rainha no palácio do Demônio, como seu espírito feminino. Do momento em que declara guerra ao Pai, e o Pai a sujeita ao papel, desencadeia a sua força destrutiva e desde aquele dia não há mais paz para o homem (SICUTERI, 1985, p. 40).

Colonna (1980) adverte que, ao cunhar a interpretação do mito da criação, os rabinos asseguraram a Adão uma companheira adequada (Eva), ou seja, suficientemente fraca e submissa, que servisse de modelo, dentro das leis hebraicas, às moças em vias de se casar. Além disso, foi uma forma de atribuir à primeira mulher as desgraças da criação. Assim, astutamente os

rabinos atribuíram qualidades demoníacas a uma primeira esposa de Adão, antecessora de Eva, a quem recaiu a responsabilidade pela introdução do mal no mundo, retirando de Adão o golpe de morte do momento da queda do paraíso (Cf. p. 328). Ela assinala que, segundo Graves e Patai, foi assim que o mito de Lilith, um demônio feminino assírio-babilônio, entrou para a mitologia hebraica como primeira esposa de Adão (Cf. GRAVES; PATAI, 1964, p. 68, apud COLONNA, 1980, p. 329).

Além disso, para esta autora, a primeira versão, segundo a qual Lilith e Adão foram criados da mesma matéria, não poderia ser aceita pela cultura tradicional hebraica, pois representaria a destruição do incontestável domínio patriarcal, numa subversão da ordem natural (Cf. p. 342).

Na visão de Sicuteri, Lilith representa “o arquétipo da relação homem-mulher, ao nível mais primitivo no sentido evolucionista” (1985, p. 30). Pode, pois, representar o que há de mais difícil e limitado nas relações entre os dois gêneros.

Este autor relata, ainda, que, após o domínio persa, onde alguns costumes e fórmulas de esconjuros contra Lilith ainda permanecem em rituais sumérios e acadianos, o arquétipo do feminino rebelde sofre alterações e vem a integrar rituais egípcios e gregos. Posteriormente, “Lilith se estrutura como arquétipo e símbolo das proibições colocadas ao *desejo* (grifo do autor) sobre as quais vão se agregar influências religiosas de culto e psicológicas, transformando-a em verdadeiro *tabu*” (grifo do autor). (SICUTERI, *Ibidem*, p. 58).

Colonna (1980) também menciona que, uma vez transformada em tabu, Lilith surge freqüentemente protegendo os homens e as mulheres de seus desejos sexuais secretos. Como mulher desprezada, sua imagem está associada aos aspectos femininos ilícitos e proibidos, incluindo as práticas sexuais ilícitas, pois sua alma fascina o homem, com poderes perigosos. (Cf. p. 329).

Para esta autora, ao recusar a submissão expressa no ato sexual, conforme proposto por Adão, a punição é sempre a exclusão, privação, desaprovação e solidão na esfera do amor. Ainda hoje, aos olhos do homem, esta antiga culpa persiste (Cf. p. 329).

Mais tarde, segundo Sicuteri, Lilith passa por uma cisão, vindo a

representar, simbolicamente, de um lado o “espírito maligno *terrestre* (grifo do autor) evoluindo no símbolo da bruxa, de outro lado se torna uma divindade *astral* (grifo do autor) ligada à Lua, dando assim corpo à imagem da *Lua Negra*” (grifo do autor) (Ibidem, p. 58).

Na Mitologia Grega, Hécate é a correspondente de Lilith. Seu nome, feminino de “hékatos”, significa, segundo Brandão (1990), a “que ‘fere à vontade’, que ‘age como lhe apraz’” (p. 273). Ainda, segundo este autor:

Deusa aparentada a Ártemis, não possui um mito próprio. Profundamente misteriosa, age mais em função de seus atributos. Embora descenda dos Titãs e seja portanto independente dos deuses olímpicos, Zeus, todavia, lhe conservou os antigos privilégios e até mesmo os aumentou. Em princípio, uma deusa benéfica, que derrama sobre os homens os seus favores, concedendo-lhes a prosperidade material, o dom da eloquência nas assembléias, a vitória nas batalhas e nos jogos, a abundância de peixes aos pescadores. Faz prosperar o rebanho ou o aniquila, a seu bel-prazer. [...]. Aos poucos, todavia, Hécate foi adquirindo características, atributos e especialização bem diferentes. Deusa ctônica, passou a ser considerada como divindade que preside à magia e aos encantamentos. Ligada ao mundo das Sombras, aparece aos feiticeiros e às bruxas com uma tocha em cada mão ou ainda em forma de diferentes animais, como égua, loba, cadela. Tida e havida como a inventora da magia, o mito acabou por fazê-la penetrar na família da bruxaria por excelência. [...]. Como mágica, *preside às encruzilhadas* (grifo meu), local consagrado aos sortilégios. Não raro suas estátuas representam-na sob a forma de mulher com três corpos e três cabeças” (p. 273).

Hécate é considerada a Deusa dos mortos, mas de uma forma diferente de Perséfone, como “divindade que preside às aparições de fantasmas e senhora dos malefícios” [...]. Seu poder terrível manifesta-se particularmente à noite, à luz bruxuleante da Lua, com a qual se identifica. Deusa lunar e ctônica, está ligada aos ritos da fertilidade” (Ibidem, p. 274). Se, por um lado, confere prosperidade, por outro, apresenta um aspecto “terrível e infernal: é a deusa dos espectros e dos terrores noturnos, dos fantasmas e dos monstros apavorantes” (Ibidem, p. 274).

Como Deusa da Lua,

pode representar três fases da evolução lunar: crescente, minguante e lua nova, com correlação com as três fases da

evolução vital. Deusa ctônica, ela reúne os três níveis: o infernal, o telúrico e o celeste e, por isso mesmo, é cultuada nas encruzilhadas, porque cada decisão a se tomar num trívio postula não apenas uma direção horizontal na superfície da terra, mas antes e especialmente uma direção vertical para um ou para outro dos níveis de vida escolhidos (Ibidem, p. 274).

Associando a importância de Hécate para o estudo do psiquismo, alerta Brandão que

a grande mágica das manifestações noturnas simbolizaria ainda o inconsciente, onde se agitam monstros, espectros e fantasmas. De um lado, o inferno vivo do psiquismo, de outro uma imensa reserva de energias que se devem ordenar, como o *caos* (grifo do original) se ordenou em *cosmo* (grifo do original) pela força do espírito (1990, p. 274).

Além de representar aspectos Sombra, Hécate (ou Lilith) “preside as encruzilhadas”, como descrito por Brandão (1990, p. 273). Portanto, simbolicamente, traz em si a possibilidade de aproximação dos dois pólos, de união de aspectos ligados a Céu (sagrado) e a Inferno (profano), na composição de Terra, isto é, na construção de uma alternativa embasada na realidade.

Demonstrando a presença simbólica em diferentes culturas e religiões, como as já mencionadas, Sicuteri (1985) também analisa o significado de Lilith na Idade Média.

Para ele, essa época marca o já assim definido “*romance do imaginário* (grifo do original), onde a obsessão masculina se abandona completamente ao delírio persecutório que logo se torna um rito sangrento” (p. 111). A contraposição entre alma e corpo, mais uma vez confirmada pelo cristianismo, amplia a percepção de predomínio do masculino e inferioridade feminina. “No vazio intermediário se ocultam os germes da angústia da idade moderna” (Ibidem, p. 111). Na luta do homem contra os apelos erótico-sexuais, a mulher, nunca antes como nessa época, “teve que pagar um preço tão trágico pelo ódio masculino à força instintiva” (Ibidem, p. 111).

A bruxa é, pois, para Sicuteri, uma personificação de Lilith, “talvez a mais clamorosa [...] que o homem jamais realizou” (Ibidem, p. 112).

Nessa época, Eva é uma figura central para os inquisidores, como a responsável pela introdução do pecado na humanidade. Daí à atribuição

desta característica (de pecadora) a todas as mulheres e ao perigo que elas representam, nada falta para as mentes dos inquisidores e o *Malleus Maleficarum* se torna um documento histórico precioso, revelando em detalhes os processos e as torturas aplicadas à época.

Esses fatos se mostram relevantes para este trabalho na medida em que, dada a importância deste período histórico para a cultura ocidental cristã, acrescentam significado simbólico à figura de Lilith.

Do ponto de vista da teoria da energia psíquica de Jung, pode-se dizer que as vivências desta época condensam energeticamente o arquétipo do feminino, que constitui parte do nosso inconsciente coletivo herdado. Se permanece como conteúdo inconsciente, como parte do feminino obscuro, concentra uma carga energética sobre a qual não temos domínio, podendo irromper em situações cotidianas de forma intensa.

Pode, pois, expressar-se em conflitos de gênero, inclusive os que se travam no cenário político, interferindo diretamente na tomada de decisões que envolvem esses episódios, objeto de estudo desta pesquisa.

2.3 Lilith, Eva e Maria: uma metáfora para o entendimento da inserção feminina na política

Deparamo-nos, então, com a constatação de que Lilith foi banida das transcrições bíblicas.

Em contraposição a ela, Eva apresenta-se como figura dócil, submissa a Adão, “osso de meus ossos e carne de minha carne” (Gen. 2, 23).

Mais tarde, como vimos acima, ao se atribuir ênfase maior a sua mácula do pecado original, é-lhe contraposta a figura de Maria, ideal cristão de pureza e submissão feminina, declarada pela Igreja como única mulher nascida livre da marca do pecado original, através do dogma da Imaculada Conceição.

Pode-se conjecturar que Eva talvez configurasse um modelo mais frágil também pelo fato de ser um personagem mítico, enquanto Maria, embora traga em si um aspecto também mítico (como símbolo), é um personagem real, histórico, portanto um modelo mais próximo e acessível. Acrescido de virtudes inquestionáveis, uma vez que dogmáticas.

Pode-se, pois, entender Eva como modelo para as religiões fundamentadas nos textos bíblicos que excluem o Novo Testamento. E Maria, como superação ainda maior de Eva, para as que incluem o Novo Testamento. A Lilith, coube apenas o banimento, a exclusão até mesmo como contra-modelo. Não, porém, a inexistência.

Aqui reside o equívoco: pode-se bani-la dos textos bíblicos, da consciência, mas não do inconsciente coletivo.

Pois é fato que os mitos de nossas várias culturas agem sobre nós, consciente ou inconscientemente, liberando energia, motivando a vida e orientando seus agentes; de maneira que, mesmo que nossas mentes racionais possam estar em conformidade, os mitos pelos quais estamos vivendo - ou pelos quais nossos antecessores viveram - podem estar nos levando, a qualquer momento, a ficar diametralmente separados (CAMPBELL, 1992, p. 16).

Num extremo Eva/Maria, numa política de identidade proposta às mulheres como padrão ideal de feminino. No extremo oposto, Lilith, como sombra deste modelo.

Com embasamento na teoria junguiana, pode-se supor que tais modelos se manifestem através da cultura. Entendida esta como diferentes situações onde de alguma forma haja conflitos de gênero, cabe buscar contextos atuais, facetas hodiernas em que possa se manifestar este conteúdo do inconsciente coletivo personificado em Lilith - a mulher que busca sua emancipação no confronto com o masculino.

Vale ressaltar que não se pretende apresentar Lilith como novo padrão a ser seguido, mas demonstrar que constitui um outro modelo de feminino que, trazido à consciência, pode vir a compor lado a lado com o modelo Eva/Maria novas alternativas de vivência deste arquétipo.

Lilith, como personagem arquetípico, busca a paridade entre os dois gêneros. Sua histórica mítica é marcada pela incompreensão e recusa de Adão. Seria a sociedade contemporânea capaz de rever e modificar este processo? A interação entre mulheres e homens, no cenário político brasileiro, pode ocorrer de forma diferente?

Busca-se aqui o entendimento de um processo representado simbolicamente na figura de Lilith. Ela expressa a busca de autonomia, de emancipação feminina, na igualdade de condições (de dignidade) em relação

aos homens. Busca essa que ultrapassa a singularidade através da transgressão e da criação, indo em direção à autonomização e à individualização. Para Habermas, esses dois processos ocorrem na superação de antigas identidades, através de uma integração e organização que levam à formação de uma “biografia inconfundível” (1983, p. 80).

A transgressão e a criação dizem respeito à não submissão às normas, muitas vezes necessária para a superação de um modelo de identidade proposto pela cultura. Num certo sentido, pode-se dizer que o feminismo e as diferentes lutas de mulheres na conquista de espaços públicos representam uma transgressão às normas sociais e ao modelo Eva/Maria.

Do ponto de vista da teoria de Jung, Lilith exprime, assim, seu conteúdo energético, ainda que seu mito não seja conhecido pela consciência.

Encontra-se aqui uma congruência entre os dois autores, pois a individuação, para Jung, é o processo através do qual a pessoa se torna “si mesma, inteira, indivisível e distinta de outras pessoas ou da psicologia coletiva” (SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p. 107). O que, para Jung, envolve algum grau de oposição a normas sociais que não tenham validade absoluta (Ibidem, p. 108), em sintonia com a transgressão referida por Habermas, como exposto acima.

Quanto às políticas de identidade adotadas pela nossa cultura para as mulheres, o modelo apresentado através da figura de Maria e o contra-modelo ocultado, representado por Lilith, podem, juntos, uma vez aproximados, trazer uma junção de aspectos representados por cada uma. Lilith, que “preside as encruzilhadas” (Cf. BRANDÃO, 1990, p. 273), pode ser a própria mediadora deste processo, permitindo a união dos opostos, dos aspectos celestes e dos aspectos ctônicos.

Conhecer Lilith, tomando consciência de necessidades femininas ausentes na figura de Maria, pode permitir o reconhecimento de que a autonomia feminina e a paridade entre os gêneros, aceitos e assimilados pela cultura, podem vir a compor novas possibilidades de estilos de vida para as mulheres, sem culpa por uma não identificação com uma única política de identidade proposta e vigente.

Amplia-se, assim, a possibilidade da busca de individuação para cada mulher, assumindo uma vida conforme suas necessidades, atributos e desejos pessoais, e não apenas a representação de um papel social restrito, como foi demonstrado no primeiro capítulo, marcado, desde o advento da Modernidade, pelo domínio do espaço privado. Se as mulheres tanto fizeram para buscar novos domínios, e o fazem ainda hoje, inserindo-se nos mais inóspitos ambientes, buscam, ainda que inconscientemente, vivenciar atributos de Lilith.

Para COLONNA (1980), no período matriarcal o feminino (simbolicamente representado pelo inconsciente) prevalece sobre o masculino (representado pela consciência); no patriarcado, ocorre o inverso. Numa terceira fase, subsequente a essas duas, deve ocorrer um “encontro” de ambos. Para ela, o mito de Lilith sugere um caminho para a quebra da fixação sobre “estar por cima” (Cf. p. 336).

A integração deste mito pode significar, para esta autora, a emergência de um novo self feminino, entendido tanto como uma real capacidade de relacionamento e envolvimento como autonomia, expressando também o aspecto luminoso de Lilith e não mais, apenas, o negativo (Cf. p. 349).

Pode-se entender, portanto, que uma vez que Lilith seja assimilada pela cultura, não mais negada, seus atributos podem ser utilizados com o que há de melhor neles, tornando desnecessário o aspecto destrutivo. O que pode vir a ocorrer através de uma apropriação crítica da cultura. Tornando possível a construção social da verdadeira igualdade que, na expressão de Oliveira, citada na página 46, “é a aceitação da diferença sem hierarquias” (1999, p. 74). Numa interação social mais plena entre os dois gêneros.

2.4 - A relevância das políticas de identidade na formação da identidade

De acordo com Berger e Luckmann (1976) a apreensão do mundo, ao qual somos inseridos ao nascer, se dá através de uma interiorização do mesmo. Ou seja, as condições do mundo que nos rodeia, seu modo de ser, suas regras, valores e expectativas em torno de cada personagem são apresentadas ao recém-chegado a fim de prepará-lo para que venha a desempenhar seu papel neste mundo que o cerca.

Assim ocorre a socialização primária, que “é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (BERGER E LUCKMANN, 1976, p. 175).

Este processo ocorre a cargo dos “outros significativos” e em circunstâncias que envolvem elevada carga emocional. Para Berger e Luckmann,

a criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os tornando-os seus. Por meio desta identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. Em outras palavras, a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros e para ele significativos (1976, p. 176-7).

Nesta relação dialética com os outros significativos a criança recebe os valores e normas sociais, a aprovação e reprovação por seus atos e constrói sua identidade a partir desses parâmetros (ainda que se oponha aos valores e normas sociais numa atitude de rebeldia, é em função deles que se constitui como membro de um grupo social).

A socialização secundária, por sua vez, “é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (Ibidem, p. 175). Por exemplo, a escolarização, formação profissional, etc.

Do processo de socialização decorre a relevância das políticas de identidade estabelecidas pela cultura.

O conceito de política de identidade, inicialmente utilizado por Goffman (1982), diz respeito à transmissão de valores que objetivam fazer com que cada indivíduo construa sua identidade de acordo com esta perspectiva que lhe é transmitida.

Para Goffman, ao agir em conformidade com a proposta do grupo social, o indivíduo “terá aceito um eu para si mesmo, mas esse eu é, como deve necessariamente ser, um habitante estranho, uma voz do grupo que fala por e através dele” (1982, p. 134). Envolve, pois, como lembra Ciampa

(2002), “um conflito entre autonomia e heteronomia” (p. 136), uma vez que um grupo social propõe um modelo identitário para o indivíduo e cabe a este adotá-lo, com maior ou menor fidedignidade.

Com relação às mulheres, nossa cultura ocidental, moderna, cristã, brasileira, adotou como política de identidade características atribuídas à figura bíblica de Maria. Mulher com muitas virtudes, na concepção católica, tomada também como modelo de mãe e esposa - funções prioritárias, quiçá únicas, atribuídas às mulheres até o início do século XX.

Conforme citado no primeiro capítulo, páginas 29 e 30, Louro aponta, já no início da República, como a figura de Maria é apresentada para as meninas e jovens brasileiras na expectativa de que sigam suas virtudes, preparando-se para a maternidade, com recato e pudor, na busca de uma perfeição moral.

Sob a ótica religiosa, as mudanças mais recentes ocorridas no papel social feminino, referentes à inserção das mulheres nos diversos ambientes públicos e profissionais e a redução do tempo dedicado às necessidades do lar representa um prejuízo e ameaça à sociedade. Donde uma resistência explícita, liderada pelas igrejas cristãs, inclusive no legislativo, em relação a qualquer proposta que aproxime a mulher do mundo público e supostamente a distancie dos afazeres domésticos, ainda hoje. Ou que representem conquistas de maior autonomia às mulheres.

Toda a trajetória feminina demonstrada no primeiro capítulo deste trabalho, toda luta travada pelas mulheres para modificar seu papel social, buscando múltiplas possibilidades de atuação e realização pessoal seria, nesta concepção religiosa, um desvio do papel feminino.

Não se pretende aqui questionar a relevância da figura de Maria para as religiões cristãs, especialmente a católica, que confere a ela um lugar privilegiado, em relação às demais - o que representa, de certa forma, uma maior valorização dos aspectos simbólicos atribuídos ao feminino, por parte da Igreja católica, em relação às demais igrejas cristãs.

O que se questiona, contudo, é a universalização do papel social atribuído às mulheres, a ênfase historicamente construída aos papéis de mãe e esposa, em detrimento de uma permissão, por parte da sociedade, da realização de escolhas pessoais que visem a auto-realização, a construção e

realização de cada identidade, de cada mulher, podendo ou não incluir os aspectos de mãe e esposa, mas como escolha individual e não regra geral a ser seguida por todas as mulheres.

Ressalte-se, ainda, que a noção de identidade aqui adotada segue a conceituação de Ciampa (2001), que a define como processo permanente de metamorfose, cujo sentido decorre da busca pela emancipação.

Em sintonia com Berger e Luckmann, pode-se dizer que a política de identidade adotada historicamente por nossa sociedade em relação às mulheres supôs que as mesmas buscassem “naturalmente” - a partir de princípios transmitidos através da socialização primária - no casamento e na maternidade o sentido de sua existência. Personificada em Maria, estava construída socialmente a metáfora da vida feminina. Como lembra Ciampa (2002), “a política de identidade de um grupo ou coletividade refere-se de fato a uma ‘personagem coletiva’” (p. 139-40). E, ainda:

uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas cada uma por ela. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política (2001, p. 127).

Assim, a sociedade propõe um modelo para que cada indivíduo histórico (no caso, cada mulher) se identifique com ele.

As mulheres, no entanto, submetidas a esse modelo, nem sempre o aceitaram tacitamente. Agiram buscando novas possibilidades de ação no mundo público e de realização pessoal, conforme demonstrado no primeiro capítulo. Como resposta a uma política de identidade que as excluía da vida pública, muitas vezes escolheram uma busca de maior autonomia e individualidade, internalizando uma identidade política pessoal, própria, como expressão do si-mesmo.

O banimento de Lilith, mencionado anteriormente neste capítulo, significou a exclusão de uma antítese desta política de identidade, numa tentativa de evitar a sugestão de não seguimento do modelo proposto, uma vez que, simbolicamente, este é o significado desta personagem mítica. Apresentar Lilith, conviver conscientemente com ela seria admitir a ruptura do modelo, aceitando uma nova política de identidade, oposta a ele.

A partir dos conceitos de Jung, no entanto, verifica-se que o anti-modelo Lilith se mantém preservado, como conteúdo de sombra (conceito explicitado anteriormente), no inconsciente coletivo de homens e mulheres, como parte da herança psíquica da humanidade. Do ponto de vista da teoria deste autor, todo conteúdo da consciência tem sua contrapartida no inconsciente - a um modelo tão perfeito como Maria, tem que haver uma personificação oposta. E deve haver, necessariamente, um movimento de auto-regulação, uma tentativa de equilíbrio psíquico, entre os dois pólos.

Se isto se aplica a cada mulher, individualmente, na concretização de sua identidade, na busca de sua individuação, o mesmo se dá coletivamente, em relação ao aspecto feminino vivido coletivamente pela humanidade, por homens e mulheres. É como se todos convivêssemos, o tempo todo, com a possibilidade de as mulheres, a qualquer momento, romperem com o modelo proposto, com os parâmetros sociais de como vivenciar sua feminilidade.

O que, certamente, esteve presente nos momentos históricos em que as mulheres lançaram mão de atitudes que significavam esta ruptura - criticadas por outras mulheres, por alguns homens e, mesmo, apoiadas por outros homens. Os conteúdos do inconsciente coletivo fazem parte de cada ser humano, o que não significa que necessariamente todas as mulheres serão favoráveis à ruptura deste modelo e todos os homens serão resistentes a ela. Aqui entram em cena os aspectos individuais, a identidade pessoal de cada um, como cada um se posiciona no mundo, como elabora e age como pessoa.

É com esta perspectiva que este trabalho propõe analisar a história de vida de mulheres envolvidas com a atividade política no Brasil: o que representa, para elas, exercer (ou pretender exercer) um cargo público, na regulação da vida social brasileira, quais as dificuldades efetivamente encontradas neste percurso e como lidam com as mesmas.

3. Método

Para estudar a identidade feminina no cenário político brasileiro, visando a compreensão das dificuldades encontradas pelas mulheres que atuam nesse contexto, é proposta uma metodologia que permita partir da realidade vivida, avaliada e relatada pelos próprios personagens.

Por isso é proposta a pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (2002),

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21-22).

Os instrumentos de pesquisa foram entrevistas e observações assistemáticas (considerando que a pesquisadora utiliza como referência sua participação em eventos de instância feminina partidária).

Na interação com o pesquisador, o entrevistado tem oportunidade de narrar sua história, escolhendo os conteúdos abordados, avaliar os fatos vividos e se posicionar em relação aos mesmos.

Nesta pesquisa foram entrevistadas duas categorias de sujeitos: as candidatas, que são mulheres que já foram candidatas pelo menos uma vez, e dirigentes partidários. O objetivo dessa proposta foi confrontar os relatos das duas categorias, visando verificar a existência (ou não) de diferentes avaliações, conforme a posição ocupada. Dentre os dirigentes, foi ainda priorizada a possibilidade de entrevistar homens, de forma a permitir a expressão de possíveis diferenças de avaliação do tema decorrentes do papel social, distinto para cada gênero.

Todos os entrevistados são residentes no município de São Paulo,

onde foram candidatas ou exerceram seus cargos de dirigente partidário.

Com as candidatas foi realizada a entrevista de história de vida. Esta, para Chizzotti (2001), “é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes” (p. 95). Essas entrevistas foram iniciadas com a pergunta: “Quem você é e quem gostaria de ser?”. O objetivo desta pergunta é permitir que a entrevistada se apresente da forma como conceber importante, garantindo-lhe a oportunidade de fazê-lo.

Durante o relato de cada entrevistada, as perguntas eram orientadas pela pesquisadora no sentido de esclarecer e aprofundar os dados relevantes a respeito de sua experiência como candidata, dificuldades encontradas e avaliação pessoal sobre as mesmas, bem como outras observações e considerações importantes.

Todos os entrevistados foram contactados a partir de indicação, que viabilizou o primeiro contato, ou sugestão de nomes por terceiros, sendo então procurados diretamente pela pesquisadora.

Com a primeira entrevistada, Zilda, a mesma iniciou a abordagem do tema antes que a pesquisadora fizesse a pergunta inicial. Ligando o gravador, foi dada seqüência à entrevista, e a pergunta inicial foi retomada no início da segunda entrevista, permitindo o acréscimo de algumas novas informações sobre a história pessoal da candidata.

Com a segunda entrevistada, Carina, a primeira entrevista (iniciada com um atraso devido a sua atividade parlamentar) precisou ser interrompida em função do horário. Ao ser retomada, em outra data, permitiu aprofundamento do assunto tratado e novas considerações por parte da entrevistada.

Com a terceira entrevistada, Quitéria, foi realizada apenas uma entrevista, considerada suficiente em função do seu conteúdo relativo ao tema.

As entrevistas realizadas com os dirigentes partidários foram do tipo semi-dirigida. Tiveram como objetivo buscar informações e avaliações do processo vivido pela participação e candidatura femininas do ponto de vista de quem atua na direção do partido, criando oportunidade para ouvir quem, muitas vezes, é alvo de crítica por parte das mulheres. Nesse sentido,

propôs-se compreender os critérios para concessão de legenda para as candidaturas femininas (seriam esses diferentes dos critérios para os homens?).

Foram entrevistados três dirigentes partidários, sendo dois homens. O primeiro, Elias, filiado ao mesmo partido da primeira entrevistada, Zilda. O segundo, Bruno, filiado ao mesmo partido da terceira entrevistada, Quitéria. Foram realizadas algumas tentativas de contato, sem sucesso, com um dirigente do mesmo partido da segunda entrevistada, Carina. Considerando-se o fato de seu partido não ter ainda uma instância feminina constituída e, segundo ela própria, ser pequeno, além da existência de material suficiente para a finalidade desta pesquisa, optou-se por não entrevistar nenhum dirigente de seu partido.

A terceira entrevistada na categoria dirigente partidário, Mônica, já presidiu uma instância feminina. Trata-se do mesmo partido da terceira entrevistada, Quitéria, e de Bruno.

Mônica foi a primeira, dentre todos, a ser entrevistada. O objetivo, naquele momento, era obter informações mais precisas sobre o Comitê Suprapartidário de Mulheres, do qual participou ativamente. Dada a relevância do conteúdo de sua entrevista, decidiu-se por incluir o mesmo na análise.

Propôs-se a entrevista reflexiva como metodologia, para as duas primeiras candidatas entrevistadas e para os dois dirigentes partidários. Neste tipo de entrevista, o entrevistado tem oportunidade de ler o material decorrente da transcrição da entrevista e modificar seu conteúdo ou organização.

O único que atendeu a esta solicitação foi o dirigente Elias, que alterou o texto não em termos de seu conteúdo, mas da redação e fluência da fala, devolvendo-o por correio eletrônico. A primeira entrevistada, Zilda, informou não ter lido o texto da primeira entrevista, quando do início da segunda entrevista e não retornou, posteriormente, nenhuma alteração nos dois textos.

A segunda entrevistada, Carina, a quem foi entregue apenas o texto da primeira entrevista, com amplo conteúdo da história pessoal, demonstrou interesse em ler o mesmo apesar da pouca disponibilidade de tempo e, caso

não estivesse de acordo com algo, comunicá-lo à pesquisadora, que ratificou a importância do contato ainda que para demonstrar apenas sua concordância. Também não houve retorno.

O segundo dirigente também não retornou com sua avaliação do texto transcrito.

À terceira entrevistada não foi solicitada a revisão do texto, uma vez que a prática já não estava sendo seguida pelos demais e a mesma demonstrou pouca disponibilidade de tempo.

À única mulher entrevistada, na categoria dirigente, também não foi solicitada a avaliação do texto da entrevista, uma vez que esta foi a primeira entrevista realizada e o objetivo, até então, não era utilizar tais dados na pesquisa, a não ser como informações a respeito do Comitê Suprapartidário de Mulheres.

Foi realizada uma edição dos textos apenas com o objetivo de tornar a leitura mais fácil, eliminando pequenos vícios de linguagem. O conteúdo não foi alterado pela pesquisadora, e nem mesmo a seqüência espontânea das frases. Erros de concordância, comuns na linguagem falada, foram mantidos.

Os partidos políticos aos quais pertencem os entrevistados, mulheres e homens, foram omitidos pela pesquisadora, bem como alguns outros dados das entrevistas, como nomes de pessoas e locais citados, para evitar a identificação dos entrevistados através de seus relatos, uma vez que são pessoas públicas e que isto se mostra desnecessário para a finalidade desta pesquisa.

Todos eles são citados com nomes fictícios.

No capítulo 4 (quatro) é apresentada a narrativa da narrativa, isto é, uma narração dos conteúdos das entrevistas realizadas com as três candidatas. Esta técnica permite uma síntese organizada da transcrição das entrevistas, com melhor estruturação da análise e omissão dos dados que facilitariam a identificação das pessoas entrevistadas.

Esse material foi organizado, portanto, a partir de uma seqüência cronológica dos fatos narrados pelas candidatas, seguido de blocos temáticos.

O conteúdo das entrevistas dos dirigentes partidários foi intercalado

com o conteúdo da narrativa de cada candidata, associado a cada tema específico e à análise sobre o mesmo.

O referencial teórico utilizado para análise do material é constituído pelos conceitos da Psicologia Social. Destaca-se o conceito de política de identidade, abordado no quarto capítulo, associado aos conceitos de socialização primária e secundária de Berger e Luckmann.

O mito de Lilith, entendido sob o enfoque da abordagem junguiana, é explicitado juntamente com alguns conceitos desta teoria para que possa ser compreendido. É aqui proposto como metáfora para o entendimento do tema desta pesquisa.

O embasamento para tal proposta advém do conceito de amplificação da Psicologia Analítica. Este se refere à técnica que permite associar metaforicamente uma situação vivida (pelo cliente) com uma imagem universal como, por exemplo, o paralelo com um mito. O objetivo é explicitar e ampliar uma experiência pessoal, viabilizando a conscientização e a resolução de conflitos. Na expressão de Von Franz (1981), “*amplificar significa alargar um tema através da junção de numerosas versões análogas*” (p. 55 - grifo do original).

Ao propor, portanto, o mito de Lilith, contraposto às figuras de Eva e Maria, como metáfora para o entendimento da condição em que se encontram as mulheres no cenário político brasileiro o que se pretende, tal qual na amplificação, é fazer um paralelo que esclareça e amplie o entendimento desse contexto. De tal forma que esse conhecimento se constitua num novo instrumento para a criação de alternativas de enfrentamento das dificuldades aí encontradas.

4. Mulheres no cenário político brasileiro: uma questão de identidade

Este capítulo apresenta a narrativa da narrativa de cada uma das três candidatas entrevistadas, conforme explicitado no capítulo anterior.

Os conteúdos das entrevistas dos dirigentes partidários são apresentados, quando associados aos mesmos temas referidos por elas.

A todos os entrevistados são atribuídos nomes fictícios e os nomes de seus partidos são omitidos.

4.1 Com a palavra, as candidatas

A seguir, o texto referente às entrevistas com as candidatas.

4.1.1 - Candidata Zilda

A primeira candidata entrevistada, aqui chamada de Zilda, é atualmente assessora parlamentar de uma Deputada Federal. Foi candidata a vereadora no município de São Paulo, em 1998.

Engajada há muitos anos no movimento feminista, atua também, mais recentemente, no Comitê Multipartidário de Mulheres. É apresentadora de um programa feminista e já exerceu um cargo no Conselho Estadual da Condição Feminina.

Zilda relata que, na década de 70, participou do movimento estudantil, entrando na *“política via o movimento secundarista”*. Posteriormente, cursou Serviço Social. Como estagiária, atuou no movimento de moradia. Na década de 80, entrou num partido político.

Ainda universitária, participou de trabalho multidisciplinar sobre moradia através do Projeto Rondon no interior do Estado da Bahia.

Sua mãe era imigrante libanesa; veio para o Brasil com pouco mais de vinte anos de idade: *“Ela veio em busca da construção da felicidade, ela veio pra casar, ter filhos, e criar os filhos”*. Faleceu deixando três filhos pequenos.

Aqui, Zilda demonstra certa contradição do que considera, para si mesma, felicidade, expresso mais adiante, e o conceito de felicidade buscada pela mãe, atribuída ao casamento, ter filhos e criá-los, o que foi interrompido pela morte precoce. Ou apenas se refere ao que entende que, para a mãe,

representasse a felicidade.

Descreve a mãe como *“uma pessoa que se preocupava com todos, com o coletivo, sem mais, nem menos, tinha uma pessoa pra comer em casa, que ela tinha encontrado em algum lugar e essa pessoa tinha que ser naquele momento protegida, acolhida, depois ela dava, dizia que todo mundo tinha asa, como voar”*.

O pai, sírio, criou os três filhos (ela, uma irmã e um irmão).

Relata ter grande identificação com o pai, *“eu até digo que eu sou sombra do meu pai. A minha identificação maior, apesar de receber todo esse lado afetivo, esse lado de acolher, esse lado de mãezona que eu tenho, às vezes, da minha mãe”*.

Comenta que o pai não fazia distinção entre as duas filhas e o filho no que se refere ao direito ao estudo, desempenho profissional e convívio com os amigos, bem como quanto aos afazeres domésticos. Avalia que isto pode ter aguçado seu estranhamento e rejeição por atos de hostilidade e violência contra a mulher.

Seu pai, no entanto, agia de forma diferente quanto à liberdade concedida ao filho para passeios, como bailes, incluindo autonomia para horários de retorno. Ela considera que havia um cuidado maior com as filhas nesse aspecto. Nas suas palavras: *“ele conseguia dosar isso de uma tal forma que não mostrava uma distinção. Eu sentia, às vezes, mais preservar, mais cuidar, e não porque nós éramos mulheres somente. Mas também por ser mulher, evidentemente, não dá pra dizer que não”*. Compara com amigas, cuja *“mãe dizia ‘você é mulher, não vai poder, só quando casar’”*.

Zilda se contradiz, enfatizando inicialmente a ausência de diferença de tratamento oferecido pelo pai às filhas, em relação ao irmão. Justifica sua avaliação atribuindo critérios semelhantes no acesso à formação, o que pode ser um fato significativo para ela, mas ameniza a menor liberdade de ação em público atribuindo o caráter de “cuidado”. Talvez seu pai fosse menos rígido do que as famílias de algumas de suas amigas. Mas este “cuidado” é uma das formas de manutenção da política de identidade que identifica a mulher como frágil, necessitada da proteção masculina ao mesmo tempo em que cerceia sua vivência afetivo-sexual, mais do que aos homens. Como mencionado no primeiro capítulo, página 24, a distinção entre os papéis

masculino e feminino trazida com a modernidade, ao atribuir à mulher o domínio do mundo privado, tornou-a frágil e necessitada da “proteção” masculina - à qual Rocha-Coutinho (1994, p. 152) se refere como “capa”, que encobre o domínio masculino sobre a mulher. Vale ressaltar que Zilda nasceu em 1955 e viveu sua adolescência no final dos anos 60 do século passado, período em que esses valores eram fortemente mantidos em nossa sociedade.

Relata que seu pai, a quem descreve como “*um humanista, uma pessoa que sempre teve um olhar para os desprovidos*”, demonstrou preocupação quando ela começou a se interessar por política, pois “*estávamos no regime*”. Em sua casa, havia um espaço utilizado para festas e, mais freqüentemente, com os amigos, para “*fazer discussão política*”. (...) “*Mas quando ele viu que realmente era uma coisa que eu acreditava, que eu gostava, ele acabou me apoiando. Eu tive muito apoio do meu pai. Apesar de ter tido no primeiro momento uma dificuldade brutal, porque eu sou de uma comunidade árabe, onde há um brutal preconceito à mulher na política, outro preconceito porque eu logo entrei num partido de esquerda, então aí foram se somando todos os preconceitos*”. Comenta que seu envolvimento político, apresentando candidatos de esquerda à comunidade árabe, na década de 80 do século passado, levou à rejeição através de atitudes como não atendê-la ao telefone, deixarem de convidá-la para eventos e se incomodarem com sua presença, sendo que “*o menos grave era levar isso como brincadeira*”. Até que “*eu já não quis mais também me relacionar com eles*”.

Amplia, contudo, sua avaliação sobre essa vivência na comunidade árabe para o momento histórico e mesmo para uma concepção social a respeito da mulher. Diz: “*eu era muito jovem; jovem, pessoa que tem sua marca própria, isso incomodava muito, porque eu acho que a mulher que pensa incomoda, a mulher que fala incomoda, a mulher que chega na sua plenitude, incomoda, (grifo meu) a mulher, ela não pode, é difícil eles aceitarem a mulher como cidadã plena. Ela é sempre, ou ela é muleta, ou é alguma coisa. Eu acho que não era só da comunidade árabe, não, eu acho que era o momento, mesmo, da dificuldade. Veja, mesmo hoje na sociedade brasileira, muito pouco se fala das mulheres brasileiras*”.

Refere ter recebido, ao longo de sua formação, importante influência

de várias mulheres, além da mãe, como uma tia, que era educadora, algumas professoras e feministas com quem conviveu, além de mulheres públicas, como Raquel de Queiroz. Menciona, ainda, como relevante a leitura de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, que “*falava das mulheres*” (...) “*que todas as mulheres eram oprimidas, independente da sua questão sócio-econômica, da sua questão profissional, da questão da sociedade, então isso me chocava muito, isso me questionava, e eu ficava assim, danada*”.

Assim descreve a si mesma: “*A minha identidade é, e isso me custou caro, porque, para a maior parte das minhas amigas, da minha geração de adolescente, pós-adolescência, a formação era você estar plena pra fazer um bom casamento, pra você ser uma boa mãe, pra você ser, uma mulher desejada, e pra mim isso era pouco* (grifo meu). *Pra mim isso sempre foi pouco, isso pra mim, não fazia a minha cabeça, como não faz a minha cabeça, eu acho que todo mundo deve ser amado, todo mundo deve ser respeitado, é importante você se complementar no outro, porém isso só não me bastava. Então, eu acreditava que essa questão de romper com essa dominação secular, milenar, de que a mulher é inferior, isso tá na minha veia, (grifo meu) *isso é uma coisa que me incomoda profundamente quando eu vou em qualquer lugar e presencio esse tipo de situação*”.*

Aqui Zilda demonstra a força da socialização primária através da política de identidade adotada por nossa cultura para as mulheres. Compara suas colegas adolescentes a si mesma, mostrando-se “desviante” do padrão social. O que não significa que desqualificasse o aspecto afetivo e familiar de um projeto de vida pessoal, mas entendia não ser isto suficiente para a realização de sua identidade. Referindo-se ao alto custo que teve por ir em busca da construção de sua identidade, mostra ter vivenciado o conflito entre autonomia e heteronomia, de que fala Ciampa, conforme citado no segundo capítulo, página 91, realizando um confronto com os parâmetros sociais, possivelmente desvinculando-se de algumas pessoas (o que explicitou também anteriormente, referindo-se à comunidade árabe e dizendo que “*a mulher que pensa incomoda, a mulher que fala incomoda*”). Ao confrontar papéis previamente estabelecidos e agir com maior autonomia, em busca de uma vida que lhe faça mais sentido, pode-se dizer que expressa Lilith em alguns aspectos de sua vida.

Zilda comenta que, *“desde menina, muito menina, eu nunca entendi muito porque uns meninos e umas meninas tinham, por exemplo, uma merenda melhor que os outros”*. Para ela, *“política é direitos, realização plena dos direitos, eu não vejo essa ferramenta se não for pra isso. Pra outra coisa, não vejo, essa ferramenta, pra mim, é um instrumento pra realização dos sonhos. Coletivos”*.

O caráter social atribuído por ela à política fica aqui muito bem delimitado. O exercício político não visa, para ela, apenas e nem principalmente, a satisfação de interesses pessoais. E, mais uma vez, ao buscar igualdade (aqui, de classes), pode-se entender sua atitude também como expressão de Lilith.

Sobre o valor que atribui ao aspecto coletivo, afirma: *“eu vim da geração de que a questão da mudança coletiva, pra nós era uma questão de vida. Hoje, não está bem assim. Mas eu acho que eu sou uma das poucas que ficaram aí, acreditando nisso”*. E, ainda: *“eu fui formada no coletivo, eu não sou da geração que trabalhou com essa questão da questão individual, a dimensão individual, inclusive, para nós dessa geração, eu não sou tão velha, porém, da minha formação, era até vista como pecado, falar disso, sabe. Você falar ‘não, eu quero isso’, nossa, que isso, isso não existia, isso era até, você entrava na comissão de ética. Então, nós tínhamos sempre o que o partido determinava, sempre o que o coletivo determinava, sempre o que você podia servir. E aí a gente viu que hoje não tem nada disso. Hoje tá, parece, só o individual prevalecendo, é uma coisa... é um grande susto”*.

Zilda foi candidata a vereadora no município de São Paulo em 1996. Sobre as condições que levaram à sua candidatura, assim se refere: *“Bom, eu fui candidata não é porque eu queria ser candidata. Eu fui candidata porque eu acreditei, primeiro, eu sempre tive o discurso de defesa das mulheres, aí se aprovou a lei das cotas, em 1995. E eu era militante do [nome do partido a que pertencia - omitido pela pesquisadora], defendia, sempre, a participação das mulheres na política, como é que eu não poderia dar meu nome para a primeira lista das mulheres candidatas pela cota? Então eu fui mais para a visibilidade do que para a eleição, mesmo, porque inclusive eu já estava saindo do [mesmo partido]. Então jamais eu poderia ser eleita, num cenário onde o meu grupo já estava rachando com o [mesmo*

partido]”.

Apesar de enfatizar o aspecto coletivo que atribui à política, não se pode aceitar que tenha investido numa candidatura apenas visando colaborar com o partido. Inclusive porque poderia, mesmo eleita, desvincular-se do partido. Talvez sua intenção tenha sido demonstrar a naturalidade da proposta de sua candidatura, naquelas circunstâncias. Além disso, mostra sua dificuldade em admitir projetos pessoais (não necessariamente coletivos), ao que também se referiu no decorrer da entrevista (citado acima).

Comenta que debateu, em sua campanha, temas associados às questões feministas que na sua avaliação tinham, nessa época, boa aceitação, decorrente de outras feministas e, portanto, não era tão difícil *“como na década de 70, falar disso era um crime, imagina, isso era coisa das loucas, das bruxas”* .

Refere-se ao preconceito sofrido pelo movimento feminista, numa tentativa de inibir ações que fossem contrárias à política de identidade estabelecida para as mulheres. O estigma de “louca” ou de “bruxa” era atribuído às mulheres que confrontavam o padrão social, desqualificando-as e apresentando-as como anti-modelo para as que poderiam desejar seguir suas propostas. São recursos utilizados pelo grupo - no caso, setores hegemônicos da sociedade - para a manutenção de políticas de identidade.

A campanha de 1996 foi a primeira em que vigorou a lei das cotas no Brasil. Zilda assim avalia o que ocorreu nessa ocasião: *“sem apoio de partido. Preencheu pra falar que era legal, mas ao ponto que não se elege mulher”*. (...) *“os partidos, nesse período elegiam muito poucas mulheres, elegiam um pouco mais, na capilarização nós elegíamos”* (cita pequeno município onde se elegeu uma mulher, pela primeira vez, com a lei das cotas). Continua: *“A cota, porque obriga, então os partidos começaram a laçar. Aí eles laçam uma grande maioria das mulheres para ocupar o espaço deles, dos homens. Que são as esposas dos candidatos, as irmãs dos candidatos, as secretárias dos candidatos, parentes dos homens. Não é que ela fosse ocupar, ela pode ser, lógico, toda mulher é parente de um homem. Mas não é que ela fosse usar esse espaço pra ela intervir. Ela ia fazer desse espaço um espaço de proteção à política de algum homem.”* (...) *“na hora do exercício, na hora que ganha o poder, ele se torna legenda auxiliar, ele é um*

cargo auxiliar a algum mandato masculino".

A realidade instaurada pela lei das cotas é aqui evidenciada por Zilda, em dois aspectos relevantes. Com relação ao primeiro, "laçar" candidatas, o dirigente Bruno deixa claro que ele próprio, em nome do partido, procurou algumas mulheres propondo que fossem candidatas, sendo elas pessoas conhecidas e que já foram candidatas anteriormente, o que atrairia maior número de votos. Diz ele: "*nós estamos com problema de colocar mulher, então mulheres que não estão naquele, de entrar, pessoas já de nome, como é o caso que eu acabei de falar das duas, agora*". Refere-se, ainda, à utilização de menores critérios de seleção para fornecimento de legenda para candidaturas femininas, visando o partido mais o preenchimento das cotas e a soma de votos: "*se você não preenche as vagas, o nome está lá, ela passa*".

Também o dirigente Elias demonstra haver uma maior preocupação com o preenchimento das cotas: "*se nós temos vagas sobrando nas cotas não tem porque o partido não dar a vaga para ela, já que ele tem vaga sobrando. Agora, quando há mais candidatas do que o número de vagas, há o processo de seleção*".

Cabe aqui uma reflexão sobre o atual sistema eleitoral brasileiro, particularmente para o legislativo, onde a eleição se dá pela proporcionalidade. Cada voto do partido ou legenda é importante para todos os candidatos daquele partido ou legenda, mas somente os mais votados assumirão o cargo. Na prática, em conexão com a lei das cotas, ocorre a quase ausência de critérios para apresentar candidaturas femininas, ampliando a possibilidade de soma que, até aqui, é de interesse de todo o grupo (partido ou coligação).

O segundo aspecto, "legenda auxiliar", é uma denúncia ainda mais profunda. Não comentada pelos dirigentes entrevistados. Partindo de uma mulher com o envolvimento de Zilda com o tema, merece credibilidade. E pode suscitar novas reflexões sobre o atual sistema eleitoral brasileiro. Neste caso, permitindo uma maior amplitude de poder - enquanto se exerce um cargo, tem-se a possibilidade de "comando" de um outro cargo, em nome de alguém que "cede" a autoridade do lugar que foi conquistado com auxílio do primeiro.

Pode-se dizer que tal prática, envolvendo mulheres vinculadas a algum homem do meio político, conforme mencionado por Zilda, é uma forma modernizada de manter o padrão social que associa ao homem o desenvolvimento de papéis no espaço público. A mulher, uma vez aceita culturalmente como candidata, no que poderia representar uma mudança social, e talvez até fazendo uso de um discurso feminista (o que também foi comentado por Zilda, como se verá mais adiante) continua, assim, tida como menos capaz de exercer essa atividade. Usa-se uma visão menos conservadora de que a mulher pode exercer cargos públicos para que chegue à investidura do cargo. Mas sua aptidão para exercê-lo é negada, reafirmando o antigo padrão de que não seja capaz ou de que isso seja inconveniente. Assume o posto, num conchavo que visa ampliar o poder de quem já o exerce, em outro âmbito. E mantém a mulher como figura secundária, “auxiliar”, submissa, prestativa ao homem que é o responsável por sua eleição que se deu em decorrência da experiência, habilidade e vínculos estabelecidos por ele.

Para Zilda, a introdução das cotas trouxe o seguinte raciocínio por parte dos partidos: *“só houve o seguinte, vamos colocar as mulheres aí porque elas vão acabar apoiando a gente’, porque cada mulher que consegue mil votos, mil votos, depois na hora do homem estar lá com, sei lá quanto, vai pra ele. Então ela acaba elegendo ele, ela não elege uma mulher, ela elege quem está na frente, tá entendendo?” (...)* *“Então praticamente elas foram cabo eleitoral baratas”.*

O dirigente Elias fez o seguinte comentário: *“quem está à frente de uma campanha, ou na coordenação, está preocupado com a capacidade total de votos na contagem geral, pois os votos de todos os candidatos proporcionais, homens e mulheres, ajudam a eleger os mais votados, na sua maioria os homens”.*

Mônica assim se refere a esse aspecto: *“as mulheres são utilizadas, são chamadas pra preencher o número de cotas necessária, só que a articulação política e financeira não é muito bem estruturada, então a mulher vai, trabalha, mas o resultado é realmente insignificante”*, uma vez que, pela proporcionalidade, *“seu voto vai pra legenda, e isso faz com que mais homens sejam eleitos”*. Num processo eleitoral que classifica como

“extremamente perverso”, avalia que “a lei das cotas, ela ajuda a eleger mais homens”.

Considere-se o exposto no primeiro capítulo, página 65, a partir do relato de Eva Blay sobre o acordo que possibilitou a aprovação da lei, aumentando o número de vagas para inscrição de candidatos, e a reflexão de que isto, de fato, elevou o número de vagas para os homens (uma vez que foram criadas vagas adicionais para inscrição de mulheres ao pleito). Acrescente-se a avaliação dos entrevistados, de que poucos critérios são estabelecidos para concessão de legenda para candidaturas femininas, uma vez que o número de pré-candidatas tem sido insuficiente para completar os 30% (trinta por cento) das cotas. E, ainda, a avaliação de Bruno de que a maior parte das candidatas de seu partido, nas últimas eleições municipais, *“não servia pra ser vereadora. Nem candidata. Nem pré-candidata”*. (...) *“Foram por cota”*. Ou seja, muitas das atuais candidatas não se apresentam, por razões históricas e sociais, em condições de competitividade.

Parece razoável concluir, admitindo a realidade apresentada por eles, que a lei das cotas contribui com maior eleição de homens. Ou, pelo menos, dos mesmos atores que já se consolidaram no atual cenário político brasileiro, aqui inseridas também as mulheres que têm conquistado seus postos no legislativo. Evidentemente, aquelas que se adequam melhor às regras atuais, em termos de capital político, também se beneficiam dos votos trazidos pelas companheiras. Nesse sentido, não se trata necessariamente de uma questão de gênero, destacando-se a relevância das diferenças sociais existentes entre as próprias mulheres. O que talvez esteja latente nos comentários dos entrevistados (até aqui, tanto Mônica quanto Zilda, sobre grande parte das mulheres eleitas apresentarem tradição política em suas famílias).

Essa constatação não invalida as questões de gênero associadas ao tema, uma vez que muitos estudos apontam para a identificação de uma real diferença quanto a esse aspecto. Decorrente de uma construção histórico-social diversa para a identificação de um papel feminino associado ao espaço privado e outro masculino, associado ao espaço público. Mas incita a uma ampliação da perspectiva, indicando a necessidade de focar a atenção sobre o que cada indivíduo é capaz de representar, como ser social, e não apenas

como pertencente a uma categoria (no caso, gênero).

Ao contrário, criar condições para que as mulheres se tornem mais competitivas no cenário político significa corrigir distorções de nosso processo histórico, retomando-o para adequar, em termos práticos, novos conceitos - ainda mais racionais do que práticos - às modificações que se estabelecem gradativamente. Como a nova concepção de que as mulheres podem e, para alguns, devem se inserir e exercer atividades políticas, passando a contribuir com a organização social de forma mais ampla.

Quanto à relevância da lei das cotas, em termos de conscientização da participação política das mulheres, Zilda avalia que houve mudança por parte das próprias mulheres, que *“começam a querer fazer política, elas começam a interessar, começam a buscar partido político, a conhecer as propostas dos partidos políticos, mas na hora de dividir o poder, continua a mesma coisa. Na hora de lidar com o poder continua a mesma coisa”. (...)* *“a mulher se motiva mais, ela acredita nela, tudo, mas na hora do acesso ao poder, as dificuldades são as mesmas”*.

Talvez parte do mérito da aprovação da lei das cotas tenha sido este despertar do interesse das mulheres pela possibilidade de uma nova forma de atuação. Como que representando uma permissão concedida pela sociedade para que viessem a exercer uma nova função social. Uma primeira conquista, abrindo novo portal. Até que se vislumbre as dificuldades inerentes, no momento seguinte.

Há que se considerar, contudo, que essa nova permissão não se deu em decorrência de transformações sociais, mas do estabelecimento de uma nova lei. Que pode não representar a realidade social. A isso Habermas se refere ao analisar a facticidade e a validade do direito. Segundo seus conceitos, a lei das cotas é válida, enquanto princípio legalmente estabelecido. Mas ao se verificar sua facticidade reduzida pode-se concluir que sua validade social seja também reduzida. Pois, na prática, não viabiliza que sejam atingidos os objetivos que levaram à sua aprovação - no caso, a elevação do número de mulheres concorrentes ao legislativo, reduzindo uma desigualdade social constatada. Chega a ocorrer uma elevação do número de candidatas, mas não a redução efetiva da desigualdade. Porque faltam condições de competitividade, que permitam às mulheres concorrer no

mesmo patamar que os homens. Para que o acesso aos cargos - não apenas à candidatura - caracterize verdadeira igualdade social.

Zilda também considera que, se a introdução da lei das cotas em 1996 não modificou o processo eleitoral, no sentido de favorecer a disputa pelas mulheres, isto poderá ocorrer com a aprovação do Projeto de Lei 6216 (de autoria da Dep. Luiza Erundina, comentado no primeiro capítulo, página 65). Para ela, essas novas propostas é que trarão modificações de fato. *“Eu acho que a primeira mudança que vai acontecer realmente dentro dos partidos políticos é com a aprovação desse projeto de condições. Aí os partidos vão ter que mudar as suas relações com as mulheres. Porque até então as condições são diferenciadas. Para os homens uma condição, e para as mulheres outra condição”. E, ainda: “Então, aí, eu acho que muda a realidade, porque aí você rompe com duas dificuldades que as mulheres que fazem política têm, que é uma da limitação econômica e outra da limitação da visibilidade. As pessoas não conhecem as mulheres. (...) eu acho que o que é importante é a cota das condições, não só preencher cota por cota”.*

Cita mulheres, militantes, de regiões mais afastadas de São Paulo, questionando as condições que poderão ter para sua candidatura. Compara as poucas condições que mulheres desse contexto social terão, mesmo diante de outras mulheres, que já tenham atingido uma condição mais favorável no cenário político. Para ela, *“com esse projeto de lei ela vai ter. Aí não adiante mais o partido querer, ou não. As condições estão dadas. Não são iguais, nem chegam perto. Mas já muda a relação”.*

Indica que já existe uma preocupação e mobilização no sentido de ampliar as conquistas obtidas a partir da introdução da lei das cotas, através de medidas mais objetivas e específicas. Lembre-se que, conforme Araújo (1999), citado no primeiro capítulo, página 64, o resultado inicial do aumento do número de mulheres no parlamento a partir da lei das cotas não deve continuar nessa tendência. Portanto, outras medidas são necessárias. Inclusive para evitar os efeitos negativos, conforme analisado anteriormente.

Zilda refere-se ao Projeto de Lei 6216, que propõe a inclusão na legislação eleitoral de novas exigências para que os partidos invistam na formação política específica para as mulheres e na visibilidade de sua atuação política (conforme mencionado no primeiro capítulo, página 61, parte

dessas propostas, num percentual menor, foram incluídas no projeto de Reforma Política que tramita atualmente na Câmara Federal).

A formação política específica para as mulheres é defendida através do argumento de que é necessário capacitar as mulheres nos aspectos em que se encontram defasadas. Para Mônica, *“precisam ter mais ferramentas, mais teórica, pro trabalho político”*. Para Elias, é diferente um curso de formação política amplo e outro voltado exclusivamente para as mulheres, onde *“você vai trabalhar com os instrumentos, os elementos de uma campanha eleitoral, você vai trabalhar com as bandeiras, as políticas públicas que são defendidas pelos movimentos de mulheres, quer dizer, que aí você teria um público mais restrito, mas que teria um resultado melhor do que esse curso que a gente faz, que o partido oferece amplamente pra todos os filiados. Então, a gente percebe que as mulheres estão interessadas, mas elas, também, se fosse um serviço específico pra elas, o interesse poderia ser maior, a participação maior”*.

Quanto à visibilidade, Mônica comenta que, em geral, a mulher, quando aparece em campanha política, *“ela aparece carregando crianças, sacudindo bandeira, não é isso?(...) Nunca tem um diálogo da mulher para o eleitor”*. Exemplifica contando que uma participante do Comitê Multipartidário, pré-candidata em seu município, teve uma campanha publicitária lançada por seu partido e, com boa aceitação pelos eleitores, foi escolhida para ser candidata.

Elias comenta que: *“no tempo de televisão, aí você dá mais visibilidade à mulher dentro do partido, mostrar que não são poucas, são várias, são muitas, e como muitas que estão aí na sociedade e poderiam estar participando ou votando numa mulher. Eu sou a favor”*.

Em termos gerais, o que se questiona é a pouca interação das mulheres com os eleitores, nas peças publicitárias, e a necessidade de elevar a capacitação das mesmas para uma atuação mais efetiva e competitiva no espaço político. Se há lacunas na formação das mulheres que dificultam sua inserção na política, crie-se a oportunidade para reverter essa situação.

Avelar (2002) destaca, inclusive, entre os mecanismos de elevação da participação feminina em espaços de decisão, a necessidade de garantir que *“as jovens tenham igualdade de acesso à capacitação nos assuntos de*

gestão, conhecimentos empresariais, técnicas de chefia” (p. 53). Se, historicamente, as mulheres apresentam defasagem nesses quesitos, é necessária uma capacitação das que já estão inseridas no meio político, bem como evitar que esta defasagem social se mantenha com as novas gerações.

Tais propostas, portanto, objetivam corrigir distorções sociais e não uma priorização das mulheres nos partidos políticos. Como prática afirmativa, podem contribuir para uma superação das dificuldades atuais. E talvez se tornem desnecessárias no futuro, se houver atenção sobre as novas gerações, como propõe Avelar.

Ainda com relação aos resultados da lei das cotas, Bruno faz a seguinte crítica: *“Eu vi que todas as vezes as mulheres não preencheram as cotas. (...) Pela participação menor das mulheres na política. Se nós tivéssemos mais mulheres que tivessem vontade, de qualidade, essas cotas estariam preenchidas. Por isso. Desde 1998, se não me engano, as cotas de mulheres nunca foram preenchidas. Porque tem pouca participação de mulher em política”*. Credita esse custo às mulheres, alegando que *“o partido sempre foi aberto pras mulheres, tanto que nós temos [a instância feminina no partido]. Você veja só que interessante: nós temos um[a instância] estadual de mulheres, e municipal. E não conseguimos preencher as cotas em São Paulo. Um[a instância] de mulheres. Então, as portas, estão todas abertas. O que falta é realmente a mulher querer vir e enfrentar as barreiras que eu falei lá na frente; é isso que falta”*. Bruno entra em contradição com outros trechos da entrevista, onde mostra maior compreensão dos aspectos sociais envolvidos na menor atuação das mulheres na política.

Por outro lado, a existência de instâncias femininas nos partidos pode ser uma contribuição importante, na medida em que permitam uma aproximação por identificação e a formação de uma frente coletiva de atuação. Mas como parte de um conjunto maior, onde prevalece uma cultura que tende a priorizar os homens no exercício político, não significa, necessariamente, “portas abertas”, como afirma Bruno. Avelar (1989) alertava sobre a então recente inclusão de mulheres nos partidos políticos, oriundas dos movimentos sociais, entendendo que “a solução foi a criação de ‘departamentos femininos’, mecanismo mais eficiente para isolar as mulheres em ‘guetos próprios’ do que para assimilá-las” (p. 37-8). Ainda sobre esse

fato, afirma mais recentemente que o “objetivo real era o de excluí-las do jogo político” (AVELAR, 2002, p. 45). Não se pode dizer que, atualmente, as instâncias femininas nos partidos políticos tenham esse significado. Por outro lado, não se pode afirmar, como Bruno, que o simples fato da existência das mesmas represente, por si só, autonomia para as mulheres. Mesmo porque, todo o material levantado nesta pesquisa mostra as dificuldades vividas nesse campo.

Elias também menciona críticas semelhantes correntes em seu partido, muito próximas às de Bruno, como *“conseguiram as cotas, mas a organização de mulheres não foi ainda nem capaz de preencher o número de candidatas em cada eleição”*. Comenta recente discussão num evento de seu partido, em nível nacional, onde se defendia a inclusão de medidas próximas às defendidas pelo PL 6216. Conta que, um deputado contrário à adoção das mesmas pelo partido, fez a seguinte defesa de sua posição: *“as mulheres não são nem competentes pra poder formar chapa completa, e agora querem que o partido gaste mais recurso ou dê mais tempo de televisão? Não, não é, ela está igual a todos”*. Com o entendimento de que as mulheres não preenchem as cotas por incapacidade própria, sem um entendimento da origem de tais dificuldades, levou o partido a se posicionar contra a redução das deficiências cujo resultado critica.

O próprio Elias mostra a contradição do argumento: *“Então, o partido, na visão de alguns homens, acaba achando que [a instância feminina], ou movimento feminista interno do partido é muito fraco, que não consegue nem formar suas próprias lideranças, mesmo tendo garantido vagas. Mas é por isso que aí se pede ‘vamos ter mais recursos, vamos ter mais espaço’, pra que as mulheres possam ser incentivadas, motivadas a participar”*.

Quando questionada se chegou a ser candidata outra vez, após 1996, a resposta enfática de Zilda foi: *“Não, nunca mais. Eu e muitas outras mulheres achamos isso um filme de terror com as mulheres. Enquanto não mudar as condições...”*.

Questionada, mantém a expressão: *“filme de terror”*. Conta que, durante sua candidatura, fez campanha numa região da cidade onde um companheiro de partido tinha base eleitoral. Este enviou carta ao conselho de ética do partido solicitando que ela não entrasse mais na *“região dele”*.

Esta disputa entre candidatos de um mesmo partido também decorre do sistema de lista aberta. Em tese, todos disputam o voto de todos os eleitores. (O curioso é que o companheiro de partido, referido por ela, de certa forma também necessitava dos votos dela para se eleger, pelo critério da proporcionalidade. Mas não aceitou correr o risco de perder “seus” votos para ela, chegando a recorrer, ironicamente, a critérios éticos).

A dirigente Mônica, questionada sobre os efeitos de uma possível mudança do sistema de lista aberta para o de lista fechada, avalia que isto garantiria *“maior proporcionalidade. (...) mesmo forçado, porque, aí, de fato, a representação da mulher é garantida. (...) as mulheres iam se apresentar. Porque aí é o partido, não é a defesa individual da sua candidatura. Porque isso, o que se apresenta [modelo atual] é uma arena”*.

Expressão tão forte não poderia, aqui, passar despercebida. A disputa interna pelos votos constitui uma “arena”, na expressão desta dirigente. É próprio da luta na arena a vitória do mais forte. E força (que muitas vezes significa maiores recursos financeiros para campanha) não é um critério adequado ou suficiente para a representação parlamentar democrática. Levando-se em conta a feminização da pobreza, tende inclusive a desfavorecer a maioria das mulheres. Conforme citado do trabalho de Araújo, no primeiro capítulo, página 70, as mulheres estão, de um modo geral, “fora da rota tradicional de inserção política” (1999, p. 188). (Nem por isso alguns homens, enquanto candidatos, deixarão de se mostrar também em condição de desvantagem nessa disputa em “arena”).

Bruno refere-se ao caráter personalista na política, como uma das dificuldades encontradas pelas mulheres. Afirma que *“não é uma coisa de conjunto. ‘Nós ganhamos’. Você, dificilmente em política vê ‘nós, nós, a nossa equipe’; você vê ‘eu, eu, eu’. Então, às vezes, a pessoa tem tal objetivo, ela não mede em quem ela tem que pisar. Ela sabe que tem que chegar ali. (...) Esse é um problema que tem a política. (...) Então, tem muito isso. Isso acho que é uma coisa que a mulher ainda sente, ainda. Ela não entende esse jogo político, como é”*. E, ainda, *“política parece um xadrez”*.

O jogo de xadrez é comumente associado à estratégia, por ser esta uma habilidade necessária para o sucesso nesse jogo. Evidentemente, a atitude estratégica compõe o arsenal atribuído aos homens, no seu papel

social associado ao mundo público, com maior ênfase do que no papel social feminino.

Bruno continua: *“Talvez ela [a mulher] quisesse uma coisa mais pura. Quando a pessoa entra na política, se ela almeja candidaturas, tem muita coisa, não é ser desonesto, não é roubar, não é nada disso. A pessoa tem que chegar ao objetivo dela, tem que saber, pra muitos, saber falar “não, não dá pra fazer isso, não vamos fazer isso, vamos trabalhar dessa forma”. Isso magoa as pessoas. Às vezes a mulher não aceita isso. Às vezes você é obrigado a pegar um amigo, colocar um amigo seu de fora, porque ele pode atrapalhar teu projeto político. E a mulher não tá assumindo, não tá muito preparada pra isso. A não ser que, tem umas que são ambiciosas e vão em frente, não estão nem aí, passam por cima que nem trator. Mas a maioria, não. Eu tô dizendo pela maioria”*. Para ele, “passar por cima que nem um trator” equivale a aderir às regras do jogo. E esta dificuldade, que entende estar presente na maioria das mulheres, acredita ser um dos fatores que inibem a participação feminina na política.

Mônica também chama a atenção para alguma dificuldade das mulheres para realizar o que chama de “costura política”. Diz ela: *“é com o tempo que elas [as mulheres] vão (...) é saber transitar dentro dos partidos. Existe uma cultura partidária, existe um trabalho político de, onde você precisa aprender a costurar sua, fazer as alianças, costurar a sua candidatura, saber articular uma candidatura. Porque não é simples. Você esbarra com muitos interesses de candidatos”*.

Se, por um lado, Zilda e Mônica deixam claro que as regras atuais na disputa eleitoral tendem a expelir as mulheres de uma participação maior, Bruno confirma que as condições em que se dá desfavorecem a participação feminina. Pois os homens, a quem a sociedade atribui o domínio do espaço público, são preparados para uma competitividade mais agressiva, dominando esta arte mais facilmente do que as mulheres. Ambos, em conformidade com os papéis sociais atribuídos a cada gênero.

Por outro lado, chama a atenção a ênfase atribuída por Bruno aos aspectos associados a cada gênero. Ele afirma que talvez a mulher “quisesse uma coisa mais pura”, demonstrando a expectativa social em relação ao feminino, embasada nas virtudes de Maria, modelo de feminino em nossa

cultura. Aquelas que, ao contrário, aderem às regras, são identificadas com atitudes grotescas, que não combinam com o imaginário próprio do feminino (“trator”). O comportamento “desviante” tende, assim, a ser controlado através de uma crítica pejorativa. É o mecanismo da exclusão, tipicamente atribuído às mulheres que manifestam ações mais identificadas com o modelo Lilith do que o modelo próprio da política de identidade, com maior submissão, como Eva e Maria.

Mônica introduz um outro assunto relativo às dificuldades vividas pelas mulheres que não foi abordado pelos demais entrevistados e que, no entanto, merece consideração. Inicia afirmando que *“há uma cultura muito masculina nos partidos. E ainda, as mulheres estão... se sentem ameaçadas. E se fragilizam diante das práticas. Porque, são práticas, realmente, muito difíceis”*. Solicitada e exemplificar o que quer dizer, conta: *“Candidatas mulheres. De uma determinada região. Se colocam, apresentam sua candidatura, têm um trabalho de liderança na região, mas conflito com outros pré-candidatos. Qual é a questão que a mulher se torna mais vulnerável, um aspecto da mulher que é mais vulnerável? A sua honorabilidade, na questão moral. Não é? Então, eu já vi muitas candidatas, pré-candidatas, onde se levantavam suspeitas de seu comportamento moral...”*. Deixa claro que isso se dá de forma diferente em relação aos homens: *“Em relação à mulher é diferente. E no, você sabe que uma candidatura fora dos grandes centros urbanos, ela fica muito mais visível, as relações são muito mais difíceis, dentro de um município menor é muito mais complicado”*. E que já presenciou situações em que argumentos relativos à honra são utilizados para impedir candidaturas femininas.

Mônica evita detalhar o assunto, mas deixa claro que já presenciou situações desse tipo, em que o argumento é moral e difere de outras cobranças que se possa fazer a um eventual candidato.

O fato de ser este um relato isolado não reduz sua importância. Ao contrário, chama a atenção pela gravidade do fato. Trata-se do pior uso que se poderia fazer de uma cobrança relativa ao papel social feminino, associado à imagem de pureza. Estrategicamente utilizado para denegrir a imagem de uma mulher e tirar vantagem por estar num nível de cobrança diferente - com menor exigência.

Zilda não foi eleita, apesar de ter feito “uma candidatura muito bonita”. (...) “o palco era lilás” (cita seu slogan, omitido para evitar a identificação da mesma).

Quanto à derrota, à qual se refere como esperada, *“porque o meu grupo vinha rachando com o partido”*, diz não ter tido possibilidade de lidar muito com ela, pois houve uma situação interna no partido que culminou na sua decisão pela desfiliação partidária.

A nova luta talvez tenha amenizado o contato com a dor da derrota. A própria racionalização da expectativa de derrota (pelo motivo exposto, questionado anteriormente) talvez já estivesse a serviço dessa finalidade.

Sobre a possibilidade de vir a se candidatar novamente, avalia que isso poderia ocorrer em decorrência de seu trabalho, e que talvez haja mais interesse de seu partido atual em sua candidatura, até mesmo pelo fato de ser apresentadora de um programa com boa audiência: *“então talvez os partidos se interessem não porque eu seja mulher, mas sim pelo que eu posso trazer”*.

Aqui, Zilda faz referência a um aspecto do que Araújo (1999) chama de “capital político”, conforme mencionado na página 71, que inclui uma imagem pública construída a partir de uma habilidade do possível candidato. Considera-se atraente para os partidos, quanto a esse aspecto.

Admite que *“teria muito prazer e aceitaria esse desafio”*.

Ainda sobre o “capital político”, cita outras mulheres de destaque na política brasileira, de diferentes partidos, como pessoas que despertam o interesse dos partidos por suas candidaturas. *“Mas veja a trajetória dela, vê se a presença do partido teve, foi uma trajetória a duras penas, essas mulheres tirando todas as pedras, uma por uma nos seus caminhos, desde preconceito, as dificuldades, desrespeito, pode entrevistar qualquer uma delas que elas vão colocar isso. Mas hoje elas já são plenas, hoje elas já têm vôo próprio, hoje elas são pessoas de referência nacional, são respeitadas, são queridas, são ouvidas, são referências. Então, todos os partidos desejam esse tipo de mulheres”*.

A dirigente Mônica refere-se ao “capital político” afirmando que, nas condições atuais, onde o processo eleitoral constitui *“uma lógica perversa”*, é necessário que se tenha um *“lastro financeiro, lastro político”*, sem o qual,

lideranças autênticas, *“que têm um trabalho efetivo, que têm uma base, ela é engolida”*. Para ela, o sucesso de muitas mulheres na política está associado mais ao fato de que *“muitas delas vêm de família cuja tradição política é evidente”*, e não a sua possível representatividade social.

Não se pode deixar de considerar que também a inserção numa atividade profissional pode ser facilitada pela experiência de pessoas próximas que já atuam na mesma área. O que pode indicar mais uma tendência ou característica de nossa vida social, estendida também à atividade política.

Zilda avalia que é preciso algum preparo para que mulheres que são lideranças populares possam se candidatar compreendendo as diferenças entre os dois tipos de atuação: *“sem uma certa formação, uma certa capacitação, você tirar essa mulher que é uma referência regional, territorial, para um outro mundo, que é o mundo das leis, que é o mundo do diálogo, que é o mundo das políticas públicas, e levar essa mulher pra isso, sem esse preparo, achando que ela vai ter a mesma performance que ela teve no movimento popular, quando ela faz toda essa trajetória e perde, na sua grande maioria essas mulheres desistem da luta. Elas se tornam pessoas muito amargas”*.

Assim avalia o que leva a esse descontentamento, em situações como essas: *“Eu acho que é um pouco o sentimento do uso... o sentimento do desrespeito, o sentimento do abandono, que os partidos fazem com as mulheres. Então, enquanto ela é boa pra dar voto pro partido, pra dar visibilidade pro partido, legitimidade pro partido, quando ela vai para uma batalha como essa, pra uma luta como essa, aí ela vê o quanto ela não tem espaço, ela não tem... ela não tem... presença nisso, quando ela perde, ela volta com muito pouca legitimidade pro campo dela e ela acaba desistindo. Da luta como um todo. Isso eu presenciei muito. Mesmo se for movimento popular, movimento sindical... quantas líderes sindicais eu vi, indo para o movimento para o parlamento, para concorrer a uma vaga no parlamento, e aí acontece isso”*.

O desrespeito a que se refere está, mais uma vez, associado à necessária soma de votos, pelo critério da proporcionalidade. Indica que isto pode ser mais importante do que ter mulheres preparadas para efetiva

concorrência.

O dirigente Elias foi claro sobre a valorização da mulher que se apresenta para ser candidata tendo vínculo com movimento social. Para ele, isso representa *“o compromisso que ela tem com uma causa, com um grupo de pessoas que vão dar sustentabilidade eleitoral de campanha, no processo, que vão dar a visibilidade necessária para essa pessoa...”*. Ainda segundo ele, além da principal preocupação ser com o preenchimento das cotas, as mulheres são avaliadas para fins de concessão de legenda em função de sua *“capacidade da construção de uma rede de apoiadores, onde ela está inserida, quais as bandeiras que ela vai defender...”* Mesmo que se tenha que escolher entre duas pré-candidatas, segundo ele, pesa o fato de uma ter envolvimento com algum movimento social, caso a outra não tenha. Sem este envolvimento, a mulher é vista como não tendo *“condições pra disputar”*, mesmo que possa bancar financeiramente o custo de sua campanha. Ao contrário, para concessão de legendas para os homens, *“o que acaba contando, muito mais, é o econômico, a pergunta que se faz é ‘como você vai manter a sua campanha?’ (...) não há preocupação com essas questões, não, como ‘quais são as suas políticas públicas, o que você pensa, o que você defende?’ Passa despercebido no processo”*.

Pode-se entender que essa diferença de critérios na concessão de legenda para homens e para mulheres seja decorrente do papel estabelecido socialmente para cada gênero. Supõe-se, inicialmente, que o homem, de quem se espera bom desempenho no espaço público, traga em sua bagagem as condições necessárias para “banciar” financeiramente sua campanha.

Da mulher, mesmo que tenha tais condições, exige-se algo diferente: o envolvimento com movimento social. Estrategicamente, como apontado por Zilda e pelos dirigentes entrevistados, para somar maior número de votos, favorecendo o partido e/ou a coligação. Por outro lado, não se pode deixar de verificar uma expectativa de que a mulher esteja aliada a algum tipo de ação social, em benefício de uma parcela carente da população, numa extensão de seu papel de “cuidadora”, atribuído à função materna. Talvez isso explique parcialmente o fato de que grande parte das mulheres que exercem atividade pública o fazem em áreas sociais (saúde, educação, assistência social,

cultura, mais que em outras áreas). Mesmo quando se dedica ao espaço público, numa atividade política, sua melhor aceitação nesse papel depende do fato de estar associada ao antigo papel materno. Avelar (1989) assim comenta: “é maior a presença das mulheres em determinadas formas de participação política, onde, em geral, sua atuação é tomada como uma extensão dos seus papéis familiares” (p. 45), destacando educação, saúde e bem-estar-social como áreas onde mais comumente se encontram as mulheres.

Após perceber sua explicitação sobre a diferença de critérios para concessão de legenda, no decorrer da entrevista, Elias comenta que as mulheres *“se diferenciam nessa questão, da unidade na diversidade. Mesmo tendo posições diferenciadas na esfera partidária, mas na questão social, na questão política, maior, elas têm algumas metas, alguns consensos entre elas que elas vão buscar juntas, alcançar esse objetivo. Então, enquanto que os homens ficam meio perdidos com as suas propostas setorizadas, dispersadas, fragmentadas, soltas, diante do processo tanto político interno como no político maior, de defesa, de bandeiras, não há um grupo de homens que defenda um determinado tipo de bandeira. Como há no grupo das mulheres, na área da saúde, na área de educação, na área da cultura, enfim”*. A associação das mulheres que exercem atividade política ligada a alguma dessas áreas é freqüente (como comentado acima) e aparece, mencionado por ele, até mesmo como esperado para as que desejam se candidatar. Estar vinculada a algum movimento social é apontado como critério de concessão de legenda para as mulheres, de quem se espera a defesa de bandeiras de políticas públicas predominantemente nessas áreas.

Para ele, a formação masculina, privilegiada no acesso à formação e sucesso profissional, permite uma busca individual. Na sua expressão: *“a sociedade, da forma como ela está organizada, ela privilegia essa própria condição masculina, individual, solitária, favorece o homem de disputar, de concorrer, de buscar, independente dos grupos, das forças a que eles estejam aliados ou não”*.

Tudo isso é provocado, na concepção de Zilda, pelas dificuldades para realização das campanhas das mulheres: *“é a questão dinheiro, visibilidade, dar oportunidade de eventos, entendeu, a própria, os recursos vão para os*

candidatos homens, não vão para as candidatas mulheres...”. Continua: “o homem vai (...) se tiver mandato, então ele vai, já com um caminhão pra fazer um comício, e a mulher tá com um fusquinha, e se tiver um fusquinha, e ela mesma vai dirigindo”.

Faz nova denúncia sobre as desigualdades (de gênero) vivenciadas nas campanhas eleitorais.

Para ela, as diferenças de recursos de campanhas entre homens e mulheres *“são brutais. Dramáticas. A mulher tem ainda, a tripla jornada de trabalho, ela tá cuidando dos filhos, ela tá cuidando da casa, ainda ela vai pra fazer militância. E quando chega lá, o partido dá uma sacola pra ela distribuir panfletos pra eleger outros homens, não ela. Porque lá vai o nome dela, mas não é o nome dela que vai ampliar, vai sair dos votos”.*

Zilda conta que teve muito apoio em casa e considera que o fato de não ter filhos facilite sua atuação política, uma vez que *“essa questão de ser mãe e trabalhadora é uma coisa que eu acho que onera muito mais as mulheres. Eu não tive filhos, isso... talvez tenha facilitado”.*

Apesar de não ter explicitado se não ter filhos foi uma escolha ou circunstância, introduz um tema que foi abordado pelas três entrevistadas, e será analisado posteriormente.

Zilda teve envolvimento e atuação importantes no Comitê Multipartidário de Mulheres. Para ela, este surgiu ao se discutir a Reforma Política. *“Com o Comitê Multipartidário, nós, pela primeira vez na história dos partidos, nós vamos discutir a mulher no partido, porque a gente sempre discutia a mulher fora do partido. Nós nunca tínhamos feito a luta interna, dentro da nossa casa, mudar as relações na nossa casa. A gente pegava ferramenta do partido pra fazer a luta pela igualdade salarial, pela ampliação de vagas em creche, pelo Hospital da Mulher, pela papanicolao, pelo pré-natal... mas nós nunca havíamos percebido que nós estávamos num lugar que nos desrespeitava, que nos tratava de uma forma desigual. Com a formação do Comitê Multipartidário que a gente começa a ver ‘não, espera aí, a luta tem que começar em casa, não é fora”.*

Os próprios partidos, ao longo do tempo, constituíram importantes ferramentas para as lutas das demandas feministas no âmbito social, ao mesmo tempo em que eles mantinham as desigualdades internamente. Para

Zilda, a constituição do Comitê Multipartidário representa um marco do feminismo dentro dos partidos e do cenário político brasileiro, na medida em que o foco passou a ser a conquista de igualdade de condições para concorrer aos cargos públicos. As mulheres passam a reivindicar seus direitos não apenas como cidadania (direito ao voto e exercício profissional) ou como “cuidadoras” de sua família (creches, escolas, dentre outras), mas visando ampliar as possibilidades de sua inserção e ação direta na regulação da ordem social.

Avalia que o Comitê Multipartidário permitiu aproximação de mulheres de partidos divergentes: *“a mulher acredita na soma. E a coisa mais bonita de você ver uma reunião do Comitê Multipartidário. Partidos que historicamente não sentam numa mesma mesa, hoje, não, mas até antes da formação do Comitê, porque hoje a gente está vendo na Câmara, tudo. Então, partidos que nem sentavam, elas discutem, se respeitam, demarcam suas diferenças, mas lutam; se unificam quando se trata da questão da mulher”*.

Comenta, também, que o Comitê Multipartidário de Mulheres se mobilizou recentemente, quando da última eleição do Presidente da Câmara Federal (em 19 de outubro de 2005), propondo nomes de mulheres (de diferentes partidos e Estados) que poderiam ser candidatas ao cargo. Para ela, o Comitê Multipartidário *“está começando. Eu entendo que é o que é mais novo na política de mulheres, é a gente resgatar o que nós temos mais forte que é nossa unidade, por isso que a bancada feminina dá certo, a bancada feminina é um exemplo disso, nós somos lá quarenta e duas mulheres, fazemos, só aprovamos projetos, imagina, quarenta e dois mediante o número de quinhentos e tantos parlamentares”*.

Mônica, ao contrário, considera que o Comitê Multipartidário de Mulheres *“realisticamente (...) cumpriu só um papel pontual”*. Que foi apresentar ao relator da Reforma Política, em audiência pública, propostas que constam no Projeto de Lei 6216, da Deputada Luiza Erundina. Criado para que as mulheres tivessem *“espaços de luta mais coletiva”*, ela entende que se constituiu *“numa força política representativa”*, tendo *“um papel de pressão e articulação”* em relação à reforma política. E que a realidade do ano eleitoral de 2004 dispersou a atuação conjunta, cabendo às mulheres a

articulação interna em seus partidos. Reconhece, contudo, a formação de Comitês Multipartidários em diversos Estados, com diferentes resultados, podendo haver continuidade dos trabalhos, “*dependendo da composição local*”.

Zilda afirma ser seu sonho que o Comitê Multipartidário se torne uma infraestrutura coletiva para mulheres de diferentes partidos durante as campanhas, permitindo apoio às candidaturas de mulheres que se identifiquem com a defesa das políticas de gênero. Acredita que isto possa se tornar realidade, citando que há mulheres representantes de todos os partidos, exceto o PSOL. Cita Congressos na América Latina onde este projeto viria a ser debatido.

Menciona o resultado da lei de cotas na Argentina, com sucesso muito superior ao ocorrido no Brasil, em termos da elevação significativa da eleição de mulheres. Não indica, contudo, o que poderia ter levado a essa diferença, hipotetizando que aspectos culturais estejam envolvidos.

Questionada sobre o fato de que algumas pessoas argumentam que as mulheres não se elegem por não estarem preparadas, assim responde: “*E os homens, estão? Não exigem isso do homem. Nós tivemos [cita nome de um ex-presidente da Câmara Federal] Lá (...) não se exige isso do homem, porém deveria se exigir, evidentemente, para os dois. Eu acho que cada lugar tem que estar a pessoa que se prepara, que conhece, é um pouco aquilo que eu te falei, ele pode ser um grande líder sindical, mas ele vai chegar no parlamento, não vai fazer a produção legislativa, que é importante... usar a tribuna, que é importante, criar projetos de lei, que é importante, que é o papel do parlamento. Não é, parlamento não é sindicato, não é movimento popular, há uma distinção. Então, a pessoa tem que se preparar. Mas eu acho que hoje as mulheres que estão indo para a vida pública estão muito preparadas*”. Retoma a idéia de despreparo das mulheres, afirmando que: “*E eu acho que ela não está preparada porque, algumas não tiveram, essas grandes, aí, na pirâmide, porque os partidos não prepararam essas mulheres. Os sindicatos não prepararam essas mulheres. As famílias não prepararam essas mulheres. A mídia não prepara essas mulheres. Porque a mídia tá na contra-mão da relação, da história da mulher*”.

De fato, pode-se afirmar que as famílias e a sociedade não preparam as mulheres para o exercício de cargos públicos, uma vez que o processo de socialização primária das mulheres não tem como objetivo a atividade pública e o domínio desse espaço. Mudanças sociais têm ocorrido nesse sentido, mas não a ponto de se supor uma igualdade de expectativa de escolha de ação pública, entre homens e mulheres.

Ainda quanto a esse aspecto, Zilda considera que *“a primeira dificuldade que as mulheres enfrentam na política é um mito... cultural, de que política não é para mulher, essa é a primeira, de que a vida pública não é para mulher. Então, há um conceito herdado culturalmente, independente da sociedade, independente da cultura de que política e vida pública não é para mulher”*.

Enfatiza a barreira social à identificação feminina com o aspecto político a ponto de denominá-la “mito”, no sentido comum atribuído ao termo, de paradigma, de princípio cuja força extrapola o desejo de mudança por parte da sociedade. Tenta mostrar a força deste aspecto dizendo que tal princípio independente da cultura. De fato, pode-se dizer que a restrição da vida pública para as mulheres ocorre tanto nas culturas ocidentais como orientais. Varia a forma como isto é proposto culturalmente, nos processos de socialização de cada sociedade específica, e a intensidade.

Ilustra: *“Então, veja, nós há muito pouco tempo temos o direito a voto na sociedade brasileira. Nós só temos o direito à cidadania plena na sociedade brasileira, não mais que setenta anos”*.

O dirigente Bruno menciona que *“muitos homens não gostam que as mulheres participam de política, que é aquele velho chavão ‘a política é coisa de homem’”*. Cita um fato recente ocorrido em seu diretório zonal, de uma mulher, filiada, que pretendia ser candidata a vereadora, *“aí o marido dela chegou e falou ‘escolhe, ou vereadora, ou comigo’”*, e ela desistiu da candidatura. Além disso, ele também comenta que, na *“própria juventude [jovens filiados ao seu partido], você compara que, de mulheres você tem vinte por cento, oitenta por cento são homens. Onde começa [o exercício político]”*. Ou seja, mesmo entre a população mais jovem, mantém-se uma tendência pequena de inserção de mulheres na atividade político-partidária, indicando que as mudanças na nossa sociedade são pequenas quanto a

esse aspecto.

Ele mesmo, no entanto, afirma que *“a política, eu acho que não é interessante pra mulher, a mulher não gosta de política”* justificando com o fato da política estar culturalmente associada à imagem de algo com *“uma mancha preta, uma tarja que o cara não presta, ‘esse cara é vagabundo, qual que é a dele?’”*. Embora reflita sobre o assunto e aponte algumas dificuldades na atuação política por mulheres, demonstra estar ele mesmo em sintonia com o papel socialmente atribuído a homens e mulheres. Ainda que justifique seu raciocínio, custa-lhe acreditar que mulher goste de política. Continua argumentando que é mais fácil, atualmente, para as mulheres, associar-se a Organizações Não-Governamentais, onde podem escolher um campo de atuação e se dedicar a ele, sem se deixar rotular pela “tarja” inerente à atuação política.

Sobre a forma como homens e mulheres atuam na política, Zilda diz que *“a mulher faz a política com “P” maiúsculo, não a política da maioria dos homens, eu não vou generalizar, mas da maioria do mundo masculino, que é fazer a política com “p” minúsculo, que é aquela política de levar vantagem, aquela política de tratar a coisa pública como “coisa nossa”, não como coisa do povo, então a mulher entra neste mundo para fazer a diferença, qual é a diferença, tratar a coisa pública como coisa pública, com transparência, com inversão de prioridade”*.

Seu discurso, aqui, é eminentemente feminista.

No entanto, Mônica também avalia que, na política, a mulher *“tem as virtudes, que eu acho que esse jogo político perdeu. Ela tem a ética, ela tem um compromisso, por que? Porque as mulheres, como esteio e como referência, elas preservam diante daqueles que elas são, hoje, realmente como é constituída, ainda, a estrutura familiar, as mulheres são referências pras gerações”*.

Mônica mostra como se espera da mulher um comportamento diferencial referente à “boa conduta” e como isto lhe é transmitido através dos processos de socialização. O que não quer dizer que seja próprio da mulher agir assim. (Note-se que na crise política deflagrada em 2005 não há mulheres parlamentares acusadas de envolvimento em corrupção).

Mais adiante, solicitada a explicar melhor sua concepção a esse

respeito, Zilda declara: *“é o sonho de nós mulheres que fosse assim, porém não é a realidade. Há muitas mulheres com cabeça de homens e acabam aplicando o modelo masculino quando chegam no poder. Na hora da campanha elas usam um discurso das feministas, (...) o discurso de fazer política para os que realmente, ela está comprometida. Mas quando ela chega lá, com o poder da caneta, ela acaba imprimindo o modelo masculino de fazer política, o modelo de conchavo, o modelo de compra, o modelo que a história brasileira não tolera mais”*.

O discurso feminista, inserido que está numa sociedade que supõe uma identidade específica para as mulheres, diversa da que propõe aos homens, parece levar à noção de que ter sensibilidade para um determinado tipo de demandas sociais - que incluem as políticas para diminuição das desigualdades de gênero, por exemplo - determine, por si só, um “estilo feminino” de fazer política. Ao contrário, também há homens que se mostram sensíveis a essas demandas e as aplicam em seu exercício político. E ainda que sejam chamados de “feministas”, em decorrência dessa sensibilidade, nem por isso lhes é atribuído um suposto “estilo feminino de fazer política”.

Por oposição, surge também um suposto “estilo masculino”. O dirigente Elias, ao explicar sua avaliação a respeito das mulheres que buscam o partido para uma candidatura, sem apresentar algum tipo de envolvimento com movimento social, declara: *“Eu diria que na verdade é uma pessoa que tem um projeto político no modelo masculino. Porque ela repete, na verdade, um pouco daquilo que os homens fazem para alcançar o poder. Isto ocorre, porque essas mulheres tendem a ter comportamentos, pensamentos, ter valores próprios do campo masculino. Então, você vai encontrar este tipo de mulher que repete o modelo masculino. Recentemente estive aqui uma nesse estilo, por exemplo, ela defende o armamento, ela não defende o desarmamento. A posição dela é pelo direito da legítima defesa, do direito do cidadão portar armas, então ela tem algumas posições mais taxativas, fechadas, e não é aberta ao diálogo”*.

Mais uma vez, no exemplo citado por ele, aparece o senso comum de que tudo que esteja associado à agressividade ou violência é oposto à imagem socialmente construída de feminino e próprio do universo masculino. E de que o referido “estilo feminino” de exercício político supõe uma

associação da mulher ao papel previamente estabelecido pela sociedade, associado à sensibilidade e outras características supostamente “femininas”, como os aspectos “maternos”, conforme comentado anteriormente.

Os processos de socialização ocorrem a partir de um padrão social de feminino e masculino. As pessoas são, assim, incentivadas a desenvolver características ou atitudes associadas a seu gênero. Que, mais tarde, ao se manifestarem, são novamente associadas ao gênero, como se fossem consequência deste. Na realidade, surgem como decorrência dos processos de socialização, sendo identificadas como próprias do indivíduo. Pode-se supor que, quanto maior a diferenciação na expressão cotidiana de tais tendências - com atitudes reconhecidas como “femininas” ou “masculinas”, por exemplo - maior seja a ênfase nos processos de socialização quanto à distinção desses papéis.

Zilda refere-se às especificidades da formação feminina, voltada ao mundo privado, o *“mundo do lar, as coisas da sociedade não foram colocadas como atribuições para as mulheres”*. E, ainda, ao fato das mulheres raramente ocuparem postos de direção. No cenário político, sugere verificar o número de mulheres que já tenham presidido partidos políticos e menciona o Estado do Paraná onde, segundo ela, pela primeira vez se elegeu uma mulher para o cargo de Deputada Federal. Quanto a instituições de ensino e pesquisa, cita a USP (Universidade de São Paulo), onde *“nós não tivemos ainda uma reitora mulher”*, e os Institutos Biológico e Pasteur onde, também segundo ela, há pela primeira vez, na direção, *“duas mulheres, pesquisadoras”*, o que lhe chama a atenção pelo longo tempo de existência desses institutos e pelo desconhecimento público do fato.

Mônica também se refere à *“questão da mulher”*. Considera que o grande desafio deste milênio é a *“quebra de paradigma”*, permitindo que *“as mulheres vão ocupando espaço onde antes tudo era eminentemente masculino”*. Pondera, contudo, que em *“cargos de direção, elas estão muito menos”*. E que *“na questão política, a nossa representação, digamos que ela, está muito aquém daquilo que seria desejável em termos de uma representação democrática. Por isso que se busca, sempre, maneiras de que a mulher possa ter espaços de luta mais coletiva”*. Pontua que nos diversos partidos políticos há uma baixa representação de mulheres em

cargos de direção, nos diretórios e nas executivas, o que era testemunhado pelas participantes do Comitê Suprapartidário.

Ao fazer um comentário sobre a defesa de *“nossos projetos”* [feministas], Zilda refere-se a preconceitos enfrentados. Exemplifica citando a Senadora Heloísa Helena que, para ela, *“na hora que fala, assim, os homens chegam e falam ‘é, é um homem falando’. Como se ela não pudesse falar, na sua condição de mulher. É um preconceito brutal”*.

Mais uma vez, o papel social atribuído à mulher supõe, ainda nos dias atuais, alguma delicadeza ou menor assertividade. Falar com assertividade, firmeza e, até agressividade, é identificado pejorativamente como *“comportamento masculino”*, como no exemplo acima. Outro mecanismo de inibição da autonomia quanto à auto-expressão, por desviar da política de identidade proposta para as mulheres. Trata-se de uma tentativa de coibir um comportamento não desejado a partir de uma identificação com o outro gênero - o que de pior se poderia desejar, em termos valorativos. Dessa forma, a mulher é desprezada e excluída, como punição por não se identificar com o modelo proposto por uma política de identidade própria de sua cultura, tal qual ocorreu com Lilith.

Mônica também menciona a senadora citada por Zilda, como exemplo de sua avaliação de que *“dentro dos partidos, quando uma voz se levanta crítica, ela é expurgada. É expurgada”*. Toda crítica convida à reflexão, a sair da acomodação, a buscar novas possibilidades - como agiu Lilith. E a reação humana mais natural é a recusa, cristalizando padrões, como fez Adão.

Zilda relata que, durante o período em que exerceu um cargo numa Secretaria Municipal, em São Paulo, incomodava-se com o fato da imprensa valorizar prioritariamente aspectos da vida íntima da mulher, que podia ter excelentes projetos ou *“iniciativas de programas sociais, mas o que importava (...) se ela estava casada, (...) como ela cuidava do filho”*.

Demonstra, na atitude da imprensa para com mulheres que exercem atividade política, mais uma expressão da política de identidade adotada por nossa cultura para as mulheres, que prevê o papel de mãe, esposa e dona de casa, o antigo triângulo construído historicamente, conforme apresentado no primeiro capítulo, como característicos da identidade feminina.

Argumenta existirem mulheres que, atualmente, utilizando-se de

discurso feminista e espaços conquistados pelas mulheres, *“como os Conselhos de Defesa de mulheres para ocupar esses espaços para fazer trabalho para os homens”*. Diz estar percebendo esse tipo de atitude, tendo questionado recentemente num evento, que *“se esses espaços conquistados a duras penas por mulheres for para isso, é melhor que a gente feche”*. Comenta que *“as primeiras prefeitas que se elegeram na década de 80, muitas tiveram o discurso desse direito da mulher, nem falo, não vamos falar mais de feminismo, vamos falar do reconhecimento do direito da mulher (...). Quando chegaram lá não fizeram uma casa abrigo, quando chegaram lá não fizeram uma delegacia da mulher, quando chegaram lá não fizeram um centro de atendimento da mulher...”*.

Estrategicamente, o que se torna “politicamente correto” pode vir a ser utilizado para angariar benefícios particulares.

Na seqüência, critica a distinção feita por mulheres entre ser feminina e ser feminista, *“como se feminismo fosse um pecado”*.

Conclui esta idéia com uma analogia com um avião, onde o equilíbrio depende das duas asas, o feminino e o masculino. Assim conclui: *“Quando dizem que as mulheres querem chegar no poder pra ocupar o espaço do homem, isso não é feminismo. Isso é reproduzir o modelo masculino que historicamente as mulheres foram vítimas. Pra reproduzir, pra chegar lá pra fazer o que os homens fizeram, é melhor deixar eles fazerem, porque eles fazem há mais de quinhentos anos. Então, nosso feminismo não é isso. Se a gente usar a caneta pra fazer aquilo que os homens fizeram, primeiro a gente vai fazer feio, vai fazer mal, não sabe fazer, e, vai ficar muito feio. Segundo, não é isso. O que nós queremos é a igualdade entre homens, nós não queremos passar, não queremos ocupar”*.

Este é o segundo aspecto evidenciado por Zilda que foi mencionado também de forma relevante por Carina e será, por isso, analisado conjuntamente, em outro momento.

O texto da primeira entrevista foi entregue, impresso, a Zilda, antes de agendarmos a segunda entrevista, quando ela mencionou não ter lido o texto. As duas entrevistas foram enviadas por e-mail, posteriormente, conforme combinado. Zilda não retornou com revisão dos textos.

4.1.2 - Candidata Carina

Carina exerce atualmente o cargo de Deputada Estadual em São Paulo. Foi eleita para este cargo em 2002, tendo exercido anteriormente o cargo de vereadora, eleita para três mandatos consecutivos: 1992, 1996 e 2000, também no município de São Paulo.

Carina inicia a entrevista contando ser de uma família muito numerosa, filha de um agricultor de região próxima à capital de São Paulo. O pai, após perder um pequeno negócio, começou a plantar num terreno de sua propriedade, quando ela estava com três anos de idade.

O pai mobilizou a região, conseguindo que fossem construídas duas salas de aula e ele mesmo ia buscar a professora num bairro da Zona Sul da capital, de charrete, mas as vagas foram destinadas às crianças maiores. Algum tempo depois, a professora adoeceu e a escola “*acabou*”. Somente ao sair de lá, com doze anos de idade, ela pôde freqüentar escola.

Relata ter trabalhado desde pequena: *“Eu fiz parte do trabalho infantil, aos seis anos já ganhei minha enxada, já trabalhava na roça, todas as crianças, não era só eu. Era muito comum”*.

Durante alguns anos, ia com o pai para o mercado, de madrugada - o de Pinheiros, que *“não existe mais”*, e o da Cantareira, *“o chamado mercado grande”*.

Descreve o pai como *“um homem de enxada, mas que tinha essa sensibilidade, e que tinha, eu considero que ele era culto”*.

Moravam numa região *“muito pobre”*; as casas eram de pau-a-pique e quando *“os mais fortes queriam tomar a terra dos mais pobres, tocavam fogo nesses casebres e iam empurrando a cerca, iam empurrando. E meu pai saía correndo pra defender e entrava na briga, eu entrava junto”*.

Mostra-se desde cedo envolvida no contexto social - aqui, inicialmente, o familiar e a extensão próxima dele, com quem a família convivia. Se era natural, nesse meio, ter uma enxada desde tão tenra idade, não era necessário “*entrar na briga*” junto com o pai - o que fazia por iniciativa própria. Talvez em parte atraída por uma identificação com os projetos do pai, independentemente de quais fossem esses, uma vez que participava em muitos deles (como o trabalho). E em parte por uma identificação com a

situação em si, já não tanto apenas por serem iniciativas do pai.

Embora não conhecesse partido político, o pai *“queria o comunismo, porque ele queria que todas as pessoas fossem tratadas iguais, que todos trabalhassem pra comer, que não tivesse uns que viviam nas costas dos outros de braços cruzados e que o sonho dele era que todos vivessem com o seu trabalho”*. Lembra um ditado citado pelo pai: *“na casa deste homem, quem não trabalha não come”*.

Apresenta, nesses trechos, valores que lhe foram transmitidos pela família, no processo de socialização primária, como a partilha de deveres e de direitos e o envolvimento com a dimensão social, através de iniciativas de ação e não apenas de caráter ideológico.

Descreve, ainda, o pai como *“muito prestativo”*, pois *“no tempo do balão, todo mundo ficava olhando o balão, deixava as enxadas, já, na parede, e quando via que o balão ia cair no, na plantação do milho de um vizinho, então todos corriam pra ajudar aquele vizinho, pro fogo não, então pra nós, balão era um tormento, se vinha balão, porque podia queimar tudo, e também porque nós tínhamos a marca, eu era pequenininha, meu pai saiu pra socorrer um vizinho, que tinha caído balão e tinha pegado fogo na plantação de milho dele e ele, deve ter tido alguma coisa, algum problema cardíaco, alguma coisa, ele morreu no meio do fogo, e meu pai chegou na madrugada com ele nas costas. Então, aquela imagem ficou na cabeça da gente, quer dizer, ele foi atrás, foi ajudar e trouxe o vizinho sem vida, porque ele deve ter tido alguma coisa e acabou ficando queimado no próprio fogo que pegou na plantação dele. Então nós tínhamos, assim, muito, essa solidariedade, e essa preocupação com os outros, vem muito da minha família”*.

Outra preocupação do pai, quando mudou com a família para essa região, era com o fato das pessoas enterrarem os mortos em locais muito próximos às casas, com risco de contaminação, uma vez que a causa da morte era, muitas vezes, desconhecida. Ao comprar um *“fordeco”*, ele passou a levar os enterros para um bairro da capital próximo da região onde moravam. De um determinado ponto em diante, seguiam a pé.

Apresenta o pai como uma pessoa muito voltada às necessidades de terceiros (individualmente ou coletividade), numa posição que se poderia

chamar de altruísta. Com atitudes marcadas por solidariedade, compaixão e misericórdia, exercidas no espaço público.

A mãe, atualmente com noventa e dois anos de idade, teve sessenta dias de aula, quando criança, num bairro da Zona Leste da capital, onde aprendeu apenas o alfabeto e números até cem. Posteriormente, ao passar pelo centro da capital, comprou a tabuada. Reunia os filhos às cinco horas da tarde, todos os dias, *“rezava o Pai Nosso, a Ave Maria e pedia a Deus que um dia fosse morar perto de escola. Porque o desespero dela era ver aquelas crianças crescendo sem escola”*. Usando papel de pão, *“ela ensinou o que ela aprendeu. Então, número até cem, o abecedário, isso ela ensinou. Entendeu, isso ela ensinou aos filhos, com sessenta dias de escola”*.

Apresenta uma imagem da mãe como alguém também comprometida com os projetos da família e com uma preocupação particular com o desenvolvimento dos filhos. Numa atitude diferente do pai, esta parece mais voltada às necessidades do grupo familiar e à possibilidade de superação das condições atuais por parte dos filhos.

Relata que o pai *“morreu cedo e, com dez irmãos, minha mãe nova ainda, tinha que cuidar dos filhos e acabou eu, minha irmã mais velha casou e nós duas que ajudávamos no sustento da casa”*.

Considera que toda essa vivência, desde a infância, contribuiu para que se dispusesse a enfrentar injustiças e desigualdades. Assim se refere a isso: *“os problemas que nós presenciamos na nossa infância, a pobreza, muitas vezes que nós ficamos também sem comida, quando não conseguia vender nada do que plantava, e essa disponibilidade que meu pai tinha, minha mãe também, então, eu acho que isso influenciou na minha vida, de participar (...) começando ter visão dos problemas e da exploração que a sociedade capitalista tem inerente à própria estrutura da sociedade, foi me ajudando a querer superar essas injustiças, essas desigualdades, essa exploração”*.

Carina expõe como lhe cravou na pele cada uma das dificuldades vividas. E como se dispôs a enfrentar essas mesmas dificuldades, num âmbito mais amplo, o social, visando o favorecimento de comunidades que vivessem situações semelhantes. A atividade política lhe é, pois inerente, pois essa atuação fez parte de sua socialização primária. O envolvimento

com as necessidades familiares e das comunidades nas quais vivia a família, com iniciativa na busca de soluções práticas foi um aprendizado de exercício político natural. Seu crescimento, como pessoa, trouxe como marca fundamental a ação política.

Quando jovem, participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), e posteriormente da Juventude Universitária Católica (JUC), onde *“comecei a descobrir essa visão maior dos problemas do mundo, a gente discutia os problemas da fome, os problemas da miséria, o problema da prostituição, então, também minha formação foi sendo influenciada por essa visão maior dos problemas do mundo e, jovem, a gente quer fazer alguma coisa”*; e, ainda, *“trabalhamos com alfabetização de adultos”*.

Os problemas sociais que passa a enfrentar partem dos já conhecidos e dos ambientes onde estava inserida a família e ampliam-se para uma visão maior de mundo.

Concluiu o Magistério em 1961. Buscando uma participação social, *“em 1968 a 1970 a gente já tinha alguma participação, grupos de discussão política, que não dizia muito o que era, mas era de influência da Ação Popular e que a gente já tinha algumas iniciativas, o Grupo de Jovens, tanto trabalhava na alfabetização como quando acontecia alguma coisa mais grave a gente fazia um folhetim, espalhava, espalhava escondido, era o tempo da ditadura, entendeu?”*.

Relata que cursou Serviço Social na PUC, em São Paulo, e trabalhava numa fábrica, comentando que *“todo mundo que trabalhava numa fábrica e tinha feito curso era procurado, tanto é que não fui buscar meu diploma porque tinha medo de ser presa”*.

Comenta sua atuação em comunidades de bairro, nessa época, organizando uma cooperativa de consumo que durou três anos, permitindo aos cooperados realizar compras a custo menor.

Já casada, o marido também *“era muito procurado, e eu podia também ser presa, então nós fomos pra Bahia, de dois pra três anos”*. Lá, em 1972, entrou num partido comunista (clandestino).

A região para onde foram era uma área de apoio para a Guerrilha do Araguaia, que estava sendo preparada. O marido conseguiu emprego, ela não, *“então eu participava com as mulheres, eu ia lavar a roupa no rio... no*

rio, nos buracos do rio, porque... eu ia, então, trabalhava com as mulheres, ia também na roça do morro". Essa parte de terra, no morro, era "seca", e era cultivada pelos mais pobres, "que ganhavam muito pouco e trabalhavam na diária também", (...) "era a terra que esperava a chuva". Nela se plantava três vezes ao ano, mas muito pouco se colhia.

Como na infância, vê-se inserida num meio caracterizado por dificuldades e poucos recursos sociais, envolvendo-se com as necessidades locais.

Na cidade, havia uma cachoeira de onde saíam três córregos. Os proprietários de terras "servidas por essas águas" criaram a Associação dos Donos das Águas, "eram vinte e um Donos das Águas", que cobravam um terço do resultado da colheita daqueles que plantavam nessas terras.

Carina, que ainda não tinha a filha, ia com os mais pobres plantar na terra seca; diz que aprendeu "um pouco aquela realidade de vida deles".

Na região, havia negros, "puros descendentes de africanos", que faziam o trabalho duro na lavoura, pela pouca disponibilidade de tratores. Ofereciam-se numa feira, aos sábados, "igualzinho o tempo da escravidão".

As negras, traziam macela, "pra fazer colchão, pra fazer almofada". Relata com muita emoção um episódio que viveu ali, a que se refere como "uma coisa muito difícil pra mim, muito dura, que me impressionou muito, a fome que eles passavam". Bateu à sua porta uma dessas mulheres, que não havia conseguido trabalho na diária e não comia há mais de um dia, pedindo comida. Ela a convidou para entrar e serviu um prato: "ela olhou o prato, assim, ela até mudou a fisionomia". Mas não comeu. Pediu um pedaço de jornal, para que pudesse levar e dividir com uma companheira que estava mais à frente. Carina observou enquanto se sentaram numa pedra, comendo. Impactada pela situação, vendo "o pé no chão daquela mulher negra, uma mulher alta, e um rosto tão faminto, tão, aquilo me marcou tanto que eu... disse 'ah, na minha vida não tenho outro caminho, tenho que lutar mesmo contra essa fome, essa injustiça, essa... não tem outro jeito que, tanto sofrimento'".

Ao fazer esse relato, Carina transmite a emoção do momento vivido, muito fortemente. Impactada, talvez, por uma fome tão grande aliada a uma capacidade tamanha de altruísmo, que antecede a atitude de saciar a própria

necessidade.

Esse fato ocorreu entre 1970 e 1973, enquanto esteve nessa região. Explica que com o dinheiro que ganhavam na diária, esses trabalhadores compravam seus mantimentos e ossos de boi que eram usados para cozinhar o feijão, *“porque o tutano é que servia de gordura”*; (...) *“quando fui na feira que eu passei perto eu não agüentei o ranço que ficava aquilo”*, pois esses mantimentos ficavam *“dias e dias passando de feira em feira”*.

E o jornal, que o marido trazia do trabalho para casa, já com alguns dias de atraso, era solicitado para *“encapar livro, caderno, era pra forrar prateleira”*. Como *“lá as coisas eram muito cinzentas, muito pouco colorido”*, diz que, ao retornar para São Paulo, chegou a ficar *“meio tonta, com o colorido, com o movimento, com o barulho, de tanta diferença, imagina esses que vêm pra grande cidade, como eles não sofrem, que impacto eles não sofrem, depois de muitos anos lá, eu tinha ficado relativamente muito menos tempo”*.

Demonstra sua capacidade de avaliar, a partir das experiências pessoais, as dificuldades enfrentadas por terceiros, ampliando sua perspectiva.

Voltou de lá com o marido e a filha pequena, depois da morte de Lamarca, que ocorreu próximo a este local, pois *“eles estavam vasculhando todas as cidades, então como nós tínhamos ido de fora, eles iam nos prender também”*.

Inicialmente, trabalhou numa fábrica de eletrônicos, de onde teve que sair após a prisão de um companheiro, pois *“como nós tínhamos nos reunido ali, andado (...) pelo bar, ali perto, nas redondezas, ia no sindicato, eles estavam pegando todo mundo que andava com ele”*. Foi trabalhar com alfabetização de adultos, no Mobral, aproveitando sua experiência com o método Paulo Freire, anterior a 1964.

Na região em que foram morar, na cidade de São Paulo, havia problemas com a distribuição de água, *“porque a água era de poço e os poços estavam, grande parte contaminados”*, além de muitos estarem se esgotando. Organizaram uma associação de bairro, que *“era chamada Sociedade Amigos”*. A partir dos próprios alunos da alfabetização, iniciaram uma pesquisa sobre as condições dos poços e faziam *“reunião de rua em*

rua, até que em 1975 fizemos uma grande assembléia com umas duas mil pessoas, chamamos o presidente da Sabesp e entregamos um abaixo-assinado”. Conseguiram carros-pipa até que a rede fosse completada, após a construção de uma estação elevatória.

Como fazia o pai na infância, assume agora ela própria a liderança de ações práticas de solução de problemas sociais, vividos por comunidades carentes onde está inserida.

Continuou seu trabalho com as associações: *“em 1975 nós começamos a organizar o, começou como movimento do custo de vida, as mulheres, nos clubes de mães, que queriam discutir como viver com um salário tão pouco. Como viver. E as mulheres (...) começaram se interessar, com vontade de também contribuir, também ir trabalhar, querer ir fazer alguma coisa, e naquela ocasião, na zona sul, zona leste, teve mais de trezentos Clubes de Mães que estavam organizando as mulheres pelos bairros. E aí, acabou se tornando, em 1976, o Movimento contra a Carestia. Que fez um grande abaixo-assinado, pelo congelamento dos preços, lutando também por um salário mais justo, e que nessas discussões a gente começou a discutir a necessidade, a mulher queria ir trabalhar, não tinha creche, então começou a luta pelas creches, nas periferias, zona sul, zona leste, depois foi espalhando pros outros lugares e, aí, veio a luta por creche, mas se discutia também a reforma agrária, por conta da fome na cidade, como ter alimentos e a preços mais populares, então, tivemos essa participação, isso durou, em 1978 foi o ponto mais alto, que teve uma grande assembléia na Praça da Sé”.*

O problema local levou-a a uma inserção que, em seguida, se ampliou, na organização de novos grupos com outras demandas sociais. Associados a outros grupos, assumiram uma dimensão de grande relevância no enfrentamento do momento político vivido à época.

Essa assembléia na Praça da Sé, *“era pra entregar um abaixo-assinado, e que acabou não tendo nenhuma autoridade pra receber, então foi marcada uma ida a Brasília. Então, vinte e uma pessoas foram levar esse abaixo-assinado, um milhão e trezentas e cinqüenta mil assinaturas em Brasília, eu era uma das pessoas, eu era da coordenação, participava desse trabalho, e fomos”.*

Lá estava ela, como na infância, à frente de um movimento com objetivos concretos para a vida das pessoas. A marca do aprendizado, através da socialização primária, levando-a novamente a se mobilizar e mobilizar outras pessoas, buscando soluções. Propondo e encontrando caminhos de fazer com que se realizem. E não apenas participando, mas liderando, organizando essas ações. Como aprendeu com o pai.

Comenta que esse movimento começou a diminuir em 1980, pois a partir de 1976 os sindicatos *“começaram a ajudar assumir, isso foi ajudando os trabalhadores também começarem a discutir, a se reunirem, foi assim, foi a luta popular contra a ditadura. Porque, se a ditadura não permitia reunião, não permitia que se expressasse, não permitia manifestação, etc., pelo Movimento contra a Carestia, aí foi a forma mais simples que a população foi se organizando e que contribuiu pro fim da ditadura”*.

Relata o início das reivindicações por eleições, a partir de 1980, quando *“grupos de cinqüenta, oitenta pessoas, que iam da Praça da Sé até a Praça Ramos dando um folheto, reivindicando a volta às eleições”*, culminando com eleição do Governador Franco Montoro em 1982.

Faz uma retrospectiva de algumas bandeiras pelas quais lutou: em 1975, motivados pelo Ano Internacional da Mulher, reunindo mulheres através das Associações de Bairro; a luta pela anistia, iniciada em 1977, levando à aprovação de uma lei em 1979 que permitiu o retorno dos exilados; em 1980, a luta pela democratização; em 1984, a campanha das Diretas; *“em 1986 a anistia, em 1988, nós tivemos promulgação da Constituição, a nova Constituição, mais democrática, mais cidadã, garantindo vários itens da participação popular”*. Ainda nos anos 80, reivindicando escolas estaduais de segundo grau, inclusive de suplência, já que surgiam muitas escolas particulares nessa área. Comenta que *“as mulheres que participavam, começavam despertar pra querer estudar, como muitas estudaram, foram até pra faculdade”*.

Carina é testemunha ativa em alguns eventos históricos citados no primeiro capítulo, como o Ano Internacional da Mulher, em 1975; o Movimento pela Anistia (ao qual ela se refere como iniciado em 1977 e os dados históricos apontam para 1975 o início da organização do movimento); a mobilização das mulheres pelas eleições Diretas (que ela situa em 1984 e

os dados obtidos indicam 1983); e, mais adiante, ao mencionar o movimento “mulheres sem medo do poder”, do qual também participou, após a Conferência de Beijing. Parece tê-los vivido com emoção e forte envolvimento, apesar das pequenas falhas de memória na precisão de datas.

Relata que, durante campanhas eleitorais, trabalhava para que candidatos mais próximos das camadas populares fossem conhecidos e eleitos e, dessa forma, um operário foi eleito Deputado Federal em 1978, e reeleito em 1982. Refere-se às dificuldades enfrentadas por ele, durante sua atuação parlamentar, que *“foi muito difícil, foi muito isolado pelos outros”*. Em 1988, atuou na campanha da prefeita eleita na cidade de São Paulo, Luiza Erundina, que *“teve um governo, com um perfil mais democrático, de setores populares no poder (...) ela desbravou em São Paulo essa experiência”*.

A primeira motivação para sua própria candidatura ocorreu em 1992, por sugestão de várias pessoas, inclusive seu partido. Foi, então, eleita vereadora na cidade de São Paulo, com *“treze mil e setecentos votos”*. Classifica seu trabalho como *“popular, muita associação que também já cuidava das ocupações, os despejos, o trabalho com as favelas, muito trabalho assim”*.

Sua candidatura e eleição ocorreram em consequência de seu trabalho social.

Em 1996, foi reeleita vereadora, com *“dezenove mil e oitocentos votos”* (...) *“fazendo um mandato voltado pra população, em geral meus projetos de lei eram ligados à regularização dessas áreas ocupadas, possíveis de regularizar”*.

Em 2000, foi eleita vereadora pela terceira vez, e dois anos depois teve apoio pra que se candidatasse a Deputada Estadual, como consequência de seu trabalho, no qual denunciava na tribuna as irregularidades oriundas de *“envolvimento [de juízes] com grilagem”*. Atribui a diminuição de despejos a trabalhos como o seu e de todos os que buscavam conscientizar a população sobre seus direitos, nas questões de moradia.

Em 2002, pela primeira vez foi candidata a Deputada Estadual; eleita, está exercendo atualmente seu primeiro mandato neste cargo.

Sua primeira candidatura surgiu naturalmente, em decorrência de seu trabalho social, e as demais foram consequência disso. Carina avalia que

“nem teria condições de me eleger se não fosse isso, porque é diferente uma eleição de alguém que vem do movimento popular, que vem desse trabalho, e que quem ajuda na eleição são as próprias pessoas, as próprias lideranças, o pessoal do nosso partido, não tem esses esquemas que fazem aí, absurdos”. Ressalta que sua candidatura veio após trinta anos de um trabalho, que não tinha como objetivo a candidatura, mas *“organizar a população, conscientizá-la dos direitos, ajudá-la a compreender um pouco a política, pra ela saber como mexe com essas questões tão difíceis, pelos direitos que o povo tem”.*

Mostra que, tanto a proposta de sua candidatura como o apoio necessário foram articulados a partir de seu envolvimento com o movimento social. Argumenta que, caso contrário, não teria condições de se eleger, numa alusão à dificuldade de bancar os custos de uma campanha, no modelo atual.

O dirigente Elias comenta que *“a construção de uma candidatura feminina, pelo que eu conheço e vejo, é consequência de uma militância, de uma história, de um trabalho. Raramente você vai ver uma mulher aqui vir dizendo “ah, eu quero me inscrever porque eu sou candidata, porque eu quero o poder ou porque eu me sinto capaz pra estar no poder como vereadora, como deputada”.* Normalmente a mulher já traz um envolvimento político com sua classe ou comunidade”.

Lembre-se, ainda, que o mesmo dirigente, conforme mencionado na análise das entrevistas de Zilda, mostra a importância atribuída pelo partido à pré-candidata que se apresenta com vínculos no movimento social. De fato, isso pode trazer retorno em número de votos - desde que bem articulado, como no caso de Carina. E quando não é suficiente para a eleição da candidata, soma votos para a legenda. Esse exemplo, contudo, não desqualifica a análise realizada anteriormente em torno da diferenciação de critérios para pré-candidatos homens e mulheres, conforme comentado por ele e já discutido.

Carina considera que sua atuação parlamentar é fruto de suas convicções pessoais identificadas com seu partido, onde *“uma função pública de parlamentar é um serviço (...) ninguém faz isso como meio de vida, de se promover”.* Ao contrário, afirma que *“no Brasil, a política, nesses*

quinhentos e poucos anos que o Brasil tem, a política, na sua grande maioria, ela foi tratada como algo que serve pras pessoas como um status, porque elas se sentem privilegiadas de serem parlamentares e se utilizam daquilo pra benefícios próprios”.

Comenta a atuação das mulheres na política, dizendo que *“tem mulheres que na política repetem o que os homens fizeram há muitos anos, que privilegiam os seus interesses, os interesses da sua família, do seu grupo... e não a política, como ela deveria ser, que ela deveria ser esse trato da questão do bem comum, daquilo que é de interesse da grande maioria”.* Considera que *“as características das mulheres contribuem pra uma política que vise o bem comum, que vise a solidariedade, que vise o enfrentamento dos problemas sociais, [fala com ênfase cada um dos trechos iniciados com “que vise”] que visem as mudanças que nós precisamos, e até, essa participação das mulheres na política, que é algo novo, eu acho que até cresce devagar, porque nós, alguns encontros que nós tivemos com mulheres que participaram da política, muitas se decepcionam porque elas foram colocadas pelo pai, ou pelo marido, não foi uma convicção pessoal, uma opção de fazer um caminho diferente na política, então elas se aborrecem, se cansam e acabam desistindo”.*

Carina apresenta uma reflexão semelhante à analisada a partir dos relatos de Zilda com relação às mulheres que iniciaram uma participação política sem motivação pessoal, mas “colocadas” por pais ou maridos pertencentes ao meio político. O que reforça o entendimento desse fato como prática corrente. O resultado, a desistência por parte das mulheres, parece consequência natural, ao menos para aquelas que não encontraram uma alternativa criativa para um caminho assim iniciado, atribuindo novo sentido à realidade.

Carina também chama a atenção, em seu relato, para o que denomina “características das mulheres”. Para ela, estas teriam a capacidade de levar a uma forma específica de fazer política, conforme discutido anteriormente. Às mulheres são atribuídas características diferentes das masculinas, o que é próprio da política de identidade adotada por uma cultura. Carina mostra haver assimilado esse valor social - acreditando que as mulheres sejam portadoras de tais características, o que poderia levá-las a uma prática

política diferenciada, visando “o bem comum, a solidariedade, o enfrentamento dos problemas sociais”. O que lhe escapa é que tais características podem estar presentes em algumas pessoas, homens ou mulheres - como, aliás, agia seu pai. Expressa, assim, a relevância das políticas de identidade, pois mesmo ela, que teve o pai com uma atuação forte de tais características, refere-se às mesmas como femininas.

Relata que, atualmente, dos 94 (noventa e quatro) Deputados Estaduais, na Assembléia de São Paulo, 10 (dez) são mulheres e, dentre estas, apenas quatro ou cinco se interessam pelas questões da mulher, “*as outras não têm grande interesse*”. Considera que isto ocorre porque “*o poder, ele ainda é muito machista. Ele ainda é. E de certa forma ele influencia. Então, parte das mulheres que entram na política parlamentar, elas são influenciadas, pelos maridos, pelos pais, e elas acabam fazendo um papel dessa, não levando em conta essa consciência mais apurada, mais específica pra que ela desempenhe um papel, ali, também em relação à mulher, pra contribuir pra essa participação. Então elas fazem um pouco o que todo parlamentar faz, mas não se dedicam um pouco mais a essa questão de ganhar esse espaço para as mulheres. Ir despertando as mulheres*”. (Quanto à influência mencionada, recebida de pais e maridos, está se referindo a pessoas do meio político, que exercem influência para que as mulheres entrem na atividade política, conforme foi esclarecido no decorrer da entrevista).

Avalia a necessidade da “*consciência de que as mulheres têm um papel diferente dos homens, porque a mulher tem suas diferenças, e nós lutamos pela igualdade de direitos, mas nós queremos que respeitem as nossas diferenças. E nós queremos garantir essas diferenças também na política*”.

Inicia essa avaliação enfatizando a diferença de papéis sociais para homens e mulheres, numa concepção que é decorrente de uma política de identidade transmitida pela cultura, desde a socialização primária.

Na seqüência, utiliza um argumento típico da segunda etapa do movimento feminista - o de que as mulheres são diferentes dos homens (não fala mais em termos de “papéis sociais”, mas de uma suposta diferença das mulheres em relação aos homens). Naquele momento do movimento

feminista, este argumento era acrescido do entendimento de que tal diferença continha “um potencial enriquecedor de crítica da cultura” (OLIVEIRA, 1999, p. 71, conforme apresentado no primeiro capítulo, página 45). É exatamente neste sentido que segue o raciocínio de Carina, comentando que a partir dessas diferenças as mulheres teriam uma contribuição específica a oferecer à sociedade.

Considera que, sendo a sociedade constituída por homens e mulheres, da forma como se organiza atualmente, deixa de contar com importante contribuição das mulheres: *“por conta da discriminação que a mulher sofre ainda, e essa opressão que a mulher sofre, ela deixou de dar a contribuição com as características que ela tem pra essa sociedade. Então, essa sociedade, ela vai ser sempre, é... ela vai ter dificuldade (com ênfase) de construir uma sociedade mais justa enquanto ela não resgata e não garante que a mulher, com seu modo de ser, com as suas características faça parte também dela, da sociedade (grifo meu). Não só pra ela cumprir deveres, do trabalho, do papel dela na família, mas ela também nos espaços de decisão” (grifo meu) (...)* *“ela também ajudando decidir, ela também ajudando definir rumos. Então, essa metade, ela precisa ainda ser compensada e precisa se despertar as mulheres pra assumirem. Porque, faltando essa parte, aqui na capital nós somos 52% de mulheres, no Brasil, 51%, então, mais da metade são mulheres, mas as mulheres, com toda capacidade que têm, com toda competência que têm, acabaram ficando num papel secundário”. E, ainda: “Aquelas tarefas que exigem mais dedicação, que exigem mais persistência, acabaram ficando pras mulheres. E as mulheres acabaram não ocupando o espaço público e os espaços de decisão. Então, nós precisamos recuperar isso”. (...)* *“tá faltando essa outra metade. Falta essa outra metade na política, no poder Legislativo, falta no Executivo, falta também, o Judiciário começou a ganhar um pouco mais de mulheres, mas ainda tá defasado, ainda precisa recuperar muito, as mulheres ganharem esse espaço...”*.

Refere-se à opressão da mulher como impedimento para que as mulheres contribuam de forma mais significativa com o desenvolvimento social. Opressão que restringe o acesso das mulheres à gestão pública, com prejuízos para a própria sociedade, que deixa assim de receber essa contribuição. Sua compreensão desse fato ilustra a análise de Arendt,

apresentada no primeiro capítulo, página 69, para quem a atividade pública permite a expressão do indivíduo, contribuindo com o desenvolvimento social. O que Carina pontua é a pequena contribuição feminina com a organização social brasileira.

Ao questionar o prejuízo social pela perda de contribuição da mulher, contudo, atribui esse prejuízo a supostas características específicas das mulheres. Como se, deixando a sociedade de abrir oportunidade para que as mulheres se expressem, atuando nas decisões da organização social através da atividade política, eliminasse um tipo específico de contribuição.

Faz-se necessário considerar que, no contexto atual, as mulheres, enquanto parcela da população - pequena maioria, conforme lembrado por Carina - encontram-se pouco representadas no exercício de cargos públicos e, portanto, como segmento social, deixam de contribuir nos espaços de decisão da organização social. Mas não se pode concluir que um “tipo específico” de contribuição esteja, assim, ausente. As supostas características femininas precisam ser compreendidas, antes de tudo, como características humanas, presentes em seres humanos históricos, homens ou mulheres, dependendo de sua história de vida e da forma como constroem sua identidade pessoal. Evidentemente que, através dos processos de socialização tenta-se influenciar o desenvolvimento de determinados estilos de comportamento social mais nos homens e, outros, mais nas mulheres. Assim se estabelecem os “papéis sociais”, a partir de uma política de identidade própria da cultura, que atende a interesses particularistas e não universalistas. Este é exatamente o foco desta pesquisa - a atribuição, pela sociedade, de um padrão de feminino que, num processo histórico, acabou por excluir as mulheres da atividade política, propondo que se dedicassem às atividades domésticas enquanto os homens atuavam no espaço público.

A inserção gradativa das mulheres na política é aqui analisada em termos da necessária autonomia que cada ser humano necessita ter para que se expresse, enquanto indivíduo, participante de uma sociedade, escolhendo as formas e espaços de atuação que lhe sejam apropriados e permitam, assim, sua realização pessoal ao mesmo tempo em que uma contribuição social autêntica.

Portanto, o raciocínio de Carina expressa exatamente o que a cultura propõe para seus membros, isto é, papéis sociais claramente definidos para cada gênero, ao se referir às “características femininas”. Parte do que se pretende aqui demonstrar e questionar.

Outro dado comentado por Carina diz respeito ao fato de não necessariamente as mulheres deixarem de vivenciar outros aspectos da vida social, como “o papel na família”, mas ampliar sua forma de atuação e contribuição social. Tal ampliação não implica, necessariamente, numa negação de qualquer papel atual, mas uma maior amplitude de escolha de quais os papéis que cada mulher deseja vivenciar e em qual ordem de prioridade.

Atribui ao “*machismo*” e à “*opressão milenar que a mulher vive*” o fato de que “*esses espaços de poder ainda são muito difíceis da mulher ocupar; acho que até existe na própria cultura, não só brasileira, mas na cultura machista, que há um predomínio dos homens na política, porque os espaços de poder são disputados pelos homens e eles têm uma experiência maior, em ocupar esses espaços. Por isso que, as mulheres vão ocupando, mostram eficiência quando ocupam, desempenham bem, têm esse papel importante, mas uma parte, nem ousa, nem ousa ocupar esse espaço. Prefere deixar porque sabe que é um espaço muito disputado entre os homens. E, a gente vê, assim, isso acontece no mundo dos negócios, isso acontece no mundo da política, isso acontece nos espaços de decisão; quando a gente pega os Ministérios: algumas mulheres, só, que passam a ocupar. Quando se pega as reitorias: poucas mulheres reitoras*”.

Ressalta, mais uma vez, a relevância dos processos de socialização na construção de papéis sociais específicos para homens e mulheres. Como resultado da política de identidade adotada por nossa cultura, os homens passaram a exercer a atividade política de forma que se tornou, este, um espaço “naturalmente” ocupado por eles, com uma ausência histórica também “natural” das mulheres. Estas, contudo, quando se propõem a exercer tais funções, podem fazê-lo com qualidade e competência, conforme assinalado por Carina.

Ilustra a menção que fez às reitorias contando que, quando a primeira diretora assumiu uma importante Faculdade em São Paulo, esta teria dito

“chegou minha hora, porque meu marido já foi diretor há vinte anos”. Carina pontua como as mulheres incorporam essa mentalidade, que faz parecer natural que os homens exerçam mais - ou primeiro - cargos de direção. Para ela, *“as mulheres também se acomodam, ou se adaptam, não é isso, que o homem vai primeiro, depois vai a mulher”*; (...) *“a hora dela não é a primeira hora, é a segunda, é a terceira hora”*.

Mais uma vez, através do relato de um fato, mostra que os espaços públicos e de direção permanecem “naturalmente” reconhecidos como próprios para serem ocupados por homens. Ainda quando uma mulher os ocupa, isto se dá como algo secundário. Assim aceito por homens e mulheres, por ser parte de uma política de identidade aceita socialmente. Complementa e exemplifica o mesmo aspecto, já discutido a partir do relato de Zilda e comentários de Mônica.

Ressalta que os homens, no parlamento, *“principalmente desses partidos mais conservadores”*, quando se referem às mulheres, geralmente o fazem *“pelo modo tradicional de ver a mulher, falam ‘Não, precisamos da mulher aqui, precisamos da beleza; precisamos desse espírito afetuoso, se não isso aqui vira o que?’*”. (...) *“Não diz assim, ‘precisamos da eficiência de vocês, precisamos de vocês ajudando definir os rumos’; então, o comentário não é esse”*. Dizem, segundo ela, *“vamos colocar umas flores no ambiente, vocês vão florir o nosso ambiente’ (...). Nós queremos mais que isso”*.

Expõe, através do relato de comentários realizados por homens no parlamento, que a percepção do papel feminino se mantém associada à imagem que corresponde ao triângulo mãe-esposa-dona-de-casa; mesmo no exercício de uma função pública, ainda se espera dela uma presença marcada pela beleza, delicadeza e afetividade - e não por características condizentes com a função que exercem. Pois o ambiente político não é marcado por esse clima; ao contrário, Bruno faz o seguinte comentário: *“Eu acredito que a mulher também, ela se sente meio pressionada no mundo político, o mundo político é um mundo meio... aguerrido; você fala muito, você grita muito, mas é, talvez a mulher ainda sinta esse impacto. Eu vejo isso. E acho que muitos homens não gostam que as mulheres participam de política, que é aquele velho chavão “a política é coisa de homem”*. Se o mundo político é “aguerrido”, como afirma Bruno, seria de se esperar que as

mulheres nele inseridas tenham uma presença mais próxima dessa identificação com o ambiente (não necessariamente rude ou grosseiro) e não um estilo conforme relatado por Carina. Antes, porém, surge a expectativa associada ao papel social de gênero e não à função específica.

Carina avalia, ainda, que *“uma parte dessa cultura machista, nós estamos ganhando espaço quando os homens mudam sua concepção, quando eles passam a respeitar a mulher e eles vão percebendo, lógico que precisa ter, são homens mais abertos, tratam as pessoas com mais respeito, as mulheres com mais dignidade, e quando tratam as mulheres como seres humanos iguais, então eles vão percebendo isso. E, alguns que demoram mais pra perceber, eles mesmos, às vezes como maridos, como irmãos, como pais, eles mesmos vão limitando a mulher, dificilmente deixam a mulher por si, assumir o papel”*. Para ela, essa limitação ocorre quando a mulher demonstra intenção de fazer algo considerado mais ousado, e é solicitada a esperar mais, não sendo incentivada em suas iniciativas. Mesmo mencionando homens que, enquanto companheiros, podiam ser *“generosos, bondosos”*, mas *“quando chegava no momento da mulher assumir alguma coisa fora, aí é que vinha, aí que barrava. E não quer dizer que maltratava, não quer dizer”*. Ao contrário, muitas vezes eles achavam, na sua concepção, que estavam *“fazendo uma coisa boa, porque estava protegendo, estava... cuidando”*. Assim conclui: *“Então, foram poucas mulheres, foram algumas mulheres que romperam com isso. E, certamente, elas eram vistas como doidas, como (ri), como avançadas demais”*.

Surge aqui o “cuidado” comentado por Zilda em relação à forma como seu pai lidava com as filhas, analisado anteriormente. E uma nova citação, do aspecto também comentado por Zilda, das mulheres que ousam fazer coisas diferentes do que a cultura propõe, rompendo modelos, e acabam identificadas como “loucas” (ou “bruxas”, para Zilda). Mulheres que, em suas histórias de vida, expressam Lilith, na ruptura de modelos, na busca de autonomia, de uma identidade que lhes faça sentido - assumindo o peso de serem identificadas com aspectos socialmente pejorativos.

Sobre esse assunto, Elias comenta: *“as mulheres, acho que por viver numa sociedade como a nossa, que ainda mantém os seus valores, seus hábitos machistas, conservadores, tradicionais; as mulheres, aí, sim, elas*

são desafiadas a buscar romper com esses modelos, que não correspondem ao desejo de vida delas, enquanto pessoa, enquanto profissional, enquanto política, enfim. Enquanto mulher, mesmo”.

No entanto, considera que, mesmo entre as mulheres que militam num partido político, muitas vezes há uma resistência em defender demandas femininas, associadas ao movimento feminista, pois este deixou uma imagem *“de radicalismos, de bandeiras que foram defendidas num período histórico passado, aí, onde tinha as bandeiras, de fato, que eram bandeiras desafiadoras, e por isso elas eram radicais, eram bandeiras que viam o mundo cem anos à frente”*. Uma vez que tais reivindicações se mostram associadas pejorativamente àquelas que tentam romper com um padrão socialmente estabelecido, evita-se uma identificação com esse aspecto, que poderia levar ao rótulo de “loucas”, ou “bruxas” - numa expressão arquetípica de Lilith, enquanto conteúdo de sombra.

Considerando o fato de ter sido candidata antes e depois da lei das cotas entrar em vigor, foi solicitada sua avaliação sobre a relevância da mesma. Comenta que, após a IV Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, participou de evento promovido por diferentes partidos políticos, em São Paulo, estimulando a filiação e o engajamento feminino na política. Lembra que nas eleições de 1996, ano seguinte, o número de vereadoras em São Paulo *“quase dobrou”*, indicando, na sua opinião, a importância de eventos como aquele: *“quando se desenvolve uma ação, pra despertar, porque, tanto os meios de comunicação como ambiente familiar, a sociedade em si, ela não estimula a participação da mulher, no seu cotidiano (grifo meu). Então nós temos que desenvolver ações próprias pra estimular. Naquela campanha que se fez, chamava “Mulheres sem Medo do Poder”, não é isso? E dizia, “Mulheres sem medo do poder, chegou a nossa vez”*.

Conforme analisado a partir de comentários de Zilda, Carina também aponta para o fato de que a sociedade não estimula a participação feminina na política. Não o faz porque não é próprio da cultura, porque seria contraditório com a concepção de que o espaço público não deve ser ocupado pelas mulheres. Como bem lembrou Bruno, entre os jovens, atualmente, também é reduzido o número de mulheres que adentram o espaço político, numa demonstração de que as mudanças que podem ser

verificadas a esse respeito se dão lentamente e, ainda, em pequena escala. E os meios de comunicação, como instrumentos de divulgação de valores sociais, mantêm a tendência de apresentar o que é esperado pela sociedade. O que remonta ao comentário de Zilda de que os temas de interesse de jornalistas em relação às mulheres no exercício de cargos públicos, num dado período, muitas vezes se voltavam para o papel familiar e não para suas atribuições políticas.

Ressalte-se, ainda, que o próprio slogan da campanha, citado acima, ao dizer “chegou a nossa vez”, ironicamente reforça o momento da mulher como o “segundo”, conforme mencionado por Carina anteriormente, ao mesmo tempo em que se propõe a reivindicar essa possibilidade.

Carina considera que Beijing influenciou a realização da campanha “mulheres sem medo do poder”, embora já houvesse estudos anteriores. Menciona um, da então Dep. Marta Suplicy, que indicava que se nada fosse feito para incentivar a inserção das mulheres na política, *“levaríamos dois mil anos pra chegarmos a termos igualdade”*.

Relata que chegou a participar de alguns encontros de mulheres de outros partidos, mencionou eventos que discutiram a participação feminina na política, comentando inclusive que, num deles, *“um número grande de mulheres estava desanimada, principalmente aquelas mulheres que, na realidade, os maridos fizeram um jeito delas entrarem pra política, ou pai que não ganhava mais eleição pra prefeito, aí ganhou a filha, filha professora, solteira, que... e aí, assim, mulheres que não decidiram muito como projeto seu participar da política, então tinha, assim, um grau de desânimo, uma certa decepção, também, porque a mulher entra com vontade de mudar as coisas”*.

Refere-se também, de forma discreta, ao que já foi comentado a partir de Zilda e Mônica, a entrada de mulheres na política decorrente da existência de vínculos com pessoas do meio político e, possivelmente, à criação de um espaço de exercício de poder para o responsável pela eleição, e não pela mulher que o ocupa nominalmente (o que não foi, contudo, esclarecido com Carina).

No entanto, não tomou conhecimento do Comitê Multipartidário de Mulheres.

Para Carina, nesta busca das mulheres por uma maior atuação na política, *“não queremos repetir o que os homens fizeram de errado na política, nós queremos introduzir alguma coisa que é nossa, alguma coisa que traga inovações na política”*. E, ainda: *“esse atraso da mulher na política, da participação da mulher, é que a mulher, ela foi acostumada a, ela assume uma porção de tarefa e ela não se importa que ela está apenas servindo, ela não está decidindo. Então nós temos que ganhar as mulheres pra serem também parte das que decidem, das que têm opinião e querem ajudar a decidir”*.

Refere-se novamente ao papel social feminino, mostrando que as mulheres se adaptam a ele de tal forma que exercem prioritariamente funções de “prestação de serviços” (como esperado, no desempenho de tarefas associadas à manutenção da vida, como já era característico na Grécia Antiga) em detrimento de funções de decisão. Carina defende a necessidade de atrair, de “conquistar” as mulheres para que expressem opiniões e tomem decisões no âmbito público. De forma que as mulheres expressem, mais freqüentemente, o que Arendt assinala como revelar a própria identidade ao mundo, deixando uma marca imortal, na contribuição para com o desenvolvimento social.

Nessa proposta, Carina expressa a busca de uma parte das mulheres brasileiras, envolvidas na política partidária, que propõe uma ampliação do papel social feminino, saindo do extremo das atribuições próprias da vida privada e indo em direção ao outro extremo, no exercício de funções públicas. Não como negação do primeiro, mas numa demonstração de que o segundo pode ser plenamente exercido pelas mulheres. Significando uma inversão dos princípios que limitaram a mulher ao primeiro pólo - o da restrição à vida privada. Inversão de um estilo de vida fundamentado numa construção que se deu historicamente e que credita à mulher prioritariamente os papéis de mãe, esposa e dona de casa. Construção que se apresenta sob a forma de uma política de identidade, utilizando a figura de Maria como modelo para a socialização das mulheres. Conforme ressaltado no segundo capítulo, não se trata de desqualificar a figura de Maria e o seu significado para as religiões cristãs. Mas considerar que este modelo pode não ser suficiente para o pleno desenvolvimento da identidade pessoal das mulheres

brasileiras, no momento histórico em que vivemos. E que cada uma, como indivíduo, pode desejar fazer uso da autonomia a que tem direito, escolhendo a forma como quer se expressar socialmente - como deseja contribuir para com as demandas sociais. E se o desejar fazer no exercício de uma atividade pública, assim seja possível, sem maiores empecilhos - externos ou internos, como na vivência da culpa por “falhar” no seu papel prioritário.

Carina ilustra, portanto, a aspiração de que isso se torne universalmente aceito e incentivado.

Continua, dando seqüência a seu argumento: “Nós não queremos fazer com os homens o que fizeram com as mulheres, discriminar, jogar pra trás, nós queremos que homens e mulheres, como seres humanos, caminhem juntos, colaborem uns com os outros, porque é isso que vai construir essa sociedade melhor que nós queremos (grifo meu), *é esse relacionamento, homens e mulheres, com objetivo além só do seu individual, ou seu individualismo, levar em conta as características individuais, mas não cair no individualismo. Nós também não queremos dizer “olha, os homens não têm papel”, eles podem ter papel e papel importante, mas as mulheres assumindo o papel delas”.*

Tal qual no mito de Lilith, não se trata de inverter a posição de poder, retirando-o das mãos dos homens e depositando nas mãos femininas. Mas de uma convivência em condições de igualdade, que exclua a diferença de condições, a submissão. Onde a mulher não seja apenas um mero complemento, um objeto de decoração ou a segunda opção.

Este aspecto também foi mencionado por Zilda e dada sua relevância para este estudo será analisado em conjunto, posteriormente.

Para ela, onde homens e mulheres *“trabalham conjuntamente, sai tudo melhor”* (...) *“isso responde mais à realidade”.*

Sobre as dificuldades das mulheres para atuar no espaço político, aponta como primeiro aspecto relevante o fato de ter ou não filhos e a disponibilidade do companheiro para dividir as tarefas com relação aos filhos, pois *“o ter que cuidar sozinha dos filhos é um empecilho”* e, também, *“algumas que assumiram um papel na política mais avançado, você pode ver que não têm filho”.*

Conta que tem dois filhos, e *“só entrei na política porque meu marido*

dividia comigo. Ele ajudava a, um levava pra creche, o outro buscava, nós tivemos que usar o serviço público, pra criança poder ficar na creche, ele também dividia a questão da alimentação, a gente sempre tinha comida feita pra, quando um fazia, quando não era um, o outro fazia, se não eu acho que teria tido muita dificuldade. Mas eu tive essa, esse partilhar das responsabilidades. Se eu não pudesse, muitas vezes eu que levei ao médico, mas se houvesse uma situação que dificultasse, eu tinha esse apoio, essa ajuda”.

Esses dois comentários serão discutidos posteriormente, em conjunto com os relatos das outras duas entrevistadas, uma vez que foi mencionado por todas.

Outro aspecto que entende ser um empecilho para a atuação feminina na política refere-se ao fato dos cargos de direção serem exercidos, predominantemente, pelos homens, também neste campo social. Cita como exemplo a Dep. Luiza Erundina, que teve como facilitador o fato de não ter filhos, porém, apesar de ser *“uma liderança, nem por isso foi da mesa da Câmara, nunca foi, os espaços de poder, olha, com os homens”*. Menciona o fato de a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo nunca ter tido uma mulher na sua presidência. *“as mulheres são sempre metade da população ou um pouquinho mais”*. (...) *“E, no entanto, os espaços ainda não estão ocupados por essas limitações que existem na própria sociedade, na cultura da sociedade, e essa mentalidade de proteção, de proteger a mulher. Ou, algumas vezes, até acho que, reconhecer na capacidade da mulher certa disputa [com ênfase na palavra disputa] pra não permitir que ocupe o espaço”*. Para ela, *“se os homens que querem manter esse domínio de poder, estão convencidos disso, eles criam impedimentos pra que a mulher não assuma”* - o que ocorre em todos os segmentos da sociedade, em sua opinião.

Mais uma vez, a observação de que, ainda que cheguem a espaços de atuação política, na prática o poder se mantém limitado com maior frequência para as mulheres. Em parte, por ser “natural”, tanto para os homens como para as mulheres, em decorrência de valores sociais, que assim o seja. Há que se ressaltar, também, que inversamente ao que ocorre com as mulheres no seu processo de socialização, aos homens é atribuído um papel ativo,

assertivo e, por vezes, até mesmo agressivo; deles é esperada e cobrada uma atuação de sucesso no domínio público. Daí ser também decorrente dos processos de socialização que surjam embates, nos quais eles se comportem como mantenedores desse aspecto. Isso mostra como os processos de socialização atingem seu objetivo. O que faz com que seja cada vez mais necessária nossa conscientização a respeito dos mesmos.

O dirigente Elias comenta que, em seu partido, do total de filiados atuantes no município de São Paulo, cerca de setenta ou oitenta por cento são homens. E que a atual direção municipal tem implantado uma política de ampliação do número de mulheres em cargos de direção, como secretarias (não apenas a Secretaria da Mulher) e uma vice-presidência, atingindo recentemente 30% (trinta por cento) de ocupação feminina em cargos no Diretório Municipal. Alerta, contudo, que na direção nacional do partido, não há nenhuma mulher na Executiva. Há mulheres nas secretarias especiais. Contudo, *“presidente, vice, tesoureiro, secretário, todos eles são homens. E o mesmo se repete aqui na Direção Estadual [de seu partido] de São Paulo. A maioria da direção, são homens, e as mulheres ocupam cargos menores, ou de diretórios, de apoio àqueles que mandam, diretoria que executa, pensa, tal”*.

Com relação aos postos de direção partidária, o dirigente Bruno menciona que, no Diretório Municipal de seu partido, atualmente, há cerca de seis ou oito mulheres presidindo diretórios zonais, do total de quarenta e dois (pouco acima de 15% - quinze por cento) no município de São Paulo, o que avalia como *“boa participação”*. E, no Diretório Municipal, do total de quatorze membros, três são mulheres (cerca de 20%). Ressalta que há duas suplentes no Conselho de Ética (composto por um total de dez membros) e nenhuma no Conselho Fiscal, de onde tiraram uma na composição da atual direção, esquecendo de colocar outra mulher: *“Esquecimento de última hora (...) pra colocar uma outra pessoa que poderia ter ficado de fora (...) Foi uma coisa, assim, de última hora, impensada. Mas você tem uma boa participação. Mas até você chegar nas vereadoras, tem um caminho grande”*.

Há que se notar que os cargos ocupados pelas mulheres tendem a ser os que repetem um padrão cultural, uma expectativa associada ao papel de gênero. A partir do relato de Bruno, verifica-se a participação de duas

mulheres no Conselho de Ética - sendo a ética uma característica, muitas vezes, associada às mulheres, guardiãs dos valores morais, conforme citado por Mônica. E o “esquecimento”, quando da composição do quadro, de manter uma mulher no Conselho Fiscal, atividade mais comumente associada aos homens. Note-se, ainda, que a pessoa incorporada ao Conselho Fiscal, substituindo a mulher que ocupava o cargo anteriormente, “poderia ter ficado de fora”, conforme relato de Bruno. O que reforça a necessidade pouco consciente de uma mudança desnecessária, retirando uma mulher de um papel que talvez cause algum estranhamento ou incômodo.

No relato de Elias, por outro lado, há a indicação clara de uma tendência predominante no partido nos níveis Estadual e Nacional - exceção feita à atual direção municipal em São Paulo - de manter as mulheres, quando presentes, em cargos de menor relevância, subordinadas aos homens, cargos de “apoio” aos que mandam. A este respeito, Avelar (1989) já apontava para o fato de que as resistências para assimilação das mulheres nos partidos políticos “aumentam na medida em que se passa dos níveis mais baixos da hierarquia aos mais altos, dos diretórios locais aos regionais e nacionais” (p. 37). O relato de Elias evidencia a atualidade desta análise.

Quando Zilda e Mônica sugeriram levantar dados a respeito da composição das direções partidárias, referiam-se, certamente, a esta tendência, bem conhecida por elas, na rotina da vida partidária.

Carina avalia que, em partidos pequenos, como o seu, não existam grandes diferenças entre o tratamento atribuído às mulheres, em comparação com os homens. Para ela, *“os partidos pequenos, eles têm uma proximidade maior entre os membros, há uma participação maior. E também as mulheres discutem mais essas questões, ultimamente, de gênero”*. (...) *“Nos partidos menores, a mulher não fica tão abafada. Acho que os partidos maiores, as mulheres, elas têm menos espaço. Pelo menos o que a gente percebe”*. Comenta que, da bancada federal de seu partido, as mulheres são metade e que tem havido um crescimento do número de mulheres dirigentes no partido, inclusive nos grandes centros e capitais.

Pode-se considerar que os partidos menores talvez necessitem mais da atuação de cada membro, ao contrário dos maiores, onde para cada

função podem surgir mais candidatas ao posto. Nestes, os pertencentes aos grupos tidos como minoritários talvez sejam mais facilmente “abafados”.

Relata que seu partido não tem uma instância feminina, ou ações de gênero, como formação política específica, embora atue numa entidade feminista, lidando de forma mais ampla com questões de gênero. No partido, há uma comissão (voltada para temas mais amplos) *“que desenvolve trabalhos com as mulheres também. Mas levando em conta que, há também uma parte ainda de timidez das mulheres. A própria sociedade, a educação faz isso, a educação familiar, a educação institucional...”* No entanto, alterações recentes no estatuto estabeleceram para o primeiro semestre do ano de 2006 a realização de evento para discussão de igualdade de gênero, para que *“dentro do próprio partido isso assimile melhor”*.

Mostra como os processos de socialização são relevantes na formação do papel feminino. Para superar a “timidez” assim desenvolvida, mostra que há necessidade de desenvolver novos trabalhos com as mulheres. Um novo tipo de socialização secundária, para fortalecê-las quanto aos aspectos que, satisfazendo a socialização primária, tornaram-nas mais frágeis para o exercício de cargos públicos.

Apresenta, contudo, alguma contradição, ao comentar que seu partido necessita “assimilar melhor” as questões de igualdade de gênero, uma vez que havia sugerido ser esse tema de menor significado em partidos pequenos, como o seu. Talvez considere serem maiores os conflitos deste tipo em partidos maiores, mas nem por isso desnecessário considerá-los. Mesmo porque, estão todos inseridos na mesma cultura.

Carina admite a existência de dificuldades para as mulheres no partido, onde nem todos entendem *“essa questão da igualdade quanto nós gostaríamos. (...) Existe machismo, não é, expressa um pouco o que a sociedade é. Agora, há esforço por parte de alguns que já experimentaram essa questão, como essa desigualdade cria dificuldade”*. Considerando os objetivos ideológicos do partido, ressalta, ainda, que *“nós temos certeza que não vamos conseguir superar as desigualdades da sociedade se a mulher não tiver garantido o seu papel”*.

Relata um fato ocorrido há muitos anos, de uma denúncia de que um companheiro de partido agredia a esposa. Por exigência das mulheres do

partido, a denúncia foi investigada e confirmada e, em decorrência disso, ele foi afastado da direção partidária, embora fosse atuante. A esposa dele, mais tarde, chegou a ser eleita vereadora em sua cidade. Avalia positivamente o fato de seu partido agir de forma que *“chega até esse pormenor”*, dizendo desconhecer se partidos maiores se preocupam com essas questões.

Quanto a critérios políticos para concessão de legenda, afirma que *“se tem competência, se tem capacidade” (...)* *“agora, as mulheres, acho que perdem sempre um pouco mais, por conta do pouco tempo, por conta da mulher ter a tripla (com ênfase) jornada”*.

A dupla jornada para as mulheres é uma característica de nossa organização social que passou a ser denunciada pelo movimento feminista. Uma vez que busca uma atuação profissional, cabendo ainda à mulher as atribuições domésticas, caracteriza-se a dupla jornada. O que levou a muitos questionamentos e tentativas, em cada casal ou família, de reformulações do modelo - com ou sem sucesso.

O que chama a atenção é que as entrevistadas se referem à *“tripla”* jornada para as mulheres que pleiteiam exercer atividades políticas. Se conquistaram o direito de exercer uma profissão, somaram a seu papel social de zeladora do espaço privado o papel profissional. Se desejam exercer uma atividade política, somam a esses dois o novo papel, caracterizando a tripla jornada.

Comparando a lei de cotas na Argentina e no Brasil, diz não ter conhecimento da situação atual daquele país em relação à eleição de mulheres, embora tenha influenciado a reflexão sobre a relevância da aprovação dessa lei no Brasil. Faz considerações sobre a possibilidade de características peculiares ao povo argentino ter influenciado o surgimento desse tema lá. A partir daí, cita como exemplo o fato do povo do estado do Rio Grande do Sul discutir muito os assuntos políticos, e *“lá, nós já tivemos senadoras”*. Ao contrário, em *“São Paulo, nós ainda não conseguimos ter uma Senadora. Temos Deputadas Federais, que é importante, mas não conseguimos ainda ter uma, ainda, o espaço tá ocupado pelos homens”*. Cita um Senador paulista, dizendo ser *“difícil que uma mulher ganhe”* dele, pois *“o perfil dele, etc, é jeito de Senador, não é? (Rimos). Mulher não tem muito jeito de Senadora, não é?”*. (...) *“Ainda, quer dizer, tem que surgir alguém”*.

Carina mostra, ironicamente, como tendemos a rejeitar a formação de uma imagem de mulheres ocupando postos elevados no cenário político. Se não estamos acostumados com essa imagem, como por ainda não termos senadoras em nosso Estado, tendemos inicialmente a imaginar que cabe aos homens ocupar esse cargo. De novo, como resultado de nossos processos de socialização. E das políticas de identidade próprias de nossa cultura.

Continua, avaliando que *“São Paulo já teve duas prefeitas mulheres, ainda não elegemos nenhuma Senadora, não elegemos nenhuma Governadora... o Maranhão elegeu, já, uma Governadora, que foi a Roseane e... eu acho que esses Estados onde a política é mais localizada, ela é menos... São Paulo e Brasília, São Paulo é o centro político, a disputa maior dificulta a mulher ocupar maiores espaços. Na disputa maior”*.

Não se pode olvidar que, no exemplo citado, trata-se de uma mulher pertencente a uma família tradicional na política em seu Estado, o que pode ter facilitado o fato de ter chegado a ocupar o referido cargo, conforme outras avaliações realizadas pelos próprios entrevistados.

Para ela, *“São Paulo é uma panela de pressão, na disputa; todos (com ênfase) os partidos políticos, uma ligação grande com o capital financeiro, uma ligação grande com o poder econômico, político e social, então, o poder político, o poder econômico, eles são mais fortes. Nesses lugares, as mulheres vão assumindo seu espaço mais lentamente. É... vem um pouco essa questão, o mundo empresarial está em São Paulo; acho que nós podemos dizer que, de vinte anos pra cá, uma ou outra mulher começou a ser empresária, há dez anos aumentou o número de empresárias, nós estamos tendo um pouco mais, mas você vê um encontro de empresários, que eles fazem tanto nesses hotéis, você olha, assim, você só vê homem; as mulheres na Fiesp estão começando se organizar como empresárias, pra ver se conquistam um pouco mais de espaço. Mas nós não tivemos ainda nenhuma presidente da Fiesp, do Ciesp, não tivemos, ainda. Então, pra ver como, onde a disputa é maior, a mulher vai conquistando o espaço, demora um pouco mais pra conquistar aquele espaço. Então, eu acho que, nós, chegarmos a ter uma Presidente da República, vai demorar algum tempo, nós precisamos um pouco mais, consolidar um pouco mais a participação da mulher. Consolidar um pouco mais, mais mulheres prefeitas, mais mulheres*

vereadoras, mais mulheres Deputadas, mais mulheres Senadoras...”.

Carina considera que, para que haja essa consolidação da atuação feminina na política, *“nós precisamos ter um número maior, porque aí, também, a consciência maior, nacional, de que a mulher também dá conta disso, também pode assumir essa função, ela cresce, precisa ocupar um pouco mais o espaço”*, o que constituiria uma mudança cultural.

Mostra como mudanças sociais, incluindo as que dependem dos processos de socialização, são gradativas - e, geralmente, lentas. O que justifica a necessidade de reflexões e pesquisas a respeito de tais processos, além do desenvolvimento de formas apropriadas de intervenção quando se deseja modificar os resultados socialmente obtidos.

Mônica também avalia, referindo-se às mudanças necessárias no processo eleitoral, que *“o processo é gradativo”* e, ao invés de buscar de imediato um modelo ideal, *“tem que pontuar”*.

Comenta que, até recentemente, os senadores *“eram homens de mais idade”*, o que tem mudado, pois temos senadores mais novos atualmente. Assim também, para ela, as mulheres, que têm se tornado mais numerosas na política, nos últimos trinta anos, o que antes *“era uma raridade”*, têm levado a uma maior *“preocupação de que a mulher participe da política”*.

Carina avalia, ainda, que o exercício de uma profissão pode ser importante para que a mulher se sinta mais segura para exercer uma atividade política, uma vez que *“o mundo da política, ele é complexo”*. (...) *“então, o ter adquirido uma profissão que dê certa segurança, certa estabilidade, contribui, pra mulher participar”*.

Se, por um lado, o exercício de atividades públicas pelas mulheres é pouco incentivado culturalmente, a prática de uma profissão pode agregar elementos, na visão de Carina, que contribuam para capacitar as mulheres para o novo papel.

A segunda entrevista realizada com Carina foi encerrada com agradecimentos e o texto da primeira entrevista, com conteúdo pessoal, foi entregue para sua avaliação. Não houve retorno.

4.1.3 - Candidata Quitéria

Quitéria é funcionária pública aposentada, tendo feito carreira na área da educação, onde exerceu diversos cargos. Exerce atualmente um cargo no executivo, na área da educação, e também é professora universitária. Foi candidata sete vezes, aos cargos de vereadora e Deputada Estadual, alternadamente, durante o período de quatorze anos (1988/2002, exceto na campanha de 1998).

Nascida na década de 1940, comenta que *“desde jovem, desde criança, eu gostei muito da parte política, sempre fui atraída, um fascínio pela parte política, pela democracia, pelas lutas dos direitos, então, na minha adolescência já trabalhava nessa área, fazia muito trabalho social com crianças”*.

Relata que, quando freqüentava a Escola Normal, trabalhava com crianças de baixa renda aos domingos, desenvolvendo atividades com elas na escola onde estudava, durante todo o dia (para isso, todo domingo acordava às seis horas da manhã). Posteriormente, dava aulas particulares para meninos de rua, que também brincavam no quintal de sua casa, através da OAF - Organização de Auxílio Fraternal. Ainda através desta organização, visitava presidiários na Casa de Detenção de São Paulo. Diz que *“essa área social sempre me preocupou, das pessoas que não têm os seus direitos de cidadania garantidos”*.

Mostra-se desde cedo envolvida com as questões sociais, dedicando-se às mesmas.

Iniciou sua atuação política na Ação Popular, durante o período de ditadura militar. Esse engajamento levou-a à filiação partidária no MDB optando, mais tarde, por outro partido.

Sua primeira candidatura se deu em 1988, ao cargo de vereadora, no município de São Paulo. Desde então, participou dos processos eleitorais seguintes, concorrendo ao cargo de vereadora e Deputada Estadual, alternadamente, até 2002, exceto no ano de 1998, quando exercia o mandato de vereadora, para o qual havia sido eleita. Anteriormente, havia exercido esse cargo como suplente, assumindo após alguns vereadores terem sido eleitos Deputados.

Como vereadora, foi a primeira mulher a ocupar um cargo de destaque na Câmara Municipal. Também presidiu a Comissão de Educação e

Comissão Processante. Nesta última, uma vez sorteada, colocou-se “à disposição pra ser presidente, porque eu prefiro presidir, do que você ficar num cargo só, porque a presidência, você tem muita responsabilidade, mas você também conduz”.

Quitéria mostra-se à vontade com o exercício de atividades de decisão e comando. Prefere esse tipo de atuação a uma subordinação a outrem, que detenha a autoridade.

Relata que, quando as filhas nasceram, já trabalhava “40 (quarenta) horas semanais”, o que leva à “pouca atenção à família”. Considera que “dá pra mulher conciliar, sim, a parte política com a parte profissional, com a parte familiar, mas é uma coisa que causa muita angústia (grifo meu). Tanto na hora que eu estava só trabalhando como trabalhando e fazendo política”. As filhas se queixavam de sua ausência. “Minhas meninas [diziam] ‘não é porque você trabalha, mãe, além de você trabalhar, você faz política, você vai pra cá, você vai pra lá’”, pois “a política, ela não tem horário, manhã, tarde e noite...” (...) “fim de semana, (...) telefone em casa...”. Diz, ainda: “Isso é uma coisa que eu acho que eu gostaria de ter tido, mais tempo de ficar com as minhas filhas”.

O dirigente Bruno comenta que muitos homens não gostam que as mulheres exerçam atividade política, por dificuldade de aceitar abrir mão de sua companhia em função das muitas atividades inerentes. Diz: “dispor da mulher sábado e domingo pra fazer campanha, sábado e domingo, campanha que eu falo não é só no dia do vereador, é você visitar uma entidade, ir ver uma obra, fazer assistência social, os homens não gostam, os homens gostam de estar mais perto da mulher. A mulher, assim, está mais fácil ela falar “vou sair, vou visitar tal coisa”, do que o homem aceitar que a mulher faz isso, isso não é verdade. E isso em todos os níveis sociais, não é, do mais baixo ao mais alto. Do mais baixo ao mais alto, é igual. Às vezes você tem um... uma gama bem menor de mulheres”. Ele supõe que a mulher, uma vez inserida no espaço político, tenha mais disponibilidade para essas atividades do que a aceitação por parte de seus companheiros. O oposto parece tão mais comum, que nem chega a comentar. Evidentemente, em função da formação da identidade masculina, enquanto papel social, se dar voltada para o espaço público e tudo que lhe é inerente. Não se

questiona a ausência do marido/pai para o exercício político como se questiona para as mulheres. Não apenas porque a ausência, de ambos, gere natural desconforto, mas porque à mulher se cobra uma presença mais constante no ambiente familiar, seu primeiro espaço de desempenho de papel social.

Refere-se também às dificuldades para conciliar a atividade política com o casamento, dizendo que *“meu marido é muito especial, porque, compreende essas coisas todas”* e, ainda, *“estou dizendo que é especial, se fosse outro homem, não ficaria casado comigo”*. (...) *“Não, não ficaria, porque é uma vida muito... como meu marido é uma pessoa maravilhosa, muito introspectivo, gosta muito de ler, de escrever, então, quando eu saía, não tinha, e algumas vezes ele me acompanhava, também. Então... por isso. O casamento com uma outra pessoa, não sei se daria certo. E com as crianças, eu acho, mas acho que com as crianças dá pra você colocar, e com o marido também. Acho que dá, acho que a pessoa conversa, estipula alguns caminhos, alguns momentos em conjunto...”*.

Lembre-se, o fato citado por Bruno, já mencionado, da militante de seu diretório que pretendia ser candidata e o marido impôs a escolha entre o casamento e a política. (e que escolheu preservar o casamento).

Também Mônica alerta para esta dificuldade, dizendo: *“se você analisar, vai lá fazer pesquisa no Congresso, quantas mulheres permanecem casadas, quantas mulheres conseguem manter a unidade familiar integrada... por isso que muitas, as mulheres, quando elas entram, você tem uma maioria que é vereadora, prefeitas. Porque elas podem, assim, exercer seus múltiplos papéis”*. De fato, como já mencionado no primeiro capítulo, página 67, a partir do trabalho de Araújo (1999, p. 179). Embora prevaleça uma maioria de casadas em relação ao total de Deputadas Federais eleitas em 1994 e 1998, em comparação com cada um dos outros tipos de estado civil, uma vez somadas as outras categorias, ou seja, as “não-casadas” (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas), estas ultrapassam a categoria “casadas”. Ao contrário dos homens, onde prevalece uma grande maioria de “casados”. Araújo aponta, contudo, que se trata de uma tendência geral, também nos Estados e municípios, ao contrário do mencionado por Mônica.

Os dados analisados por Araújo constituem um indicador desta

dificuldade para as mulheres, que é aqui novamente apontada como realidade - manter o casamento e exercer um cargo eletivo. Quitéria afirma ser seu marido *“muito especial”*, considerando que, na ausência deste adjetivo, não sabe se o casamento *“daria certo”*. (Carina também fez uma avaliação semelhante a respeito de seu marido e casamento, portanto este assunto será analisado no próximo tópico). O papel social feminino prevalece, assim, sobre as aspirações políticas das mulheres, sobre sua busca de realização pessoal através de um papel também social, mas de decisão, de organização da ordem social, típico de um espaço ainda reservado, predominantemente, aos homens.

Quitéria considera ser esta a dificuldade encontrada pelas mulheres na política - conciliar *“a vida de um trabalho intensivo com a vida familiar”* (...) *“saber como é que você pode fazer esse jogo”*.

Lembre-se que, acima, Quitéria afirmou que isso *“causa muita angústia”*, numa expressão do que Ciampa (2002) chama de *“um conflito entre autonomia e heteronomia”* (p. 136, conforme citado na página 91 deste trabalho). Ou seja, decidir entre a vivência de um papel social esperado e a busca de um estilo de vida que satisfaça prioritariamente as necessidades pessoais de realização. Ou uma forma pessoal de articular os dois aspectos.

Para ela, no entanto, não há outras dificuldades encontradas na atividade política pelo fato de ser mulher: *“quanto ao resto, eu não senti dificuldade nenhuma. Porque sempre gostei muito, acho que quando a gente gosta de alguma coisa, dificuldades naturais, pedir voto não é fácil, se candidatar, mas nada na vida é fácil”*. (...) *“são dificuldades normais de cada situação, nunca, por ser mulher, nunca tive nenhuma dificuldade, nenhuma, nenhuma. Porque acho que a gente gosta, vai, vai à luta, faz as coisas, então, no relacionamento com os outros, pelo fato de ser mulher, nenhum problema”*. E, ainda: *“Eu nunca senti, digo pra você, alguma discriminação por ser mulher, que alguém tenha destrutado, não. Acho que o pessoal trabalha, trata mais pela competência que a gente traz”*.

Em sua experiência pessoal, Quitéria não percebe dificuldades de aceitação no espaço público pelo fato de ser mulher. Não se sente discriminada ou destrutada enquanto candidata, pretendente a um cargo ou no exercício do mesmo. Mostra-se atraída pela política desde muito cedo e

disposta a enfrentar os desafios inerentes para conquistar o cargo que aspira. Talvez disponha de recursos pessoais internos que lhe permitam realizar essa busca, além do apoio de seu ambiente profissional e familiar. (Apenas a título de informação, ela não pertence a uma família tradicionalmente presente no ambiente político).

Por outro lado, se não percebe dificuldades maiores na disputa política para as mulheres, a ênfase que atribui às dificuldades associadas ao papel social feminino, conforme mencionado acima, parece preencher sobremaneira esse espaço. Ela não apenas tratou do assunto como uma dificuldade, mas como algo que provoca *“muita angústia”* na tentativa de conciliar os papéis. Ou seja, talvez a principal dificuldade experienciada pelas mulheres, presente mesmo para aquelas que não percebem outras dificuldades, seja exatamente a expectativa de que desempenhem um papel social associado à dedicação à vida familiar - como esposas, como mães, como donas-de-casa, ainda que já se lhes permitam o exercício de uma atividade profissional. O que também não ocorre na ausência de conflitos, conforme o relato de Quitéria.

Avalia as dificuldades gerais de realização de uma candidatura, tanto para as mulheres como para os homens. *“Eu não sou mais [candidata] por isso. Ou você tem uma infra-estrutura, e aí você vai ter que ter a parte econômica também, você ter vários comitês, se é candidatura a vereador, se é Deputado Estadual, no interior, você tem que ter vários comitês, você tem que ter gente trabalhando, gente aglutinando, reunindo, visitando as pessoas, coisa que você não dá conta sozinha. As minhas campanhas todas foram feitas com grupo de amigos e amigas e familiares, muito bom, que me ajudaram, e eu fui muito bem votada, sempre. A última votação, que foi pra Deputada Estadual, tive 25.000 votos. Ora, sem dinheiro, mas com muitos amigos, você consegue, mas você não passa, eu consegui me eleger uma vez e uma outra vez, eu era suplente, e daí os vereadores se elegeram Deputados e eu fiquei como titular, então fiquei seis anos. Mas, você vê, em quatorze anos, de luta, foram sete campanhas, foram sete candidaturas. É muita coisa”. (...)* *“Agora não dá mais, agora você tem um número de eleitores muito maior do que na época, e você precisa de uma infra-estrutura, precisa dizer que você é candidata. Não é, e pôr o nome na mídia.*

(...) você tem que ter telefone, você tem que ter e-mail, você tem que ter dinheiro pra correio, o correio tá muito caro... então... a última campanha, basicamente eu fiz de boa-a-boca, com telefone, com amigos, pequenas reuniões nas casas das famílias, então, campanha é assim, antes de você entrar, você leva um susto, você fala 'ai, quanta coisa', depois que você entra, você adora, porque, eu digo que toda campanha é um ato de amor. E a gente conversa com as pessoas, a gente bate papo, entendeu... então, é uma coisa muito boa”.

Entre as dificuldades apontadas, o alto custo das campanhas surge como grande empecilho. Para todos os candidatos. Deixando margem para questionamentos a respeito do efeito disso sobre a democracia, pois uma vez que a efetivação das candidaturas é limitada em decorrência dos altos custos envolvidos, perde a sociedade, que passa a ter como candidatos os que têm maiores condições de acessibilidade e não necessariamente os melhores possíveis.

Arendt (2001) demonstra que, antes da modernidade, na Grécia Antiga, a esfera privada da vida era mais que uma condição necessária para a admissão à esfera pública. Enquanto “ser político significava atingir a mais alta esfera da vida humana” (p. 74), o fato de “não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano” (Ibidem, p. 74). Avalia, contudo, que em nossa História mais recente, este aspecto transformou-se na “importância política da riqueza privada” (Ibidem, p. 74). Assim,

a riqueza privada, portanto, tornou-se condição para admissão à vida pública não pelo fato do seu dono estar empenhado em acumulá-la, mas, ao contrário, porque garantia com razoável certeza que ele não teria que prover para si mesmo os meios do uso e do consumo, e estava livre para exercer a atividade política (Ibidem, p. 74).

Pode-se considerar, pois, que além de fatores inerentes à legislação eleitoral e os questionamentos em torno dos atuais conceitos de democracia e direito, aspectos históricos e culturais mais arraigados atuam no modo social de fazer política. Tanto quanto os papéis de gênero estabelecidos culturalmente atuam em relação à condição das mulheres no cenário político, o alto custo das campanhas talvez constitua uma expressão do imaginário

coletivo de que os atores que não se mostram capazes de manter uma estrutura privada financeiramente satisfatória (bem como afetiva), não estejam aptos a exercer a atividade política. Numa expressão moderna centrada na capacidade de ganhar dinheiro (e de estabelecer vínculos), contraposta ao antigo sentido grego de humanidade.

Quitéria avalia ser necessário que haja *“uma reforma pra valer”*, modificando a forma como as campanhas eleitorais são realizadas no Brasil. Considerando fundamental que os candidatos se tornem conhecidos pelos eleitores, sugere: *“por exemplo, se você tivesse, todos os jornais eram obrigados a publicar de graça, a fotografia, o número e o resuminho da pessoa, quem é, o que que é. Todos jornais, revistas, a televisão você já tem de graça. Se tivesse isso, facilitaria muito, pelo menos você estaria, e aí você faz as reuniões, aí é um dinheiro menor”*. Pode-se discutir a forma, mas avalia que se *“não mudar a maneira de eleger as pessoas, você terá sempre... ou o pessoal que está na mídia, que já é conhecido, porque ninguém vota em quem não conhece”*. Ou seja, para ela, a forma de tornar o candidato conhecido precisa ser modificada, permitindo uma disputa com custo menor e, conseqüentemente, viabilizando a realização das candidaturas.

Ressalta-se ainda que, considerando a tendência de menor renda por parte das mulheres, em comparação com os homens, as condições atuais da legislação eleitoral referentes ao custo de campanhas eleitorais, mantêm maior dificuldade de acesso de mulheres do que de homens aos cargos eletivos, conforme discutido na análise da entrevista de Zilda.

Diz sentir falta de ser candidata, *“a primeira vez que eu não saí foi uma dor, assim, profunda. Mas não tem como, a gente tem que pôr o pé no chão, (...) mas sem você ter uma estrutura, não dá mais”*.

Sobre a forma de lidar com a derrota, diz que *“a primeira vez foi uma coisa horrorosa”*. (...) *“Porque, puxa, você tem certeza que você ganha, todas as vezes, aliás, nenhuma campanha eu entrei, não tendo certeza, sabia que podia perder, mas você tem certeza da vitória, todas. Porque senão, você não pode fazer uma campanha se você não tem a certeza. É muito duro”*. Continua: *“não é só pra quem não ganhou, é pra todo mundo que ajudou na sua campanha, todo mundo que está lutando, sabe, é uma*

vibração coletiva muito bonita, então a dor é muito grande. E a dor quando eu já fui, perdi, é pior ainda. Não é, porque você já estava, então foi muito interessante. Você pega aquele movimento todo, se perdeu, então você perdeu em outubro, você tem dois meses pra terminar seu trabalho até 31 de dezembro, então, eu trabalhei, com todo élan, continuei tudo, mas é muito duro, tanto é que quando eu terminei, saí de férias, falei 'agora só vou dar aula', eu mudei, porque você estava ligada na Câmara, eram os problemas da cidade, então, você tinha que fazer um corte, que senão ficava doente. Fiz o corte, tudo bem". Associa a dor da derrota ao luto, dizendo que "é uma morte, te arrancam, quando você perde uma pessoa querida, arrancam um pedaço de você. Quando você perde, também, uma coisa que você gosta muito, é uma parte de você que vai embora, você tem que reciclar, se recriar, outra vez, pra dar um sentido à existência e ir embora". A decisão de não ser candidata foi igualmente difícil: "foi uma outra perda quando foi decisão racional, mas o sentimento, doeu muito. Doeu muito de eu não sair (...) o chamado é muito grande. Mas aí, aí você tem que pôr um pouco a parte racional. Política é paixão, não é?".

Quitéria mostra um envolvimento pessoal muito grande com a política, numa identificação pessoal forte com o exercício de um cargo público. Parece fundamental à sua realização pessoal a possibilidade de agir nessa esfera, desempenhando uma atividade voltada para a organização social. O que lembra mais uma vez Arendt, conforme citado no primeiro capítulo, página 69, demonstrando que os indivíduos revelam suas identidades pessoais na ação e no discurso. Para Quitéria, a vida política tem um significado próximo da reflexão de Arendt: "É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original" (2001, p. 189).

Lembra, contudo, que "dá pra elaborar, você não fica marcada, perdeu, 'não vou fazer mais', não. Tanto é que eu fui, tenho quatorze anos de candidatura". Teve apoio da família e dos amigos, também nesses momentos.

Quitéria havia dito esta frase antes de associar a perda de uma campanha ao luto. O que mostra quantos sentimentos foram despertados e a

intensidade dos mesmos. Ser destituída de um cargo, ou impedida de assumi-lo, não sendo eleita, corresponde a ser destituída de sua humanidade. Como afirma Arendt, “a vida sem discurso e sem ação [...] está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre homens” (2001, p. 189).

Quitéria considera importante manter a atividade docente, porque o ambiente político é “*muito envolvente*”, particularmente o legislativo municipal, onde “*you trata direto com a população, que vem, que te procura, e que fala, você está por dentro de todos os problemas, você é obrigado a conhecer a cidade, em todas as suas necessidades*”.

Comenta, também, gostar mais de trabalhar no legislativo, que considera “*mais rico, mais dinâmico*” do que o executivo, tendo que lidar com diferentes aspectos da vida social. Demonstra satisfação com a atividade parlamentar, afirmando que “*continuará com muita alegria. Apesar de todos os carmas, a pessoa achar que o legislativo não trabalha, e todas aquelas coisas, aquelas cobranças que, muitas vezes é verdade, outras vezes, não*”.

Lembra, aqui, a visão social a respeito da política, como algo pejorativo ou de menor valor. Como também mencionado por Bruno, ao dizer que “*quando você fala a ‘política’, hoje, você já vê uma... uma mancha preta, uma tarja que o cara não presta, ‘esse cara é vagabundo, qual que é a dele’*” (já citado na análise da entrevista de Zilda).

Conclui a entrevista estimulando todas as pessoas “*que gostem, que devem ir, e procurem ter a infra-estrutura necessária, pra não ficar um sonho vazio*”. Alerta, também, para a necessidade de reflexão sobre as condições de fiscalização do voto eletrônico, tema comentado em livro publicado por um jornalista, que menciona ainda não ter lido, mas afirma tratar-se de um assunto que merece atenção.

4.1.4 - Algumas reflexões

Alguns assuntos foram mencionados enfaticamente pelas entrevistadas. O que justifica que sejam aqui analisados confrontando a fala de cada uma. Para isso, tais falas são novamente apresentadas, conforme o texto da narrativa da narrativa.

O primeiro desses assuntos diz respeito ao significado do papel feminino em relação à família e a decisão por parte das mulheres de atuar politicamente.

As três candidatas abordaram esse tema.

Na narrativa da narrativa de Zilda, assim surge esse tema:

“A mulher tem ainda, a tripla jornada de trabalho, ela tá cuidando dos filhos, ela tá cuidando da casa, ainda ela vai pra fazer militância. E quando chega lá, o partido dá uma sacola pra ela distribuir panfletos pra eleger outros homens, não ela. Porque lá vai o nome dela, mas não é o nome dela que vai ampliar, vai sair dos votos”.

Zilda conta que teve muito apoio em casa e considera que o fato de não ter filhos facilite sua atuação política, uma vez que *“essa questão de ser mãe e trabalhadora é uma coisa que eu acho que onera muito mais as mulheres. Eu não tive filhos, isso... talvez tenha facilitado”.*

(Conforme mencionado anteriormente, Zilda não explicitou se não ter filhos foi uma escolha ou circunstância).

A candidata Carina aborda esse tema, conforme o texto da narrativa, da seguinte forma:

Sobre as dificuldades das mulheres para atuar no espaço político, aponta como primeiro aspecto relevante o fato de ter ou não filhos e a disponibilidade do companheiro para dividir as tarefas com relação aos filhos, pois *“o ter que cuidar sozinha dos filhos é um empecilho”* e, também, *“algumas que assumiram um papel na política mais avançado, você pode ver que não têm filho”.*

Conta que tem dois filhos, e *“só entrei na política porque meu marido dividia comigo. Ele ajudava a, um levava pra creche, o outro buscava, nós tivemos que usar o serviço público, pra criança poder ficar na creche, ele também dividia a questão da alimentação, a gente sempre tinha comida feita pra, quando um fazia, quando não era um, o outro fazia, se não eu acho que teria tido muita dificuldade. Mas eu tive essa, esse partilhar das responsabilidades. Se eu não pudesse, muitas vezes eu que levei ao médico, mas se houvesse uma situação que dificultasse, eu tinha esse apoio, essa ajuda”.*

A candidata Quitéria aborda esse tema de forma mais detalhada, conforme o texto da narrativa:

Relata que, quando as filhas nasceram, já trabalhava “40 (quarenta) horas semanais”, o que leva à “pouca atenção à família”. Considera que “dá pra mulher conciliar, sim, a parte política com a parte profissional, com a parte familiar, mas é uma coisa que causa muita angústia (grifo meu). Tanto na hora que eu estava só trabalhando como trabalhando e fazendo política”. As filhas se queixavam de sua ausência. “Minhas meninas [diziam] ‘não é porque você trabalha, mãe, além de você trabalhar, você faz política, você vai pra cá, você vai pra lá’”, pois “a política, ela não tem horário, manhã, tarde e noite...” (...) “fim de semana, (...) telefone em casa...”. Diz, ainda: “Isso é uma coisa que eu acho que eu gostaria de ter tido, mais tempo de ficar com as minhas filhas”.

Continua, conforme a narrativa:

Refere-se também às dificuldades para conciliar a atividade política com o casamento, dizendo que “meu marido é muito especial, porque, compreende essas coisas todas” e, ainda, “estou dizendo que é especial, se fosse outro homem, não ficaria casado comigo”. (...) “Não, não ficaria, porque é uma vida muito... como meu marido é uma pessoa maravilhosa, muito introspectivo, gosta muito de ler, de escrever, então, quando eu saía, não tinha, e algumas vezes ele me acompanhava, também. Então... por isso. O casamento com uma outra pessoa, não sei se daria certo. E com as crianças, eu acho, mas acho que com as crianças dá pra você colocar, e com o marido também. Acho que dá, acho que a pessoa conversa, estipula alguns caminhos, alguns momentos em conjunto...”.

E, ainda, da narrativa:

Quitéria considera ser esta a dificuldade encontrada pelas mulheres na política - conciliar “a vida de um trabalho intensivo com a vida familiar” (...) “saber como é que você pode fazer esse jogo”.

As três candidatas, como se viu, apontam como primeira dificuldade para que as mulheres exerçam maior atuação política o papel social feminino, especificamente associado ao papel familiar, no conhecido triângulo mãe-

esposa-dona-de-casa.

Avelar (1989) comenta que:

Investidas das responsabilidades domésticas ou divididas entre arranjos necessários ao desempenho profissional, tempo e energia apresentam-se como aspecto (sic) cruciais de seu cotidiano. Assim, tanto seus papéis domésticos quanto os profissionais competem com seu possível papel político, papel este de natureza absorvente e conflitiva e que exige, em termos dos trabalhos extra-domésticos, mais ainda que o trabalho profissional. (p. 37).

Ainda sobre este assunto, o Relatório da União Interparlamentar, divulgado em Genebra, em 1999, citado por Avelar (2002), afirma que “as tarefas de socialização dos filhos continuam sendo feitas pelas mulheres, e este é o princípio concorrente para o desempenho de outras tarefas” (p. 49).

Zilda não viveu intensamente esse conflito pelo fato de não ter filhos.

Carina afirma só ter sido possível fazer política porque o marido se dispôs a dividir com ela os cuidados com os filhos. Indica o fato de ter filhos e a disponibilidade do companheiro como primeiro aspecto a ser considerado para que as mulheres decidam sobre a possibilidade de exercerem uma atividade política.

Quitéria, por sua vez, aponta esta como a única dificuldade para as mulheres em sua atuação política. Que provoca “muita angústia”. E, ainda, não fosse seu marido “especial”, deixa em dúvida o desfecho de seu casamento.

Lembre-se ainda a história relatada por Bruno de uma militante de seu diretório zonal, que desistiu de ser candidata a vereadora por cobrança do marido.

O primeiro questionamento que se pode fazer é sobre a diferença de papéis sociais, construída historicamente, que permite aos homens a escolha pessoal de adentrar no campo político, segundo critérios próprios, enquanto à mulher não se permite tal escolha, a não ser após um arranjo que garanta a estabilidade de seu ambiente familiar. Suas escolhas pessoais, sua auto-realização, sua contribuição com a organização social, tudo isso fica relegado a segundo plano. Os processos de socialização, que se dão de forma diferenciada para homens e mulheres, levam a essa diferença efetiva na

vivência do papel social.

Ora, ambos têm responsabilidades para com o ambiente familiar, e ambos, como indivíduos, têm o direito de escolher sobre a forma de se realizar como pessoa, sobre a forma de se expressar socialmente. Como mostra Arendt (2001), revelando “suas identidades pessoais e singulares” (p. 192), como num “segundo nascimento” (p. 189), conforme já citado.

O segundo questionamento diz respeito à sociedade que se deseja. Se as mulheres, enquanto parcela numericamente significativa da população brasileira (pouco mais da metade), permanecerem excluídas da atividade política, essa parcela continuará deixando de estar representada nesse campo social, deixando de trazer suas contribuições para a organização de nossa vida social. E pode-se colocar em xeque uma democracia onde uma quantidade tão grande da população não esteja assim representada.

Constata-se que a força das políticas de identidade feminina e masculina em nossa sociedade exerce um papel relevante na atual sub-representação das mulheres no cenário político. E que tal situação somente poderá ser modificada com alterações nesse padrão social a partir de uma conscientização de que, enquanto indivíduos, tanto homens como mulheres podem ter algo a oferecer para suas famílias e para a sociedade. Mas tal conscientização não ocorrerá sem questionamentos sobre a condição atual.

O segundo assunto abordado enfaticamente por duas das candidatas entrevistadas diz respeito à percepção das mulheres sobre sua relação social com os homens.

Compare-se, novamente, o que cada uma disse:

Na narrativa da narrativa de Zilda, assim surge seu comentário a esse respeito (após criticar a distinção feita por mulheres entre ser feminina e ser feminista, “*como se feminismo fosse um pecado*”):

Conclui esta idéia com uma analogia com um avião, onde o equilíbrio depende das duas asas, o feminino e o masculino. Assim conclui: “Quando dizem que as mulheres querem chegar no poder pra ocupar o espaço do homem, isso não é feminismo. Isso é reproduzir o modelo masculino que historicamente as mulheres foram vítimas. Pra reproduzir, pra chegar lá pra fazer o que os homens fizeram, é melhor deixar eles fazerem, porque eles

fazem há mais de quinhentos anos. Então, nosso feminismo não é isso. Se a gente usar a caneta pra fazer aquilo que os homens fizeram, primeiro a gente vai fazer feio, vai fazer mal, não sabe fazer, e, vai ficar muito feio. Segundo, não é isso. O que nós queremos é a igualdade entre homens, nós não queremos passar, não queremos ocupar".

Carina assim se refere a esse assunto:

"Nós não queremos fazer com os homens o que fizeram com as mulheres, discriminar, jogar pra trás, nós queremos que homens e mulheres, como seres humanos, caminhem juntos, colaborem uns com os outros, porque é isso que vai construir essa sociedade melhor que nós queremos, é esse relacionamento, homens e mulheres, com objetivo além só do seu individual, ou seu individualismo, levar em conta as características individuais, mas não cair no individualismo. Nós também não queremos dizer "olha, os homens não têm papel", eles podem ter papel e papel importante, mas as mulheres assumindo o papel delas".

Ambas as entrevistadas deixam muito clara sua visão de que a proposta das mulheres é reduzir a condição desigual em que se encontram, seja nos diferentes setores da vida social, seja no campo político. Ao reivindicar seu espaço, seu papel, não se trata de minimizar o dos homens, mas conquistar o próprio, ainda defasado.

A analogia com o mito de Lilith é clara: Adão não compreendeu e por isso não aceitou o questionamento de sua companheira. Cabe aos homens e mulheres de nossa sociedade a criação conjunta de novas possibilidades de respostas a esse questionamento. A partir de uma compreensão e aceitação dos medos envolvidos.

O que as entrevistadas apontam como questionamento atual das mulheres diz respeito, novamente, a seu espaço social, ao desempenho de seu papel, preservando sua identidade e integridade humanas, no sentido de não haver necessidade de submissão. Numa convivência em igualdade de condições - sem submissão, de nenhuma das partes.

Considere-se o texto a seguir, traduzido de Collona (1980, p. 349), autora citada no segundo capítulo. Para ela,

as mulheres se deparam, atualmente, com duas alternativas: na

primeira, a passividade, compreendida como feminino, às custas de uma negação de sua verdadeira natureza; na segunda, a ruptura com a cultura patriarcal, correndo o risco de serem punidas com a marginalização e relegadas à sombra coletiva.

Individualmente, ambas as alternativas oferecem riscos dramáticos. Na primeira, ao assumir passivamente os valores da razão, típicos da cultura patriarcal, correm o risco de assumir uma persona racional e viver de forma unilateral e desbalanceada - com o perigo extremo de uma falsa consciência e auto-destruição.

Na segunda, identificando-se com o animus correm o risco de assumir a posição de protesto, reivindicando uma supremacia e se afastando dos seus próprios valores femininos.

Ambos os caminhos podem levar ao estado de depressão e rejeição e, acima de tudo, a uma inconstância consigo mesmas e com os outros.

Tudo isso aponta para a necessidade de diálogo entre o aspecto sombra e o luminoso.

Ser mulher é, portanto, estar no meio de um conflito (grifo meu). Ainda que o preço a pagar seja alto, por ter ultrapassado os limites definidos por modelos culturais para a expressão da feminilidade, as mulheres não devem renunciar a uma ampliação da consciência, o que comprometeria sua totalidade e identidade.

A autora propõe, numa abordagem junguiana, a necessidade de uma avaliação do papel social proposto para as mulheres, deixando uma escolha entre uma atitude passiva (através da interiorização desse papel e sua vivência) ou uma ruptura com o mesmo, que representa uma cultura patriarcal. No primeiro caso, correndo o risco de negar sua identidade pessoal; no segundo, de uma marginalização social (como citado em alguns momentos nesse trabalho, através da figura de Lilith - por exemplo, as sufragistas, no primeiro capítulo).

Seja qual for a abordagem, a linguagem que se use para entender essa realidade, o fato é que as mulheres se encontram, em termos sociais, em defasagem em relação aos homens. O que leva a uma reflexão, novamente, sob a perspectiva de identidade.

O que se verifica é que a identidade pessoal das mulheres que adentram o cenário político não se dá isoladamente - os dilemas vividos, conforme relatos das entrevistadas (e dos próprios dirigentes partidários) -

não podem ser compreendidos isoladamente. Porque há elementos comuns, oriundos da identidade coletiva, do fato de ser mulher na sociedade brasileira.

Como lembra Ciampa, “não podemos dissociar a análise da identidade individual da identidade coletiva” (s/d., p. 6). O encontro de mulheres que partilham essas dificuldades - através das instâncias femininas nos diversos partidos políticos, por exemplo - permite a identificação dos aspectos comuns, vividos em decorrência da identidade coletiva, do fato de ser mulher. E tem contribuído com a elaboração de estratégias de ação conjuntas, viabilizando a superação dessas dificuldades comuns.

Avelar (2002) também se refere à necessidade de compreender as dificuldades vividas pelas mulheres na atividade política sob a ótica de identidade. Para ela, essa condição de defasagem das mulheres somente poderá ser superada “coletivamente, por meio da estruturação de identidades coletivas que possibilitam lutar contra essas condições” (p. 48). O feminismo, que “é, apenas, a noção que aglutina pessoas em termos de sua identidade, socialmente construída” (Ibidem, p. 47) exerce, então, um papel relevante, na medida em que se constitui um “conjunto estruturado de idéias que guia a ação política” (Ibidem, p. 47).

Recentemente, ações visando maior inserção das mulheres nos cargos de direção de seus respectivos partidos, o apoio às candidaturas femininas, formação política específica para as mulheres, os Comitês Suprapartidários de Mulheres e a mobilização relativa à Reforma Política, têm demonstrado o esforço conjunto, que parte da conscientização de que essas dificuldades não se dão apenas no singular, e constituem instrumentos importantes para mudanças gradativas.

Não se pode, contudo, esperar que uma nova legislação, ainda que propondo normas que tendam a diminuir a desigualdade, resolva, por si só, esse problema. Porque ele antecede e sobrevive às mudanças legais, como demonstram os fatos que se seguiram à aprovação da lei das cotas. Novas leis podem ser necessárias para a redução desta desigualdade, porém não suficientes.

Uma mudança efetiva só pode ocorrer na cultura. Pois, as dificuldades aqui apontadas são decorrentes de uma interação social, construída

historicamente, atribuindo papéis diferentes a cada gênero, incentivando e propondo modos também diversos de atuar socialmente. Se as mulheres entendem que podem e decidem atuar num campo a elas ainda restrito, cabe-lhes propor novos paradigmas. Conscientes da realidade e dos objetivos perseguidos. Criando ações eficazes.

Conclusão

O longo percurso vivido ao longo desta pesquisa permitiu uma imersão gradativa no tema proposto.

Assim, a elaboração do primeiro capítulo trouxe o contato direto com a realidade vivida pelas mulheres ao longo da história do Brasil, já com elementos das modificações sociais trazidas pelo advento da Modernidade.

Contar essa história permitiu delinear, pouco a pouco, o surgimento de um personagem coletivo, tão antigo quanto atual: mulher, como concebida na sociedade brasileira. Ou a imagem cultural deste personagem, construído historicamente - personagem que constitui um modelo, numa política de identidade adotada socialmente para as mulheres.

Os processos de socialização das mulheres brasileiras - enquanto personagens históricos - foram, assim, ao longo de todo esse tempo, pautados por este modelo. O que significa dizer que a educação e formação das mulheres segue um padrão estabelecido socialmente, com algumas modificações e adaptações em cada momento histórico específico.

As mulheres, muitas vezes, corresponderam a essa expectativa; outras, nem tanto. Por exemplo, com as reivindicações no início do século XX por mudanças na condição profissional e com relação à sua cidadania, na luta pelo direito ao voto.

Gradativamente, algumas modificações foram ocorrendo em torno do papel feminino na sociedade brasileira. Em grande parte motivadas pelas próprias mulheres.

Pouco se discute, atualmente, o anseio das mulheres por exercer uma atividade profissional. O mesmo não ocorre, porém, na atividade política. Onde, além de agir no espaço público, supõe-se uma ação decisória, na regulamentação da organização social.

As entrevistas realizadas com as candidatas e os dirigentes partidários permitiram a constatação de que há muitos componentes relevantes nesta realidade.

Ao ansiar por uma atividade política, a primeira questão que surge para as mulheres diz respeito à possibilidade de conciliar esse novo papel - a “tripla jornada” - com o seu papel prioritário, o de mãe, esposa e dona-de-casa. Se não há nada de estranho em conciliar a vida privada, pessoal e familiar com uma atividade pública, o que se destaca é o peso que essa necessidade exerce particularmente sobre a trajetória das mulheres que adentram o cenário político, diferentemente do que ocorre com os homens, conforme discutido ao longo deste trabalho. Exatamente em função da expectativa social de que as mulheres se dediquem prioritariamente à vida familiar.

Ainda assim, quando já inseridas neste cenário, muitas vezes exercem um papel secundário - cargos de direção partidária em níveis mais locais ou inferiores, por exemplo - ou, ainda, espera-se que as mulheres, com sua presença, possam “embelezar” o ambiente político, conforme relato de Carina. Permanece em segundo plano sua competência e ação decisória.

Homens e mulheres parecem razoavelmente conscientes desta realidade - alguns mais, outros muito pouco. Ou talvez frágeis para lidar com ela.

Os homens, talvez sem saber quais modificações apoiar ou aceitar e como se adaptar a elas.

As mulheres têm realizado esforços na busca de ações efetivas que conduzam a modificações estruturais, tanto em termos de legislação e ações afirmativas como nas rotinas partidárias (como a lei das cotas e as propostas retiradas do Projeto de Lei 6216, inseridas no atual projeto de Reforma Política).

A lei das cotas, embora tenha contribuído inicialmente com maior motivação das mulheres e a elevação do número das mesmas no legislativo, trouxe dificuldades práticas do entendimento de que representam um esforço para reduzir uma desigualdade e não um favorecimento irresponsável.

As novas propostas do Projeto de Lei 6216 visam elevar a capacidade de redução desta desigualdade. É necessário, porém, muito cuidado para não acreditar que imposições legais mudem, por si só, a realidade social. Esta deve ser o foco principal das ações que visem modificações efetivas.

Ao viver esta realidade com “muita angústia”, como relatou Quitéria, pode ser que, muitas vezes, as mulheres não cheguem a se dar conta de que não se trata apenas de um conflito pessoal, particular. Mas que sua identidade pessoal decorre de uma identidade coletiva; inserida numa sociedade, sua formação pressupõe um papel. E enquanto algumas mudanças não ocorrem no coletivo, o indivíduo padece excessivamente, debatendo-se numa luta que está acima de suas possibilidades individuais.

Além disso, obterem o acesso pleno à atividade política significa mudar em pouco mais de um século toda uma estrutura social em torno do papel social feminino. Até o início do século XX, poucas eram as mulheres que exerciam uma profissão, o que era, de um modo geral, motivo de desqualificação. A primeira grande luta das mulheres no século XX foi exatamente pelo direito a um trabalho, e que este ocorresse em condições dignas. Depois, o direito ao voto e, pouco a pouco, uma inserção nos diferentes campos sociais. Ocorre que a atividade política supõe a organização da vida social, através de ações de decisão, seja em termos de

legislação, ou de comando. O que significa inverter a condição social da mulher num período de tempo relativamente curto.

Quanto à realidade do cenário político brasileiro, alguns aspectos explicitados indicam que urge uma mudança ampla, tanto na legislação eleitoral quanto nas práticas habituais. A legislação atual leva a uma competição acirrada entre os candidatos de um mesmo partido (ou coligação) para os cargos no legislativo, decorrente das regras do voto proporcional em lista aberta. Além de não viabilizar uma maior aproximação entre a população e os seus representantes no parlamento. O que reduz a efetividade de nossa democracia e permite a manutenção de práticas pouco ortodoxas.

No que se refere aos custos e financiamento de campanhas, a legislação gera enormes desigualdades na disputa efetiva, que vise a eleição - e não apenas a participação no pleito. Discute-se atualmente o financiamento público, tema controverso. Seja qual for a solução, o debate precisa encontrar uma alternativa mais democrática e menos desigual de constituir a representação parlamentar no país. As mulheres, como um dos muitos grupos socialmente desfavorecidos, sofrem os efeitos dessa situação, tendendo a se manter sub-representadas.

Com isso, o prejuízo é de toda a sociedade, que vê assim lentificado seu amadurecimento político e social, perdendo oportunidades de receber a contribuição de novos atores, que poderiam agregar valor ao parlamento - se forem assim avaliados pelos eleitores. E que corre o risco do desânimo relativo à democracia, ainda tão recente.

As mulheres que compõem o atual cenário político brasileiro nem sempre identificam dificuldades diversas para sua atuação nesse contexto.

Contudo, a unanimidade entre as candidatas entrevistadas evidencia que a primeira ou, talvez, a maior dificuldade refere-se ao papel social feminino. O que justifica a realização desta pesquisa e aponta para a necessidade de ações que viabilizem algumas modificações.

O papel feminino tradicional, construído historicamente com base no modelo de Maria - a mulher com mais elevado status no nosso imaginário social, em decorrência de valores cristãos - institucionaliza-se na sociedade brasileira através de uma política de identidade que difunde (e só legitima) como “a” identidade pressuposta para as mulheres (que pretendem ser

reconhecidas como “dignas”) esse personagem coletivo (que tem como modelo Maria). Através da socialização, há a interiorização dessa *pressuposição* que, conforme as concepções de Ciampa (2001), define a *posição* da mulher na sociedade. Na medida em que ocorra uma identificação de cada mulher, individualmente, com este modelo, também ocorre a *reposição* dessa *pressuposição*. Quando, no entanto, essa identidade pressuposta não é repostada por alguma mulher e ela se afirma mulher com uma identidade posta como diferente, surge a possibilidade de superação. O que exige um certo grau de autonomia. Como, por exemplo, para estabelecer diferentes arranjos no ambiente familiar, conforme relatado por Carina e Quitéria, envolvendo seus parceiros e filhos, que foram cruciais para que ambas pudessem se inserir no cenário político.

Apesar do conflito vivido entre a correspondência com esse modelo e a busca da auto-realização, no desenvolvimento da própria identidade, muitas das mulheres brasileiras anseiam por novas experiências. Estas mulheres, que já não se contentam com a exclusiva dedicação ao lar ou o desempenho de um papel profissional, mas desejam atuar mais diretamente na organização da vida social, evidenciam que, por mais respeito que tenhamos à figura de Maria e seu significado, esse modelo de papel social feminino não corresponde à realidade atual. Urge uma modificação coletiva deste papel.

Caso contrário, manter-se-á um antigo padrão às custas da realização plena das identidades das envolvidas e do desenvolvimento social.

Para isso, no entanto, é necessário que nos questionemos - como indivíduos e como sociedade - sobre o que pretendemos.

Questionamento equivalente ao de Lilith dirigido a Adão. Que se refere à possibilidade de mudança desta ordem social e de irmos a experimentar uma transformação de papéis, que modifique a perspectiva e nos coloque em condições igualitárias.

Temendo experimentar uma situação nova, diferente, Adão recusou a proposta de Lilith. Cujo desfecho foi a sombra.

Somente esse questionamento pode viabilizar mudanças - que necessitam ser construídas coletivamente, pelas mulheres e homens que decidirem correr o risco de obter uma resposta nova. Por que não tentar, se o

quadro atual não é satisfatório, com prejuízos para todos? Se traz um custo não apenas para as mulheres, mas para a sociedade como um todo?

Nas novas possibilidades de respostas estarão contidos os recursos e medidas a serem tomados, efetivamente. A começar por um novo modelo de feminino - ou pela ausência de modelo? - permitindo uma intersecção dos aspectos atribuídos a Maria e a Lilith, de luz e sombra. Para a construção de novas possibilidades de vivência do feminino em nossa sociedade, de novas identidades de mulheres, enquanto personagens históricos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. **Cidadania incompleta**: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil. 1999. 376 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352 p.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A, 1981. 279 p.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado**: tendências do voto feminino no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. 132 p. (Coleção Momento).

_____ **Mulheres na elite política brasileira:** canais de acesso ao poder. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, n. 6, 1996. 107 p. Disponível em <<http://www.adenauer.com.br>> Acessado em 02/11/2004.

_____ **Mulher e política:** o mito da igualdade. Brasília, 2002, *Social Democracia Brasileira*, Brasília, v.1, n.2, p. 40-54, mar. 2002.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 3.ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1976. 247 p. (Coleção Antropologia, 5).

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. 4. reimpressão rev. e ampliada da 1. ed. de 1985. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

BLAY, Eva Alterman. **Mulher e igualdade:** cidadania e gênero: as mudanças serão feitas por toda a sociedade. Brasília, 2002, *Social Democracia Brasileira*, Brasília, v.1, n.2, p. 58-63, mar. 2002.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e poder local:** eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP). 2003. 364 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. V. 1. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 404 p.

BRASIL. Lei 9100 de 1995.

BRASIL. Lei 9504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Código Eleitoral.**

BRASIL. Projeto de Lei n.º 6216 de 06 de março de 2002. Dep. Luiza Erundina. Acrescenta incisos aos artigos 44 e 45 da Lei n.º 9096, de 19 de setembro de 1995. **Código Eleitoral.**

BYINGTON, Carlos. Prefácio. In: BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega.** V. 1. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 9-12.

CAMPBELL, Joseph. **As Máscaras de Deus.** V. 1. Mitologia Primitiva. Tradução de Carmem Fischer. São Paulo: Palas Athena, 1992. 418 p.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Tereza (orgs.). **Mudando o mundo:** a liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez, 2001. 232p.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Abertina G. de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos.** Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 996 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 5. ed.** São Paulo: Cortez, 2001. 164 p. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 2001. 7 reimpressão da 1 ed. de 1987. 242 p.

_____ Políticas de identidade e identidades políticas.
In: LENZ DUNKER, Christian Ingo e PASSOS, Maria Consuelo (org.). **Uma psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

_____ **Carreiras sem fronteiras: identidade humana e identidade profissional**. S/d. Mimeo. 7 p.

COLONNA, Florence M. T. Lilith, or the black moon. **Journal of Analytical Psychology**. Oct., 1980, p. 325 a 350.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4., 1995, Beijing. Anais... Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 352 p., in: MIGUEL, Sonia Malheiros. **A política de cotas por sexo**. Brasília: CFEMEA, 2000. 216 p. Disponível em <<http://www.cfemea.org.br>> Acessado em 07/11/2004

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA/SP. **Guia prático da mulher candidata**. São Paulo, s/d. 34p.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: DF: Edunb, 1993. 358 p.

D'INCAO, Maria Ângela. O amor romântico e a família burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 57-71.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-

188.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. revista e ampliada. São Paulo: Global ed., 2003. 1008 p.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640-668.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 158 p.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983. 247 p.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Tradução de Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: brasiliense, 1981. 141 p.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina G. de Oliveira e BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Participação Feminina na construção da democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002). Rio de Janeiro, 2003. 4. ed. revista e atualizada. 89 p.

KOLTUV, Barbara Black. **O livro de Lilith**. 9. Ed. Tradução de Rubens Rusche. São Paulo: Cultrix, 1997. 153 p.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. In: COSTA, Abertina G. de Oliveira e BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

MACHADO NETO, Afonso Celso (coord.). **Sociedade e história do Brasil**. Os primeiros tempos da República - 2. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000. V. 6. 47 p.

Sociedade e história do Brasil.
O estado novo. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000. V.10. 39 p.

MAGALHÃES, Acelí de Assis. **História de mulheres**: considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres. São Paulo: Ed. Altana, 2001. 215 p. Coleção Identidades.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. 1 reimpr. 3 ed. São Paulo: ed. brasiliense, 1999. 150 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p. Coleção História do Povo Brasileiro.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b. 209 p. Coleção estudos brasileiros. V. 90.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997a. p. 578-606.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 249 p. Série: Gênero plural.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 384p.

Rearticulando gênero e classe social.
In: COSTA, Abertina G. de Oliveira e BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAMUELS, Andrew; SHORTER Bani; PLAUT Alfred. **Dicionário crítico de análise junguiana**. Tradução de Pedro Ratis e Silva. Rio de Janeiro: Imago, 1988. 236 p.

SANTOS, Cacilda Cuba dos. **Individuação junguiana**. São Paulo: Sarvier, 1976. p. ilustr. 148 p.

SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 567 p.

SICUTERI, Roberto. **Lilith: a lua negra**. Tradução de Norma Telles e J. Adolpho S. Gordo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 211 p.

SILVA, Maria Aparecida. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 554-77.

SILVEIRA, Nise da. **Jung: vida e obra**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 209 p. Coleção vida e obra.

SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. **Gênero, política e eleições**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 206 p.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Mulher é minoria na ciência e tecnologia. **Jornal do engenheiro**. São Paulo, 1 a 15 de março de 2003. Edição JE 206. Disponível em <http://www.seesp.org.br/imprensa/je206genero.htm> Acessado em: 18 jul. 2004.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 2 reimpr. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 179 p. (Coleção tudo é história - 145).

VON FRANZ, Marie-Louise. **A interpretação dos contos de fadas**. Tradução de Maria Elci Spaccaquerche Barbosa. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. 215 p. Coleção Psicologia Arquetípica.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. In: **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 7-16, jan-jun 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)